

P

romover reflexões sobre a formulação de políticas públicas de esporte para juventude brasileira — considerando os aspectos da participação e da universalização da prática e do conhecimento esportivo — é assunto que está na ordem do dia. Com o apoio do Universidade Anhembi Morumbi e do Ministério do Esporte, o Instituto Pensarte e o Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ) apresentam esta publicação, resultado do debate propositivo ocorrido no Seminário Internacional “Políticas de esporte para juventude”, realizado em junho de 2008, na cidade de São Paulo/SP.

ISBN 978-85-61552-01-5



9 788561 552015

realização:



apoio:

MINISTÉRIO DO ESPORTE



POLÍTICAS DE ESPORTE PARA A JUVENTUDE

Brenda Espindula (org.)



POLÍTICAS DE ESPORTE PARA A JUVENTUDE

Contribuições para o debate

Brenda Espindula (org.)



Brenda Espindula (org.)



POLÍTICAS DE
ESPORTE PARA
A JUVENTUDE
Contribuições para o debate

São Paulo, 2008

BRENDA ESPINDULA (org.)

POLÍTICAS DE ESPORTE PARA A JUVENTUDE:
Contribuições para o debate

1ª edição

São Paulo
Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ)
Instituto Pensarte

2008

Seminário Internacional Políticas de Esporte para a Juventude

Coordenação do Seminário Fabiana Costa e Fábio Palácio de Azevedo

Apoio à organização do Seminário Carlos Alexandre Vianna e Fernando Garcia

Coordenação Editorial Brenda Espindula

Assistente Editorial Fábio Palácio de Azevedo

Projeto gráfico e diagramação Claudio Gonzalez

Revisão Mariana Venturini

Realização Instituto Pensarte e Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ)

Apoio Universidade Anhembi Morumbi e Ministério do Esporte

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Políticas de esporte para a juventude :
contribuições para debate / Brenda Espindula ,
(org.) . -- 1. ed. -- São Paulo : Centro de
Estudos e Memória da Juventude : Instituto
Pensarte, 2009.

Vários autores
ISBN 978-85-61552-01-5

1. Esportes 2. Juventude - Aspectos sociais
3. Juventude - Brasil 4. Políticas públicas
I. Espindula, Brenda.

09-04854

CDD-305.2350981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Esportes e juventude : Políticas públicas : Sociologia 305.2350981
2. Brasil : Juventude e esportes : Políticas públicas : Sociologia 305.2350981

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos autores e dos editores.

Copyright 2008 by autores.

Direitos para esta edição:

INSTITUTO PENSARTE

Al. Nothmann, 1029 - Campos Elíseos

São Paulo - SP - Brasil

CEP 01216-001

E-mail: contato@pensarte.org.br

Tiragem desta edição: 4.500 exemplares

Impresso no Brasil – Printed in Brazil

SUMÁRIO

1. **Apresentação** *pág. 7*
2. **Políticas de esporte para a juventude: experiências internacional e brasileira**

Esporte e Juventude: Privilégio ou Direito? De Todos ou dos Habilidosos?
Katia Rubio *pág. 11*

Perspectivas das Políticas Públicas de Esporte para a Juventude no Brasil
Cássia Damiani *pág. 27*

Política de Esporte e Juventude em Cuba
Ileana Alfonso Valdéz e Eduardo Pérez Caballero *pág. 36*

Os Clubes na Construção do Novo Sistema Nacional de Esportes e Lazer
Roberto Libardi *pág. 43*

3. **A interação esporte/escola/universidade nas políticas de esporte para a juventude**

Interação: Esporte/Escola/Universidade
Lauro Inacio Ely *pág. 49*

O Esporte Universitário e sua Trajetória Histórica
Alcides dos Anjos Leitão (Jesus) *pág. 60*

Políticas de Esporte para a Juventude: Interação Esporte/Escola/Universidade
Roseane Soares Almeida *pág. 64*

Esporte na Escola
Thiara Lustosa Milhomem *pág. 84*

4. **Juventude e esportes não-olímpicos (de aventura, radicais e ligados à natureza)**

“No meio de qualquer dificuldade encontra-se a oportunidade”
Ana Hissa *pág. 88*

Que Política de Esportes na Natureza?
Cleber Augusto Gonçalves Dias *pág. 91*

Sugestões de Políticas para Incentivo da Prática de Skate pela Juventude
Edson Henrique Scander *pág. 101*

5. Juventude, esporte e gênero

Gênero e Esportes: Subsídios para a Formulação de Políticas Públicas para a Juventude

Silvana Vilondre Goellner *pág. 110*

A mídia alimenta as diferenças de gênero no esporte

Alexandre Machado Rosa *pág. 113*

6. Juventude e esporte militar

Esporte Militar e Juventude

Paulo Roberto Ribas *pág. 129*

7. Saúde e esporte juvenil

Promovendo o Direito à Saúde através do Esporte: A Experiência do UK Sport no Mundo

Eduardo Santos *pág. 136*

Esporte Juvenil perante a Deterioração da Vida

Edgard Mattiello Júnior *pág. 147*

O Esporte Juvenil: Examinando o Iceberg

José Geraldo Soares Damico *pág. 151*

8. Juventude e torcidas organizadas

Observações sociopedagógicas sobre os torcedores adolescentes de futebol

Martin Curi *pág. 170*

9. Contribuições para a elaboração de um Plano de Esportes para a Juventude 2009-2011 *pág. 180*

APRESENTAÇÃO

Promover reflexões sobre a formulação de políticas públicas de esporte para a juventude brasileira — considerando os aspectos da participação e da universalização da prática e do conhecimento esportivo — é assunto que está na ordem do dia. Após a realização de duas conferências nacionais específicas, o esporte começa a ser tratado, cada vez mais, como questão de Estado, e consolida-se o preceito constitucional do esporte como direito de todo cidadão.

Com esse intuito, constituiu-se a parceria entre o Instituto Pensarte e o Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ). O primeiro é uma OSCIP que tem por finalidade primordial o desenvolvimento e a promoção de projetos de natureza social, educacional, esportiva, cultural e artística que contribuam para o aprimoramento das potencialidades do ser humano. Já o CEMJ é um centro de pesquisas, formação e planejamento de caráter multidisciplinar especializado em juventude. Ambas instituições consideram fundamental o envolvimento de amplos setores da sociedade na discussão da temática das Políticas de esporte para a juventude.

Assim, com o apoio da Universidade Anhembi Morumbi e do Ministério do Esporte, o Instituto Pensarte e o Centro de Estudos e Memória da Juventude realizaram, nos dias 02 e 03 de junho de 2008, na cidade de São Paulo, o Seminário Internacional

“Políticas de esporte para a juventude”. O Seminário contou com a participação de atores do Estado e da sociedade civil, estando presentes gestores das áreas de juventude e esporte, membros de federações esportivas e atléticas acadêmicas, pesquisadores, intelectuais, esportistas, dirigentes de ONG’s e demais interessados na temática.

Como sistematização do debate coletivo proporcionado pelo Seminário, apresentamos as contribuições constantes deste livro com a certeza de que os objetivos foram atingidos. Você, leitor, aqui encontrará o debate sobre modelos de gestão e práticas desportivas destinadas à juventude, com base em experiências nacionais e internacionais e com foco na questão da relação entre rendimento e participação. Terá a possibilidade de apreciar a eficácia das ações governamentais brasileiras que envolvem juventude e esporte e de possíveis medidas para potencializar essas ações e conhecerá os eixos estruturantes da política de esporte para juventude brasileira que vem sendo desenvolvida. O resgate da história da participação juvenil no esporte brasileiro e a discussão do desenvolvimento da política setorial do esporte educacional/escolar também são temas encontrados na presente publicação, que proporcionarão ainda o conhecimento das formas de envolvimento das organizações da sociedade civil — em especial as entidades estudantis e juvenis — no processo de desenvolvimento do esporte, tanto na formulação quanto na gestão. Por fim, apresenta-se o debate sobre a relação entre esporte e saúde, tanto no sentido da relativização dessa causalidade, como

muitas vezes é apresentada, bem como do reconhecimento da importância do esporte para a saúde da juventude.

Todavia, o debate de todos esses assuntos ficaria incompleto se não apontasse para uma proposta de política pública para juventude no terreno do esporte. Desse modo, com base em seu trabalho — o de uma entidade de pesquisas e consultoria com trabalhos reconhecidos nas áreas de esportes e juventude e que atualmente participa do Conselho Nacional de Juventude como entidade de apoio relacionada ao tema “esporte” — bem como nos resultados do seminário e em pesquisa documental e consulta da legislação existente, o CEMJ apresenta contribuições para a elaboração de um Plano Nacional de Esportes para juventude, tanto no que toca a premissas das políticas quanto no sentido de sugestões de iniciativas para o período de 2009-2011.

Esperamos que as questões apontadas neste livro possam subsidiar novas reflexões e alcançar novos interessados e comprometidos com o esporte para juventude.

Brenda Espindula
(organizadora)

Políticas de esporte para a juventude: experiências internacional e brasileira

ESPORTE E JUVENTUDE: PRIVILÉGIO OU DIREITO? DE TODOS OU DOS HABILIDOSOS?

*Profª Drª Katia Rubio**

Desde que iniciei meu trabalho no campo do esporte ouço com atenção os argumentos de colegas e militantes da área sobre as questões relacionadas à massificação do esporte e à necessidade de sua prática sistemática na escola para a ampliação da base do alto rendimento. Diante desse argumento, atento também para aqueles que afirmam não ser a escola o local para esse tipo de prática, afinal o esporte é uma atividade que gera exclusão por privilegiar os mais habilidosos e a escola é um espaço de inclusão.

Não tenho dúvidas sobre o papel da escola para a sociedade e o que representam os diversos tipos de interação para a vida de seus frequentadores. Não é à toa que o cotidiano escolar serve de roteiro para um sem número de produções cinematográficas, tendo o esporte e a escola como cenário de uma ação de conflito, de ampliação de autoestima ou de metáfora para uma reflexão sobre inclusão/exclusão sob diferentes pontos de vista. Se a vida imita a arte ou vice-versa seria bom então estarmos atentos a isso.

É bom que não se perca de vista que tanto a criança como o jovem buscam nos diferentes contextos sociais os grupos aos quais desejam pertencer e esse movimento é a base para a formação de sua identidade.

Sendo o esporte um dos principais fenômenos culturais da atualidade, ele pode ocupar um lugar de destaque na formação da juventude no sentido de promover a aproximação entre o biológico e o cultural. Se por um lado, enquanto atividade física não-competitiva, ele é capaz de

* Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo.

resgatar sua função pedagógica integradora, por outro lado, a sua porção competitiva o coloca como um ícone do contemporâneo naquilo que se refere ao desenvolvimento de habilidades específicas e especializadas.

Existem vários aspectos que compõem o universo do esporte, responsáveis por caracterizar tanto o fenômeno como o protagonista do espetáculo esportivo. As expectativas geradas em torno da prática esportiva levam a determinados padrões de comportamento que irão, de certa forma, influenciar e por vezes determinar a conduta daqueles que escolheram o esporte como profissão e opção de vida.

Afirmaríamos que essa é a razão porque em torno de uma modalidade específica e, do esporte como um todo, desenvolve-se um conjunto de práticas coletivas e comportamentos individuais chamados pelo senso comum de cultura esportiva. Esses comportamentos e procedimentos levam à criação e multiplicação daquilo que denomino imaginário esportivo.

A vivência do arquétipo do herói é experimentada pelo atleta em toda a sua abrangência, seja pela demonstração de força e coragem ou pela capacidade de realizar virtudes destinadas a poucos (RUBIO, 2001), e por isso essa figura exemplar representa um importante referencial de identidade para muitos jovens. Reside na possibilidade de realizações semelhantes, e na consequente permanência, a esperança de um futuro que inscreva seu nome na posteridade.

A importância da compreensão da identidade

Ressalto que concebo a identidade dentro do campo da cultura e que, portanto, os processos de criação de um imaginário esportivo relacionam-se diretamente à manifestação dessas identidades no social.

Hall (2000) utiliza o termo identidade para significar o ponto de encontro entre os discursos e práticas que tentam nos “interpelar”, nos

falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro, os processos produtores de subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. *As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para nós* (p. 112).

Essa discussão centra-se nas profundas transformações sociais ocorridas ao longo do século XX, que fizeram surgir novas formas de identidade e fragmentaram o indivíduo moderno, visto até então como um sujeito unificado. Hall (2001; 2003) define esse momento como *crise de identidade* e aponta-o como uma das questões centrais do momento contemporâneo, que parte de um processo mais amplo de mudança que deslocou as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalou as referências que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

A chamada *crise de identidade* proposta por Hall não está pautada apenas no que aconteceu à concepção de sujeito moderno e seu descentramento. Essa crise passa por uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno, cujo maior efeito foi o deslocamento final do sujeito cartesiano. O autor aponta cinco grandes momentos que contribuíram para esse impacto.

O primeiro deles refere-se às tradições do pensamento marxista, principalmente no pensamento de Althusser, que coloca as relações sociais — e não uma noção abstrata de homem — no centro de seu sistema teórico marxista, deslocando duas proposições-chave da filosofia moderna: que há uma essência universal de homem e que essa essência é o atributo de “cada indivíduo singular”, o qual é seu sujeito real. Embora a construção althusseriana tenha sido amplamente criticada, seu “anti-humanismo teórico” teve um impacto considerável sobre muitos ramos do pensamento moderno.

O segundo dos grandes descentramentos no pensamento ocidental do século XX vem da descoberta do inconsciente de Freud. A teoria freudiana afirma que as identidades, bem como a sexualidade e a estrutura dos desejos, são formadas em processos psíquicos e simbólicos de uma instância chamada inconsciente. Seu funcionamento independe da razão, colocando por terra o conceito de sujeito cognoscente e racional, dono de uma identidade fixa e unificada cartesiana. Sendo assim, a identidade é algo formado ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, e não estão presentes no sujeito desde seu nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre sua unidade.

O terceiro desses momentos está associado com o trabalho do linguista estrutural Saussure, que argumenta que nós não somos os autores das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua. A linguagem é um sistema social e não individual que preexiste a nós. As palavras são “multimoduladas” que carregam ecos de outros significados que elas colocam em movimento. O significado é inerentemente instável. Ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença).

O quarto descentramento da identidade e do sujeito ocorre no trabalho de Foucault na medida em que ele destaca um novo tipo de poder, que ele chama de “poder disciplinar”, que está preocupado, em primeiro lugar, com a regulação, a vigilância, sendo o governo da espécie humana ou de populações inteiras e, em segundo lugar, o indivíduo e o corpo. Seus locais são aquelas novas instituições que se desenvolveram ao longo do século XIX e que vigiam e disciplinam as populações modernas como oficinas, quartéis, escolas, prisões, hospitais, clínicas etc. Na visão foucaultiana quanto mais coletiva e organizada for a natureza das instituições da modernidade tardia, maior o isolamento, a vigilância e a individualização do sujeito individual.

O quinto descentramento reside no impacto do feminismo, tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social, por questionar algumas distinções clássicas como o público e o privado, a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho etc. Foi um movimento que começou dirigido à contestação da posição social das mulheres e expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero.

Enfim, os descentramentos apresentados por Hall sugerem a ocorrência de rupturas significativas ao longo do último século que levam o sujeito a uma crise em sua suposta identidade única para se ver diante da possibilidade de identidades múltiplas. Essas identidades, constituídas no interior de práticas de significação, são produzidas em locais históricos e institucionais únicos, emergindo das relações de poder, sendo produto da diferença e não de uma unidade idêntica, da prática da alteridade.

Essa é a razão da afirmação de Guareschi, Medeiros e Bruschi (2003) de que o processo de construção das identidades está sempre envolvido com a diferença, da relação com aquilo que não é, sempre referido ao outro: sou o que o outro não é. Se o debate sobre identidade tem assumido uma condição de destaque nas discussões contemporâneas é porque elas estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas contribuindo para essa transformação. O diálogo sobre a extensão na qual as identidades são contestadas leva a uma análise da importância da diferença e das oposições na construção de identidades.

Woodward (2000) afirma que a diferença é um elemento central dos sistemas classificatórios por meio dos quais os significados são produzidos. Tanto os sistemas sociais como os simbólicos produzem as estruturas classificatórias que fornecem um certo sentido e uma cer-

ta ordem à vida social e às distinções fundamentais que estão no centro dos sistemas de significação da cultura. Esses sistemas classificatórios não podem, entretanto, explicar sozinhos o grau de investimento pessoal que os indivíduos têm nas identidades que assumem.

Identidade e diferença não são criaturas de um mundo natural ou transcendental, mas do mundo cultural e social. A identidade e a diferença, conforme Silva (2000, 2002), têm que ser ativamente produzidas. Isso quer dizer que elas são o resultado de atos de criação linguística e é apenas por meio dos atos de fala que são instituídas a identidade e a diferença como tais. Isso não quer dizer, entretanto, que elas são determinadas pelos sistemas discursivos e simbólicos que lhes dão definição.

O esporte como instrumento de identidade e alteridade

Ao longo do século XX o esporte foi um espaço privilegiado para a construção de identidades e de desenvolvimento da alteridade, não apenas no Brasil, como na maioria dos países Ocidentais.

Concebo a alteridade como a consideração das diferenças entre os indivíduos (RUBIO & DAOLIO, 1997).

A motivação para essa dinâmica pode ser observada no berço do esporte moderno: a Inglaterra do século XIX. Enquanto nos países continentais as práticas ginásticas prevaleciam dentro de um modelo que privilegiava a habilidade física, o fortalecimento dos exércitos nacionais e a defesa da nação, na Inglaterra prevalecia um modelo diferenciado, pautado na tradição dos jogos das festas populares, uma vez que a defesa da ilha cabia à sua frota bem armada e treinada para combater em mar.

As práticas esportivas herdadas dos jogos e brincadeiras das festas populares foram entendidas por Thomas Arnold, o fundador da

Rugby School, como uma importante estratégia para o desenvolvimento de valores morais caros à principal nação imperialista daquele momento histórico. Aos representantes do Império ou aos empreendedores privados eram necessários a determinação pela busca de objetivos bem como seu cumprimento; a compreensão da necessidade e da importância do trabalho em equipe, assim como a relevância das dinâmicas de liderança e coesão desses processos e a disciplina para o cumprimento das estratégias estabelecidas (RUBIO, 2006).

Essa inovação representou uma verdadeira revolução no sistema educacional inglês, que passou a valorizar o esporte nos currículos das *public schools*, atribuindo-lhe tanta importância quanto às outras disciplinas curriculares, deslocando da produção intelectual para o campo das habilidades físicas a discussão sobre as características das grandes lideranças.

A tradição das disputas esportivas entre as instituições escolares remonta o princípio do século XIX com provas entre Oxford e Cambridge, exemplificando a importância atribuída a essas práticas e como se produz uma tradição.

Importante ressaltar que nessas instituições a prática pedagógica que prevalecia era a imposição das aulas de esporte a todos os alunos matriculados, de forma compulsória e não optativa, independente do nível de habilidade do aluno. Ou seja, a prática esportiva como componente curricular era uma obrigação de todo aluno regularmente matriculado, assim como as disciplinas teóricas ou aplicadas do currículo.

Essa obrigatoriedade aponta para uma política de massificação, ainda de forma enviesada, uma vez que as *public schools* eram um privilégio dos filhos da aristocracia e da burguesia inglesas.

Embora privilégio de alguns, no princípio, aos poucos a classe trabalhadora passou a se apropriar desse patrimônio cultural. O desejo

da prática esportiva rapidamente se espalhou entre os frequentadores do sistema educacional destinado aos filhos do proletariado. Segundo González (1993), as igrejas rapidamente se aperceberam do poder de mobilização que o esporte, principalmente o coletivo, provocava na sociedade. Em pouco tempo construíram ao lado dos templos campos esportivos onde os fiéis podiam praticar os jogos, e na sequência se deslocavam para o culto. Dessa mesma forma os donos das fábricas entenderam que a prática esportiva representava uma importante estratégia de motivação para seus funcionários ocuparem o tempo que não era gasto com a produção.

O que se pode observar desse processo é que, embora desejasse com o esporte privilegiar um grupo social e estratificar uma prática, esse intento não foi alcançado, mesmo tendo se utilizado para isso um conjunto de regras olímpicas, como foi o caso do amadorismo.

O amadorismo, um dos pilares mais longevos do olimpismo, que sobreviveu até a penúltima década do século XX, buscava mais do que proteger os ideais de uma prática esportiva entre os *gentlemen*, zelosos da moralidade cavalheiresca, que temiam ver a prática esportiva profanada nas mãos de rudes trabalhadores das diferentes especialidades fabris. Preocupados com a perda do controle da prática esportiva originária em seus domínios, aristocratas e burgueses lançaram-se em defesa dessa atividade alegando que a permissão para o seu exercício seria dada apenas àqueles que pudessem tê-la para uso no tempo ocioso, distanciando o trabalhador da participação em esportes institucionalizados e dos Jogos Olímpicos.

Em seu livro de memórias publicado em 1997, Coubertin finalmente esclarece sua posição sobre o tema. Deixa claro que a questão do amadorismo não era central para si, mas diante da importância que adquiria para a comunidade britânica e do peso político desse grupo

dentro do Comitê Olímpico Internacional, era então necessário tomar posição contra o “perigo” que o profissionalismo poderia representar para os Jogos Olímpicos.

Conforme Bourdieu (1993), algumas chaves constitutivas do dispositivo esportivo, esboçadas no século XIX, não se transformaram plenamente até meados do presente século. Uma das mudanças mais significativas teve relação com a crescente intervenção do Estado, isso porque a esportivização da sociedade constitui uma parte importante da intervenção e do desdobramento de distintas agências que, durante sua atuação, se autodefiniam e recriavam. Além disso, a filosofia do amadorismo, que dominou o olimpismo praticamente até os Jogos Olímpicos de 1984, em Los Angeles, tratou sempre de apresentar as práticas esportivas independentes dos poderes públicos, como produto da iniciativa individual e do associacionismo voluntário.

Os protagonistas do espetáculo esportivo são, na sociedade contemporânea, figuras espetaculares, por realizarem feitos incomuns aos cidadãos médios; e públicas, por serem alvo de projeção e de identificação, principalmente pelas populações infantil e jovem. Esses olímpicos, como os designaria Morin (1997), são o exemplo de um profissional possível em um mundo onde o trabalho se torna escasso.

No entender de Brohm (1993), o atleta competitivo é um novo tipo de trabalhador que vende a um patrão – clubes e patrocinadores – sua força de trabalho, que é um espetáculo capaz de atrair multidões a espaços públicos ou de reter milhões de telespectadores diante de um aparelho eletrônico. O valor de troca de sua força de trabalho, regulado pelas leis de oferta e procura do mercado, está determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua fabricação. O amadorismo deixou de existir quando esse trabalhador do esporte teve agregado ao seu esforço o distintivo de um clube ou a logomarca de uma empresa.

Enquanto ideal olímpico, o amadorismo constituía um imperativo de igualdade de circunstâncias entre os atletas. Ainda que desde cedo não tenha tido eficácia prática, Marivoet (1998) afirma que o princípio que lhe subsiste tem sido remetido para a diferenciação dos quadros competitivos, de acordo com as especificidades dos atletas e das suas competências, de modo a garantir uma posição mais igualitária, assim como um maior equilíbrio na dimensão competitiva.

Ou seja, o embate entre exclusão e inclusão no esporte ocorre desde sua origem e no local onde ele surgiu, se desenvolveu e se multiplicou.

Não é de causar espanto, portanto, que essa discussão atravesse o século XX e adentre o século XXI com a força de um fenômeno natural.

Parlebas (1988) afirma que o esporte não é bom, nem ruim. O esporte é aquilo que fazemos dele. Diante dessa afirmação, sou levada a entender que o esporte pode levar a dois polos diametralmente opostos: a inclusão e a exclusão.

A juventude no Brasil

De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) as crianças brasileiras têm o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer garantidos. Essas atividades são consideradas necessidades humanas básicas e direito de toda população infanto-juvenil, sem privilégio de grupos ou classes sociais. No caso do esporte, entendido dentro de um contexto amplo de atividade corporal de movimento, competitiva ou não, significa uma prática democratizada, ao alcance de todos e não somente daqueles que apresentam alguma aptidão ou talento especial (SILVA, 2007).

O ECA (capítulo IV, art.59) estabelece que os municípios, com apoio dos estados e da União, deverão estimular e facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e juventude.

Nas áreas esporte e lazer, os órgãos específicos responsáveis pelas políticas desses campos são os responsáveis por desenvolverem programas coordenados com o órgão gestor das medidas socioeducativas, buscando assegurar a efetivação dos direitos. (CONANDA, 2002).

Cada indivíduo, assim como cada geração, tem direito a oportunidades que lhes permitam fazer o melhor uso de suas capacidades potenciais. A forma como essas oportunidades são de fato aproveitadas tem relação com as escolhas pessoais, mas é fundamental que indivíduos e populações tenham a possibilidade de escolhas agora e no futuro.

Adolescência, do latim *adolescere* (crescer), é uma fase da vida que pode ser definida em sua dimensão psicobiológica e em sua dimensão histórica, política, econômica, social e cultural.

A definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) entende a adolescência como um período da vida que vai dos 10 aos 19 anos e caracteriza-se por mudanças físicas aceleradas e características da puberdade, diferentes do crescimento e desenvolvimento que ocorrem em ritmo constante na infância. Essas alterações surgem influenciadas por fatores hereditários, ambientais, nutricionais e psicológicos (WHO, 1992).

Vygotsky (1998) por sua vez entende que a adolescência é uma fase de transição que vai adquirindo diferentes qualidades segundo os períodos históricos e sociais. Neste caso, abre-se uma discussão crítica com as teorias psicológicas que naturalizam as qualidades dessa fase de transição com se fossem fenômenos universais.

A definição cronológica da OMS, que estabelece a adolescência de 10 e vai até 19 anos, difere da definição no ECA, que estabelece que a adolescência se coloca entre os 12 e os 18 anos, momento em que acontecem, como nas diferentes idades, diversas mudanças físicas, psicológicas e comportamentais.

Silva (2007) aponta em seu trabalho, referenciado no ECA, que não existe uma adolescência brasileira, mas múltiplas adolescências brasileiras, contemplando uma população que apresenta diversidades. Desta forma, não se pode tratá-las como uma realidade homogênea. Demonstra que no Brasil há aproximadamente 175 milhões de pessoas, sendo que cerca de 35 milhões se encontram adolescentes (o que leva a 21,84% da população total do país), sendo que 10% se encontram na faixa etária dos 10 aos 19 anos; e 15% da população quando utilizamos as referências do ECA (IBGE, 2000). Esta situação se reflete sobre as condições de vida dessa parcela da população, apresentando imensas disparidades de indicadores sociais. Aponta ainda que dentre os grupos mais vulneráveis e expostos a situações de violência estão os adolescentes (12 a 18 anos) e jovens (15 a 19 anos) autores de ato infracional. O trabalho desse autor aponta também para a possibilidade do uso do esporte como um instrumento socioeducativo, como uma prática utilizada em inúmeros projetos sociais direcionados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, ou como intervenção nas medidas socioeducativas com adolescentes inseridos em medidas em meio aberto.

O que temos a aprender com tudo isso

É comum ouvirmos críticas relacionadas ao esporte de alto rendimento por ser ele promotor de exclusão, na medida em que privilegia o mais habilidoso e exclui a grande maioria, menos habilidosa.

Penso que é preciso ter cautela com esse argumento e com um tipo de prática fundamentada nele, facilitador de um tipo de exclusão às avessas.

O que faz a criança e o jovem que possui um talento acima da média para alguma modalidade esportiva. Nega essa habilidade e segue a maioria em atividades gerais ou busca formas de explorar essa sua capacidade?

Não defendendo aqui a especialização precoce ou a prática alienada do esporte. Defendo o direito de manifestação e exploração de potencialidades no esporte da mesma maneira que acontece nas artes, na música ou na ciência.

Alguém hoje acha absurdo que Piaget passasse parte de seu tempo na infância observando os lagos suíços? O que teria sido de Einstein se a professora de física defendesse a necessidade dele se dedicar mais aos estudos de língua estrangeira e literatura em detrimento das ciências exatas? E se os pais de Picasso lhe retirassem os lápis e folhas de papel para que ele se concentrasse nos deveres de casa? Então por que no esporte a tolerância em relação àqueles que escolhem por se dedicar à prática de uma modalidade chega a níveis tão baixos?

Penso que essa razão reside em um argumento mais teórico do que prático. Isso porque na teoria é preciso promover a massificação da prática da atividade física e esportiva, porque esse tipo de prática proporcionará a todos o acesso e o direito de se desenvolver na cultura corporal de movimento e também porque a partir dessa experiência essa criança terá condições de chegar à idade adulta capaz de realizações físicas que garantam sua autonomia. Vale considerar, entretanto, que não é apenas as aulas de educação física e a prática esportiva que proporcionam essas experiências. Há também a disposição do indivíduo para que isso ocorra. Aqui falamos da maioria.

Quanto àqueles que nos momentos que se destacaram e demandaram uma atenção por causa de sua vontade e necessidade de se desenvolver em habilidades específicas, penso que merecem tanta atenção e cuidados como aqueles que demandaram cuidados especiais pela falta.

O apoio recebido no início de uma trajetória esportiva, seja ele material ou emocional, pode representar a diferença entre o ser e o desejar. Não quero nem falar dos tantos jovens talentosos e desejosos de desenvolver uma carreira esportiva que tiveram seu sonho não realizado por falta de recursos, nem tampouco nos atletas já profissionais que mesmo já tendo alcançado a profissionalização, continuam a lutar por condições dignas de trabalho. Nesse momento me refiro a uma categoria intermediária que vive entre a realidade da falta de incentivo e o sonho da condição de ser atleta. Mais do que censurar esse desejo ou obrigá-lo a se adequar a uma prática da maioria, é preciso ouvir com ouvidos de escutar uma solicitação que pode implicar na orientação de uma vida. Não falo apenas sobre a revelação de talentos, aponto para o fato de o esporte ocupar uma das poucas lacunas sociais passíveis de serem ocupadas, independente do poder econômico do praticante.

Se o esporte é de fato um direito de todo cidadão, há que se exercitá-lo como princípio de bem-estar e como atitude cidadã.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. Deporte y clase social. In.: **Materiales de Sociología del Deporte**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1993.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o ECA e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>

BROHM, J. M. Las funciones ideológicas del deporte capitalista. In.: **Materiales de Sociología del Deporte**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1993.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Pacto pela Paz Propostas aprovadas na Plenária Final*. IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente. CONANDA, 2002. Disponível em <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/pacto2.htm>

GONZÁLEZ, J. I. B. Introdução. In.: **Materiales de Sociología del Deporte**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1993.

GUARESCHI, N. M. F.; MEDEIROS, P. F.; Bruschi, M. E. Psicologia Social e Estudos Culturais: rompendo fronteiras na produção do conhecimento. In: N. M. F. Guareschi e M. E. Bruschi (orgs) **Psicologia Social nos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HALL, S. Estudos culturais: dois paradigmas. In.: S. Hall **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Quem precisa de identidade? In.: **Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Departamento de população e indicadores Sociais*. Pnad: Síntese de Indicadores Sociais, 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

MARIVOET, S. **Aspectos sociológicos do desporto**. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

PARLEBAS, P. Elementos de sociologia del esporte. Málaga: Colection Uniesport, 1988.

RUBIO, K. **Medalhistas Olímpicos Brasileiros: memórias, histórias e imaginário**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

_____. **O atleta e o mito do herói**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

RUBIO, K.; DAOLIO, J. **A incorporação da alteridade como caminho para a construção da cidadania**. Anais do X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 1997, p. 109 a 113.

SILVA, F. S. **Futebol libertário: um jeito jogo de jogar na medida**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007

SILVA, T. T. A produção social da identidade e a diferença. In.: T. SILVA (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

VIYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Report of the First Meeting of the Scientific and Technical Advisory Group of the Adolescent Health Programme. WHO/ADH/92.01. Geneva, Switzerland: World Health Organization, 1992.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: **Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE PARA A JUVENTUDE NO BRASIL¹

*Cássia Damiani**

Dada a importância conferida pelo Governo Lula à temática da juventude, pode-se afirmar ser este o momento em que, no Brasil, essa questão ganha projeção maior e se eleva a um outro patamar. São marcas indeléveis da maior atenção governamental ao segmento juvenil a criação da Secretaria Nacional de Juventude e a instituição da Política Nacional de Juventude², com seus programas e ações, a constituição do CONJUVE³, a realização da Conferência Nacional de Juventude e, em especial, a integração, em um único programa, das diversas ações voltadas para a juventude que perpassam as políticas setoriais de diversas áreas sociais. Todo esse esforço, para além de seus objetivos precípuos, tem possibilitado ainda a organização e estruturação de várias áreas de governo para que incorporem em suas agendas políticas, cada uma em seu próprio ritmo, o tema da juventude, conferindo-lhe a importância de uma política de Estado.

*Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará e Diretora da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte

1 Este artigo é resultado da intervenção de dirigentes do Ministério do Esporte em diversas mesas do Seminário Internacional "Políticas públicas de esporte para juventude". O seminário contou com exposições do Ministro do Esporte, Orlando Silva, proferindo a palestra de abertura, do Secretário Executivo do Ministério, Wadson Ribeiro, debatendo com outros ministérios a política de juventude, do Secretário Nacional do Esporte de Alto Rendimento, Djan Madruga, que apresentou a política do esporte de alto rendimento para juventude, do Diretor de Esporte Universitário da SNEED, Apolinário Rebelo, que debateu a política do esporte educacional, da Coordenadora de Políticas de Esporte para juventude, Danielle Gruneich, e da Assessora Especial do Ministério, Cássia Damiani, que tratou do tema "Juventude e Esporte Urbano".

2 Política Nacional de Juventude. Presidência da República - SEJUVE, Brasília: 2006.

3 Conselho Nacional de Juventude.

Realizado nesse contexto, este seminário internacional abre um oportuno e atual debate sobre os rumos da política pública de esporte voltada para a juventude. A pertinência dessa questão deve-se às condições objetivas dadas pelo Ministério do Esporte — ME. Ao amadurecer sua política, esse ministério reuniu elementos necessários para estabelecer pontes que assegurem a manutenção da proximidade em relação às causas da juventude em suas ações e programas — embora se reconheça a persistência de certa fragmentação.

O desafio que se impõe ao Ministério do Esporte é o de incorporar em sua política, de forma sistematizada e articulada, o viés juvenil. A necessidade dessa tônica fica evidenciada quando o Presidente da República clama pela atenção à juventude para enfrentar com políticas públicas preventivas a visão distorcida que culpabiliza e penaliza a juventude pelos altos índices de violência e outros problemas de nosso país.

Conforme deixou claro a I Conferência Nacional de Juventude — cujas resoluções apontam o esporte como uma das demandas mais prementes no campo dos direitos sociais⁴ –, o anseio dos jovens é por acesso a programas e ações que lhes permitam conhecer o esporte, em sua mais vasta gama de atividades, e praticá-lo. Os jovens anseiam por acesso a espaços públicos e equipamentos esportivos qualificados nas escolas, comunidades e bairros para que possam usufruí-los no seu tempo livre. Desejam participar de atividades e jogos que expressem sua cultura, seu gosto pessoal, que os integre e sociabilize, que lhes proporcione ludicidade, auto-organização e identidade. Os jovens reivindicam, sobretudo, ter garantidas pelo Estado as condições que lhes assegurem formação integral e auto-determinação, fatores necessários ao pleno desenvolvimento cidadão.

4 Proposta aprovada na Conferência como a quinta prioridade: Ampliar e qualificar os programas e projetos de esporte, em todas as esferas públicas, enquanto políticas de Estado, tendo como referência programas como Esporte e Lazer da Cidade, Bolsa-Atleta e Segundo Tempo, com núcleos nas escolas, universidades e comunidades, democratizando o acesso ao esporte e ao lazer a jovens, articulados com outros programas existentes.

A atual Política Nacional do Esporte incorpora essas perspectivas:

“O esporte, como expressão da cultura material e espiritual do homem, é um patrimônio cuja apropriação é fundamental para o processo de humanização das novas gerações, portanto, deve ser entendido como alavanca do desenvolvimento integral dos jovens e abordado como uma questão de Estado.” (PNE, 2005)⁵

Em suas diretrizes, a Política Nacional do Esporte aponta para a democratização do acesso ao esporte e ao lazer para todos sem discriminações, ao mesmo tempo em que se preocupa com as condições para a qualificação dos resultados esportivos do país. Temos portanto uma política pública arrojada de *per sí*, mas que necessita de um projeto histórico avançado capaz de orientar a concepção de esporte a ser implementada — uma teoria que fundamente a formação da juventude visando a elevar seu padrão cultural esportivo.

Parece natural que as políticas públicas de esporte estejam voltadas de modo especial para a juventude. Porém, diversas pesquisas⁶ indicam que a maioria dos jovens brasileiros não pratica esporte. Isso decorre de vários motivos, dentre eles o fato de as práticas esportivas não serem organizadas para atrair a juventude. Em nosso país há poucas políticas de esporte e lazer adequadas ao perfil juvenil e que reconheçam no jovem um sujeito de direitos, possibilitando sua participação na tomada de decisões, na organização e no usufruto das atividades. Políticas que considerem as modalidades e formas de organização próprias dessa geração. Há poucos espaços e equipamentos públicos qualificados que permitam a intervenção e o acesso de jovens às atividades esportivas e de lazer. Essa alternativa acaba sendo forjada pelos próprios jovens nas comunidades, nas ruas, nas

5 Política Nacional do Esporte. Ministério do Esporte, Brasília: 2005.

6 UNESCO. Juventudes Brasileiras, 2006.

praças — no campo e na cidade –, materializando uma demanda real. Segundo a UNESCO, 21% dos jovens que praticam atividades esportivas ocupam espaços nos próprios lugares onde moram, 17,1% nas escolas e universidades, 14,4% nas ruas e 10,8% em praças ou parques públicos. Essa realidade atesta que

“É preciso (...) conhecer as necessidades e interesses específicos dos jovens e as práticas esportivas e de lazer que os jovens têm desenvolvido, ou pretendem desenvolver, para planejar ampliar e modernizar a infra-estrutura esportiva contemplando a diversidade das práticas corporais e considerando os espaços sociais onde estão presentes diferentes sujeitos: do campo, comunidades, dos povos indígenas e quilombolas” (Damiani, 2007)⁷.

Para tal, são necessárias políticas intersetoriais visando à acessibilidade e à mobilidade urbana dos jovens, possibilitando que se apropriem de espaços e atividades da cultura corporal próprios de sua época — das práticas eruditas às populares, com garantia de materiais e equipamentos dos mais simples aos mais sofisticados. Para além disso, devem ser criadas condições de participação da juventude nas instâncias deliberativas de políticas públicas do esporte, reconhecendo o jovem como sujeito construtor da cidadania, que atua e transforma a realidade, no presente.

Quando se parte para analisar o esporte enquanto manifestação de alto rendimento, depara-se com a dificuldade que a maioria dos jovens encontra para construir e consolidar suas carreiras esportivas. Além de ser restrito o acesso aos treinamentos e espaços adequados à preparação de atletas, há grande discrepância nas condições materiais entre aqueles que podem e aqueles que não podem freqüentar jogos

7 Damiani, Cássia. “Esporte e Juventude: Contribuições ao Plano Nacional da Juventude”. Revista Juventude.Br, Número 2, pp. 40-43, 2007.

preparatórios e competições nos níveis necessários à obtenção de índices esportivos nacionais e internacionais.

Para enfrentar essas e outras dificuldades que se impõem, democratizando o acesso ao conhecimento e à prática do esporte, o espaço escolar é imprescindível. “À escola cabe a orientação pedagógica da prática esportiva que se dá numa gama de intenções que vai da prática lúdica à prática esportiva competitiva” (Escobar, 2008)⁸.

No entanto, a escola pouco tem oferecido em termos de condições para que os jovens possam aprender ou praticar esportes. No ambiente escolar os estudantes ficam geralmente restritos a uma ou duas modalidades, e submetidos aos padrões e métodos do alto rendimento ou aos seus critérios de avaliação como mecanismos de seleção para o acesso às atividades esportivas, privilegiando-se dessa forma grupos seletos de iniciados. Em que pese existirem jogos escolares e universitários, agora sob a conotação de olimpíadas, ainda não há a participação massiva da base, principalmente a das escolas e universidades públicas. Essa é uma questão que merece ser debatida e aprofundada pelos ministérios da Educação e do Esporte.

Por ocasião da elaboração do livro sobre políticas públicas para a juventude⁹, que dedica um capítulo ao tema do esporte e da qualidade de vida, o ME participou ativamente dos trabalhos e da agenda da SEJUVE para tratar do conteúdo e da concepção dos programas sociais, tendo em vista o processo de integração de programas que resultou no novo PROJÓVEM. Em especial, buscou nexos entre a Política Nacional do Esporte e a Política Nacional de Juventude, o que contribuiu para que o Ministério do Esporte procurasse enfrentar as questões acima citadas, num esforço de articular e deflagrar ações visando à constituição de uma política de esporte para a juventude.

8 Cf. Escobar, Micheli. Projeto Núcleos Universitários do Programa Segundo Tempo. PNUD/Ministério do Esporte, 2008.

9 Novais, Regina (org.). Políticas Públicas de Juventude. Brasília, 2006. Livro produzido pelo CONJUVE/SEJUVE - Presidência da República, dirigido aos gestores de juventude.

Nesse processo o Ministério do Esporte:

a) Constituiu uma **coordenação dedicada à questão da juventude** em sua estrutura organizativa, que tem como tarefa articular internamente as ações referentes à juventude, socializar as questões postas pelo CONJUVE no âmbito do Ministério e acompanhar as ações externas que abrangem questões do esporte.

c) Está implantando, no âmbito do **Programa Segundo Tempo**¹⁰, projetos-piloto de núcleos de esporte nas universidades e no ensino médio, com participação da juventude na tomada de decisões. Esses projetos possuem características de gestão, metodologia e conhecimentos adequados à dinâmica das universidades e CEFETs. Além disso, a Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED) tem ampliado a participação da juventude nos jogos nacionais e internacionais. Junto ao Ministério da Educação, a partir do Programa Mais Educação, o ME tem investido em infra-estrutura esportiva para as escolas públicas — no final de 2009 terão sido beneficiadas 5.000 unidades escolares.

d) No **Programa Esporte e Lazer da Cidade**¹¹, propôs-se a tratar o esporte e o lazer de forma inter-geracional, possibilitando uma vivência importante para o jovem no convívio com outras gerações. Esse programa tem tido alto índice de participação da juventude nas suas atividades. A parceria com o PRONASCI¹² acentua a participação de jovens entre 15 e 24 anos que vivem em situações de vulnerabilidade

10 O Programa Segundo Tempo promove o acesso a atividades esportivas e ações complementares, desenvolvidas em espaços físicos comunitários ou em escolas, tendo como enfoque principal o esporte educacional realizado no contraturno escolar.

11 O Programa Esporte e Lazer da Cidade envolve todos os segmentos etários – criança, adolescente, jovem, adulto e idoso –, além de pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, em atividades esportivas, recreativas e de lazer, desenvolvidas por parceiros conveniados com o Ministério do Esporte.

12 O PRONASCI é um programa do Ministério da Justiça voltado à segurança nacional na perspectiva da prevenção à violência, articulando educação, formação profissional, cultura, esporte e lazer para jovens em vulnerabilidade social.

de social e econômica. O PELC tem abordado, também, as comunidades indígenas, do campo e as pessoas com deficiência.

e) Com o **Pintando a Cidadania**¹³, um programa de inclusão social voltado à geração de trabalho e renda, tem qualificado jovens de comunidades socialmente vulneráveis, que organizam cooperativas voltadas à produção de materiais esportivos distribuídos aos programas sociais de esporte e lazer.

g) Visando à construção e melhoramento da infra-estrutura esportiva, está construindo **Praças da Juventude**¹⁴ para propiciar, nas principais cidades brasileiras, a democratização da prática esportiva e a elevação da qualidade de vida nas comunidades. Nessa área, em esforço conjunto com o Programa Mais Educação do MEC, o ME estará reformando a infra-estrutura esportiva de universidades públicas e CEFETs em todo o país.

h) Vem desenvolvendo ações para a juventude no âmbito do esporte de alto rendimento. O **Programa Bolsa Atleta** atende em sua maioria jovens, promovendo a manutenção pessoal mínima dos atletas de alto rendimento que não possuam patrocínio, para que tenham condições de se dedicar ao treinamento esportivo e participar de competições, visando ao desenvolvimento pleno de suas carreiras esportivas. Esse programa, vale destacar, contempla hoje a totalidade dos atletas de todas as categorias.

i) Tem buscado inserir o país no circuito dos **grandes eventos esportivos**, como os Jogos Pan-americanos Rio 2007, que permitiram

13 O Programa Pintando a Cidadania é uma versão do Programa Pintando a Liberdade, o qual cumpre o papel de ressocialização de detentos a partir da produção de materiais esportivos para os programas de inclusão social pelo esporte, com trabalho remunerado. Ao participar do Programa o detento tem sua pena reduzida. Como a população carcerária no Brasil é composta em grande parte por jovens, é importante ressaltar essa ação para juventude apenada.

14 Ação conjunta do ME e PRONASCI, com estrutura padronizada em módulos com quadra poliesportiva coberta, quadra de vôlei de praia, campo de futebol society, teatro de arena, pista de skate e para salto, centro de convivência e sala de ginástica, instalados em locais de vulnerabilidade social.

mostrar ao mundo nosso potencial e capacidade administrativa, técnica e política para receber e realizar com sucesso eventos esportivos de grande porte. Além disso, para o Governo Federal os grandes eventos esportivos ganham importância quando convertidos em políticas públicas, o que implica em adotar o paradigma dos legados sociais, que, a partir das questões específicas do esporte, sua qualificação material e técnica, promovem e articulam as políticas de educação, formação profissional, ciência e tecnologia, urbanismo, meio ambiente, geração de trabalho e renda dentre outras, comprometidas com a inclusão social e o desenvolvimento do país.

j) No âmbito da participação social tem procurado, em especial com a **III Conferência Nacional do Esporte**, envolver a juventude no debate das políticas públicas de esporte, proporcionando espaços como as conferências livres em escolas, universidades, centros esportivos, clubes e comunidades, e estimulando a participação nas etapas eletivas.

Além das ações listadas acima, a **Rede CEDES**¹⁵ tem em seu rol de pesquisas vários temas referentes à interface entre esporte, lazer e juventude. Em especial, as redes de sociabilidade juvenil e o observatório do torcedor abrangem estudos sobre as torcidas organizadas dos times de futebol, com forte presença da juventude em suas estruturas¹⁶.

O debate sobre as políticas públicas de esporte e juventude tem sido preocupação do Governo Lula desde sua primeira gestão. O ME vem acompanhando e participando ativamente desse processo, que demanda relações intersetoriais com as diversas políticas que compõem o corolário de formação e desenvolvimento juvenil, entre elas as de educação e cultura. Alguns setores avançaram mais. A dinâmica de cada pasta não é linear.

15 Rede CEDES: rede de pesquisas sobre políticas públicas de esporte e lazer, fomentadas pelo ME em parceria com as universidades brasileiras.

16 Cf. Catálogo de Pesquisas em Esporte e Lazer. Rede CEDES - Ministério do Esporte, 2008.

No momento da concepção dos programas sociais de juventude não foi possível constituir matriz unitária que integrasse as diversas áreas e suas atividades. Porém, o que vale destaque é que há vontade política e determinação para se pautar a questão da juventude nas agendas das políticas sociais. Vários programas sociais do Governo Federal que apresentam ações para a juventude buscaram se consolidar enquanto política pública, qualificando e ampliando suas condições de acesso. É o caso do Programa Segundo Tempo, que, procurando resolver o grande desafio de responder às questões emergenciais de atendimento aos segmentos mais vulneráveis, compreende ao mesmo tempo ser fundamental envidar esforços para, paulatinamente, reverter-se em política estruturante, atendendo ao preceito constitucional do esporte como direito. Pensamos ser esse um caminho seguro para a consolidação, em nosso país, de um novo projeto nacional de desenvolvimento, alicerçado em um conjunto articulado de políticas gerais e específicas.

Essa tem sido a perspectiva do Ministério do Esporte. Por isso apoiamos e estimulamos eventos como este Seminário, que, de forma ampla, articulada e plural, ajudam a trazer à luz elementos teóricos e políticos relevantes para a qualificação das políticas públicas de esporte para a juventude.

POLÍTICAS DE ESPORTE E JUVENTUDE EM CUBA

*Ileana Alfonso Valdés**
*Eduardo Pérez Caballero***

Antes de tudo, ao falar de política de esporte em Cuba, é necessário resgatar dados sobre a condição do esporte antes de 1959. Na época, existiam esportistas fundamentalmente no beisebol e no boxe, cerca de 14500 alunos praticavam a Educação Física em escolas privadas, somente oitocentos instrutores de esporte graduados em cursos curtos de verão. Ainda, havia poucas instalações e em sua grande maioria se situavam na capital do país. De maneira geral, o profissionalismo, os jogos de azar e o vício caracterizavam o esporte. Somente cerca de 0,1% da população praticavam alguma modalidade esportiva.

A partir de então, o Estado cubano infundiu uma nova concepção, a de que “*El Estado orienta, fomenta y promueve la cultura física y el deporte en todas sus manifestaciones como medio de educación y contribución a la formación integral de sus ciudadanos*”, e mais, que “*El Deporte es un Derecho de Todo el Pueblo*”. Nesse sentido, o esporte não propicia benefícios somente a saúde e a disciplina, mas também é uma atividade que contribui para a formação do novo homem. Por isso, o Estado garante a todo e qualquer cubano o direito ao acesso às atividades esportivas.

Como consequência, os temas juventude e infância passaram a ser preocupação do Estado, sendo definidos os estatutos da infância e da juventude, bem como o estatuto da família. Além disso, organizações como Organização dos Pioneiros José Martí (OPJM), Federação dos Es-

* Diretora de Relações Internacionais do Instituto Nacional de Esportes, Educação Física e Recreação de Cuba.

** Representante do Movimento Desportivo Cubano no Brasil.

tudantes de Ensino Médio (FEEM), Federação Estudantil Universitária (FEU) e a organização política União dos Jovens Comunistas (UJC) têm contribuído com a formação e a preparação para a vida das crianças e dos jovens. A educação pré-escolar ao nono ano é obrigatória. A universidade é garantida a todos, bem como a entrada do mundo do trabalho para os graduados. A relação estudos-esporte-cultura-trabalho passou a ser o pressuposto para a política pública orientada às crianças e aos jovens.

Assim, o modelo desportivo cubano se constitui pela a integração, organização, administração, desenvolvimento, avaliação e aperfeiçoamento contínuo das diversas modalidades que compõem o movimento esportivo em Cuba. Esse modelo está relacionado com o Sistema Escolar Desportivo (SED), tal como se observa na pirâmide abaixo. Existem escolas de formação como o Instituto Superior de Cultura Física (ISCF) que desempenha o papel de investigação através de uma rede de faculdades em todas suas 14 províncias e na capital, bem como as Escolas para Professores de Educação Física. Este instituto é também responsável pelo apoio multidisciplinar, em conjunto com o Instituto Médico Esportivo (IMD).

Ainda, o sistema desportivo conta com uma estrutura institucional formada por 380 escolas desportivas e mais de 110 064 estudantes matriculados, sendo a universalização uma realidade nos 169 municípios do país, bem como a existência de cursos de habilitação de professores de Educação Física e Esporte.

*Pirâmide do Regime
de Participação*



Neste sentido, o sistema desportivo cubano garante a 2500000 estudantes a prática da Educação Física em todos os níveis de ensino. Existem mais de 23000 professores de Educação Física e mais de 67000 especialistas que trabalham no Sistema Desportivo. Ainda, 68300 estudantes se preparam para serem futuros licenciados em Cultura Física, sem contar, os já 47900 graduados.

Em todo o país, a população pratica em torno de 38 esportes. Já em cada município cubano se desenvolvem em torno de 15 modalidades esportivas, em média. Como suporte para a prática esportiva, existem mais de 12000 instalações esportivas. Também existe uma Escola Internacional de Educação Física e Esporte (EIEFE) com bolsistas de 85 países, bem como, tratando-se de recursos humanos, há 152 doutores em Ciências da Atividade Física e Esporte e outros 400 estão em formação no Doutorado.

Na medida em que a Educação Física, o esporte e a recreação são considerados prioridades nacionais, as políticas esportivas em Cuba são dirigidas a atender múltiplas dimensões. Uma dos enfoques fundamentais é o de que as políticas podem contribuir para a solução de problemas sociais. Elas podem possibilitar o saudável entretenimento como opção para crianças, jovens e famílias, garantindo a educação e ampliação da cultura geral, ao tempo, em que desenvolvem valores éticos morais de convivência, tolerância, paz cotidiana e duradoura e se promove o prolongamento da vida ativa e do bem-estar social. Por isso, o Estado cubano entende o esporte como direito, garantindo as horas semanais que cada criança, adolescente e jovem necessita para se exercitar como parte dos programas de Educação Física.

Do ponto de vista das relações internacionais, o esporte pode estabelecer alianças estratégicas e fortalecer a cooperação internacional, entendendo a importância da unidade e a solidariedade entre os seres humanos e da amizade internacional.

Por fim, o esporte contribuirá com o bem-estar do cidadão, a sua identidade nacional, o resgate de suas tradições, o valor de sua cultura e da satisfação de suas necessidades e esperanças, na medida em que o seu desenvolvimento for concebido como estratégia com metas a curto, médio e longo prazo e sobre bases científicas e mensuráveis. Para isso, deve ser garantida a dedicação de recursos humanos, a infra-estrutura necessária para a prática esportiva, os implementos esportivos, assim como o financiamento de programas e projetos de Educação Física, de esporte e de recreação. Além disso, deve-se facilitar o trabalho de organizações sociais e desportivas e a participação da comunidade no desenvolvimento dos programas e projetos e deve-se favorecer a auto-gestão na organização e orientação das atividades esportivas.

Imagem desportiva de Cuba

Uma pequena ilha de 11 milhões de habitantes e aproximadamente 110 mil km² conta com uma história no esporte que tem assombrado o mundo por ser terra de campeões olímpicos e mundiais, de recordistas e figuras que tem feito façanhas, mantendo-se entre os 10 primeiros países do mundo nos Jogos Olímpicos e com um nível competitivo olímpico e mundial em mais de 20 modalidades esportivas. Em esportes não tradicionais que começaram a ser praticados nos anos 1980 em Cuba já se têm convertido em potência mundial. As glórias esportivas são expressão de quanto pode ter sucesso um país pequeno, em que o esporte é um direito do povo e em que a participação massiva propicia o desenvolvimento de múltiplas modalidades esportivas. Isto em si forma parte do que denominamos o segredo do esporte cubano.

Êxitos do esporte cubano

Muitos aspectos podem ser considerados como exitosos no esporte em Cuba. O sistema de formação dos recursos humanos, o qual garante professores de Educação Física especializados da primeira ao quarto grau escolar, é o que sustenta a prática esportiva no sistema educacional desde a pré-escola até a Educação Superior.

A prática de pelo menos 15 modalidades como média nos 169 municípios do país, a realização dos jogos escolares, as escolas esportivas e a concepção da formação integral do atleta são elementos que dão forma ao sistema competitivo e à participação esportiva, considerando-os como dimensões da correlação massividade *versus* alto rendimento presente na política pública do Estado cubano.

Outro pressuposto da política pública é a concepção de que o esporte e a atividade física devem ser pensados em integração com os outros componentes do desenvolvimento social, compreendendo-os vinculados com a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano.

A atividade física e o esporte como meio de reabilitação de condutas e de reclusos

A atividade física e esporte podem contribuir com a reabilitação de condutas na medida em que educa para o respeito das regras e das normas das modalidades esportivas; possibilita o fortalecimento da amizade, solidariedade, disciplina e bons sentimentos humanos; fortalece o conceito de equipe e coletividade; ajuda a superar frustrações e contribui para deixar de lado diferenças de todo tipo. Desta maneira, a dedicação do tempo livre a uma atividade saudável e educativa

resguarda de pensamentos nocivos e projeta uma adequada escala de valores e um modelo de ser humano.

Os programas de atividade física podem contribuir para o tratamento de grávidas e lactantes, para a manutenção do estado de saúde, para o cuidado com a terceira idade, para a diminuição do consumo de medicamentos, para a reabilitação de enfermidades de vários tipos (incluídas as orgânicas e as neurológicas), para a reabilitação pré e pós-operatória e de transplantados, entre tantas outras funcionalidades. Múltiplas enfermidades podem ser superadas com ginástica terapêutica, desde as cardiovasculares, ósseas e psíquicas.

Cooperação Internacional

A cooperação internacional é desenvolvida em muitos aspectos, desde a oferta de bolsas e vagas de pré e pós-graduação, convênios bilaterais e multilaterais entre universidades e países, convênios com organismos internacionais, investigações conjuntas, realização de congressos, simpósios e cursos internacionais, intercâmbio de bibliografia especializada e meios didáticos. Ainda, são realizados intercâmbios de experiência entre diretores e especialistas de formação de recursos humanos e constituídas redes regionais, sub-regionais e internacionais de universidades, faculdades e escolas de Educação Física. O estímulo da área temática em congressos e eventos científicos, o intercâmbio de informação e documentação científico-técnica digital e as publicações de artigos em revistas especializadas são ações que promovem a troca de informações sobre o esporte.

A Escola Internacional de Educação Física e Esportes (EIEFD) pode ser considerada como uma universidade que tem como foco a solidariedade e a cooperação internacional, contando com cerca de

1200 estudantes bolsistas de 75 países, especialmente os da América Latina e Caribe, África, Ásia e países árabes.

Para finalizar, apresento as palavras de Fidel Castro, pronunciadas em março de 2001: *“El deporte es bienestar, es estándar de vida, es salud, es felicidad y honor para los pueblos, y quizás el más eficiente instrumento para luchar contra las tendencias delictivas, contra la droga y otros muchos vicios que acosan a las sociedades modernas...”*.

OS CLUBES NA CONSTRUÇÃO DO NOVO SISTEMA NACIONAL DE ESPORTES E LAZER

*Ver as coisas por fora
É fácil e vão!
Por dentro das coisas
É que as coisas são!*

CARLOS QUEIRÓS

*Roberto Libardi**

A construção do novo **Sistema Nacional de Esportes e Lazer** (SNEL) nos traz grande motivação de uma nova perspectiva de futuro mais equânime e de inclusão nas diferentes manifestações do esporte e lazer.

Entender as diferentes formas de manifestação do esporte e do lazer em relação às suas práticas e finalidades é fundamental para a compreensão de que ser diferente não significa ser excludente.

É imprescindível para o sucesso do novo sistema que as funções de todos os agentes que fazem parte dele se alinhem de modo que a estrutura ganhe uma nova forma e consiga atender todas as necessidades e obter os melhores resultados qualitativos e quantitativos.

Conhecer o passado e entender o presente para planejar o futuro

Diferente de outros países em que o fomento do esporte olímpico acontece nas escolas, no Brasil ocorre através dos clubes sociais e esportivos. Este modelo clubístico genuíno e construído pela sociedade brasileira organizada sem finalidades lucrativas (clubes) existe há mais de 100 anos e, graças a ele, nosso país possui um sistema de esporte olímpico que funciona de forma independente e que utiliza

* Especialista em Clubes Esportivos e Sociais pela Confederação Brasileira de Clubes — CBC

de seus próprios recursos para sua subsistência, sem ajuda do Estado.

O modelo atual e que abastece o esporte olímpico nacional, suficiente ou não, é o único sistema que conseguiu se estabelecer e se organizar ao longo do tempo, colateralmente ou transversalmente a outros do poder público.

Entendemos que este atual modelo de fomento ao esporte de base (rendimento e alto rendimento) está concentrado num único e principal agente, que são os clubes sociais e esportivos. Estes, sozinhos, não são suficientes para alavancar nosso país num melhor posicionamento no ranking olímpico internacional, hoje modestamente ocupando a 37^a colocação.

Alguns argumentos podem ser levantados na tentativa de entender o que está em torno do questionamento inicial e de uma possível desvalorização da história dos clubes na construção do desenvolvimento do esporte nacional.

Ampliando os agentes de fomento do esporte olímpico nacional

Embora não tenhamos adotado o mesmo modelo de outros países desenvolvidos, onde nas escolas é que se realiza o trabalho de fomento ao esporte olímpico, reconhecemos que somente dentro do ambiente estudantil é que conseguiremos transformar nosso atual e restrito modelo.

Ao pensar o fomento do esporte de base (olímpico) sendo realizado dentro das escolas públicas, temos que considerar a precariedade do atual sistema, onde mais de 50% não possuem locais apropriados para as aulas de Educação Física e que, na educação infantil, continua fora dos currículos.

É claro que estas limitações não podem ser justificativas de inviabilidade e sim pontos desfavoráveis e desafiadores que devem ser amplamente discutidos e solucionados, dentro de uma política favorável à construção do novo SNEL.

O modelo de fomento dos clubes brasileiros

O modelo de sucesso utilizado pelos clubes de fomento ao esporte olímpico de base está centrado nos seguintes fatores: cultura e razão de ser, infraestrutura, recursos humanos, financiamento e competição.

- Cultura e razão de ser: O esporte não é somente a principal atividade de um clube. É muito mais que isso, é a sua razão de ser. Seus princípios e valores estão entrelaçados na própria filosofia do esporte e fair play.

- Infraestrutura: Os clubes detêm 90% das instalações esportivas com medidas oficiais no país. Estes ativos foram construídos ao longo de muitos anos e todos com recursos próprios, oriundos das mensalidades dos seus associados.

- Recursos humanos: Os clubes são os principais formadores de mão de obra especializada em esporte de alta performance no país (gestores e gerentes de áreas de esporte, técnicos de modalidades esportivas, medicina esportiva, manutenção de ativos e equipamentos de esportes, marketing esportivo, preparação física, área jurídica especializada e direito esportivo, entre outras complementares).

- Financiamento: No esporte de base (categorias menores), onde a visibilidade para atrair investidores e parceiros é muito pequena, são os associados dos clubes que mantêm, com os próprios recursos, estas categorias em atividade.

- Competições: As federações esportivas criadas e mantidas pelos clubes são as organizadoras das competições e eventos que motivam os jovens a continuar praticando o esporte de rendimento e também a ponte para compor as seleções de suas cidades, estados e a seleção nacional em suas diferentes categorias.

Considerando os itens acima apresentados, que, para os clubes, são fatores críticos para o sucesso, acreditamos que as escolas também devam ter o seu próprio modelo.

Do simples ao complexo e do mais importante ao menos importante

Diferentes dos clubes, as escolas públicas continuam ainda sem estrutura e lutando para obter o mínimo: que é possuir uma quadra e ter um profissional de Educação Física. Garantir aos jovens das escolas públicas a inclusão no esporte e lazer, e mais ainda, garantir espaços para a realização da prática é, sem dúvida nenhuma, nosso maior desafio na construção do SNEL.

Importante reforçar que o modelo do esporte escolar dos países desenvolvidos é de característica extracurricular e o sistema de “cultura corporal” é amplamente garantido a todos os alunos dentro da disciplina da Educação Física, inclusive na educação infantil.

Antes da estruturação do esporte escolar no Brasil com o objetivo de fomento olímpico é preciso pensar na correção das limitações que o atual Sistema Esportivo Nacional impõe ao desenvolvimento do esporte no país, em especial, à prática esportiva de formação.

Somente após a garantia das condições básicas de inclusão e na

ampliação da participação esportiva no país é que poderemos iniciar uma nova etapa que contemplará o fortalecimento do esporte de base de rendimento (olímpico), onde obteremos grandes avanços em nossas participações olímpicas.

Quem sabe, estaremos construindo nas escolas um novo sistema de esporte escolar “Clubes da Escola”, explorando em toda a sua plenitude e aprofundando suas relações, em especial, com o lazer e o bem estar das pessoas.

A interação esporte/escola/universidade nas políticas de esporte para a juventude

INTERAÇÃO: ESPORTE/ESCOLA/UNIVERSIDADE

*Prof. Dr. Lauro Inacio Ely**

Introdução

Falar ou escrever sobre políticas de desporto e sobre formas de interação delas com os segmentos do desporto, escola e universidade, sem dúvida, é um tema ao mesmo tempo amplo e complexo, não somente quanto aos conceitos, mas principalmente quanto ao seu desenvolvimento. É um tema que encontra adeptos nos mais diversos segmentos desportivos para debates. Encontros como este passam a ser, então, estratégicos para aprofundar o assunto e, quando o foco é voltado à nossa juventude, parece que a demanda requer, além do aprofundamento, uma maior velocidade para a questão, pois esta é uma faixa etária que talvez merecesse uma atenção maior em se tratando de política de desporto.

A interação da escola, do desporto e da universidade é uma rede de parcerias que se torna fundamental para a formação de políticas de desporto nos segmentos do desporto educacional e de participação, ou seja, sem isso, fica mais complexo fomentar uma outra parceria entre o poder público e a comunidade, célula essencial para gerar políticas de desporto de sucesso.

O que fazer para desenvolver políticas desportivas no Brasil? Poderia dizer: simplesmente colocar em prática o mais rápido possível o “documento final da II Conferência Nacional do Esporte”. Mesmo assim, tentarei contribuir um pouco com as vivências que vão ao encontro do tema desse seminário, focadas ultimamente na gestão do desporto, como professor, investigador e gestor, no que diz respeito às demandas municipais, regionais e universitárias.

*Professor e pesquisador na área da gestão do desporto do Centro Universitário Univates de Lajeado (RS)

Desporto

Nas últimas décadas, o desporto tem-se convertido em um importante fenômeno social que está intervindo, de forma direta, na vida cotidiana da maioria das pessoas, com uma exigência cada vez maior dos seus praticantes. Em um cenário em que os recursos financeiros se tornam cada vez mais escassos, o profissional dessa área não pode mais administrar apenas baseado no bom senso e em experiências pessoais.

Pode-se ressaltar que houve uma grande expansão das atividades físicas e desportivas em razão, principalmente, do desenvolvimento industrial e tecnológico e da implementação de novas formas de administrar as grandes empresas. Tal desenvolvimento proporcionou o aumento do tempo livre dos trabalhadores, transformando a sociedade do trabalho também em uma sociedade com tempo livre. Dessa forma, o desporto alcançou um significado especial, “dificultando o seu entendimento porque passou a ter uma variedade de facetas, contornos e sentidos, adquirindo, nos dias atuais, um caráter plural”, como refere Bento (2003).

Este cenário exige muito planejamento, com ações organizadas, profissionais qualificados também para as questões administrativas, projetos eficientes e eficazes. Também há, sem dúvida, uma necessidade cada vez mais flagrante de desenvolvimento de projetos em parcerias, para que possam encontrar a sustentabilidade das ações, imprescindível para contribuir de forma decisiva na formatação de políticas públicas de desporto, ou seja, precisamos encontrar o equilíbrio entre o resultado imediato e a morosidade dos sistemas ou dos processos.

Para que isso se torne uma realidade, principalmente na área da Educação Física, necessitamos desenvolver algumas culturas, como a do planejamento, a do profissionalismo, a do empreendedor. Devemos estimular a cultura de reclamar menos e fazer mais, ou seja, precisamos compartilhar as responsabilidades.

Uma descentralização do poder e das ações em regiões ou municípios implica que as prefeituras aumentem o valor investido no desporto. Segundo estudo do IBGE e Ministério do Esporte de 2003, o perfil dos municípios brasileiros, em relação ao desporto, revela que estes não investem mais de 1%, assim como também necessitam da criação de conselhos municipais ou secretarias de desporto.

Enfim, a gestão do desporto precisa se renovar sempre, com conhecimentos da organização plana da gestão moderna, identificando a oportunidade de negócio, conforme diz Salim (2004, p. 20) ou quando Rebocho (2004, p. 60) diz que precisamos dominar a arte de negociar, para haver negócio, precisa ser efetivo para ambos.

Políticas Públicas de Desporto

A gestão de políticas públicas de desporto no contexto da globalização é, de acordo com Matheus (2002), um desafio para todos e regulamenta a forma como os municípios devem orientar suas políticas públicas, a relação do poder público com sua comunidade, vista de forma ampla e integrada às outras necessidades da população. Sem dúvida, a melhor política pública de desporto e lazer é àquela que a maioria da população tem acesso, desempenhando, assim, o papel estratégico das políticas públicas: a construção da igualdade da justiça social.

Precisamos pensar no contexto atual do desporto no Brasil, onde a mídia destaca o alto rendimento, onde a globalização do conhecimento provoca mudanças, exigindo novos conhecimentos, onde as dimensões geográficas proporcionam obstáculos de todas as ordens, onde a dificuldade pela continuação das ações é uma realidade, e onde a morosidade dos processos fazem da implantação de políticas de desporto um grande desafio para todos os níveis governamentais, para as áreas voltadas para o desporto e para os cidadãos brasileiros. Essa descrição,

ao mesmo tempo que clama por espaços de reflexão, por estudos de cenários prospectivos, pela proposição das políticas públicas para o desporto, apresenta, como uma das alternativas de viabilização e sustentabilidade, pensar em políticas municipais e regionais, acreditando ser mais fácil contar com a vontade política e com a agilidade dos processos de implantação e desenvolvimento.

É claro que o desporto brasileiro vem tendo avanços muito significativos nos últimos anos e por diversos fatores. Podemos destacar as conferências do desporto realizadas em todas as esferas governamentais do país, dando mais transparência e maior participação, produzindo subsídios relevantes para a formatação e implantação de políticas públicas. Nesse sentido, necessitamos desenvolver algumas estratégias que possam acelerar o processo, para que não se modifiquem os cenários levantados antes que atitudes aguardadas pela sociedade surjam como impactantes.

Uma outra forma para desenvolver e fomentar políticas públicas de desporto de sucesso são os projetos que devem nascer com a concepção de continuidade, que possibilitam a parceria entre o público e o privado, projetos mais para o Estado e menos para os governos. Neste sentido, volto a insistir na descentralização das políticas públicas, fazendo com que municípios ou regiões desenvolvam as suas políticas, até porque, o cenário esportivo do Brasil apresenta muitos contextos desportivos, em que existem as demandas diferenciadas, fazendo com que uma política nacional não encontre compatibilidade em todos eles com o mesmo sucesso.

Acredito que o sucesso da implantação de uma política pública de desporto requer acompanhamento contínuo, envolvimento das comunidades, em sintonia com o desenvolvimento, existindo um processo de avaliação da mesma, tanto dos seus resultados quanto dos seus impactos, sejam eles econômicos, políticos, sociais ou outros.

Escola

Com certeza é na escola que se localiza a oportunidade de ouro para desenvolver um lastro diferenciado, para atingir o que chamo de “a missão da Educação Física atual” ou seja, dar início a desportistas para a vida e, assim, aumentar o número de praticantes de atividades físicas, uma prática desportiva de forma regular e sistemática, o que exige uma cultura forte de políticas públicas de desporto.

É na escola onde se encontra o espaço nobre para se começar a gostar do desporto, se desenvolver e se conscientizar de que isso deverá integrar o projeto de vida de cada pessoa, fazendo com que a criança se torne um desportista para juventude, idade adulta, melhor idade, enfim, para a vida.

O aluno que chega ao Ensino Médio na sua juventude, já teve a grande oportunidade de se tornar um desportista (ou não) para a vida, restando outras possibilidades menos impactantes, que talvez precisem de remendos, às vezes extremamente complexos para serem geridos.

Com certeza, depois de muitos anos em que o adolescente vivia num limbo, com poucas ações voltadas a ele, o cenário das escolas hoje é outro, oferecendo diversas oportunidades. Existe a atividade do turno oposto, Escola Aberta, Segundo Tempo, com os mais diversos objetivos como a inclusão social, a vivência prática, a formação de talentos e também a aproximação dos familiares.

A maioria dos projetos e programas citados acima, independentemente do seu segmento ser educacional, de participação ou rendimento, tem trazido muitos impactos positivos para as sociedades e cidadãos, e, se existem lacunas a serem melhoradas, acredito ser esta uma tarefa principalmente dos profissionais de Educação Física.

Universidade

A universidade sempre foi uma instituição conservadora, segundo Marques (2002, p. 147), isolada no seu espaço físico, distante da realidade social, do dinamismo das suas transformações. Esse cenário está se modificando, em função dos desafios da mudança que a ela são impostos, fazendo com que a universidade hoje esteja aberta para a comunidade. As instituições de ensino superior já não se diferenciam apenas pela qualidade pedagógica e pela investigação científica. Hoje, o mérito das universidades mede-se também pela capacidade de converter o conhecimento em valor empresarial (GOMES, 2008, p. 14).

A história e a evolução das grades curriculares dos cursos de Educação Física, no início, perduravam mais de trinta anos, enquanto que as grades curriculares atualmente sofrem modificações quase que de quatro em quatro anos. Se, durante 40 anos, a formação dos profissionais estava basicamente voltada para a escola, o cenário atual mostra uma demanda muito diferenciada.

A inclusão de disciplinas de gestão do desporto, o crescimento dos cursos de pós-graduação e a produção de novos conhecimentos têm sido fundamentais para ajustar o processo à demanda atual. Precisamos concordar que esse processo também está muito lento; existe uma demanda muito grande hoje de gestores desportivos, de profissionais que dominam a gestão do desporto.

Então, a universidade hoje proporciona diversas formas de interagir com a escola e, nesse caso, também com a comunidade, através de estágios, horas complementares, atividades de extensão como cursos, eventos, projetos sociais, cursos de pós-graduação, consultorias e pesquisa para a produção de novos conhecimentos e a socialização desses conhecimentos.

A universidade precisa tornar o perfil do profissional de Educação

Física um pouco mais empreendedor. Nesse sentido, Salim & Nasejaon (2004), afirmam que “empreender é hoje uma alternativa real de empregabilidade para o estudante de graduação”.

Enfim, a universidade, apesar de algumas dificuldades, entre todos os segmentos necessários para modificar cenários desportivos, desenvolver culturas esportivas para a vida, fomentar políticas públicas, passa a ter um papel muito relevante para acelerar todo esse processo. Formar profissionais de qualidade, conscientes da sua responsabilidade social, interagindo, de forma impactante, com o desenvolvimento regional.

Desporto Universitário

Cabe, neste momento, um breve resgate histórico da vida desportiva na universidade brasileira, mencionando a antiga prática desportiva, quando as IES (instituições de ensino superior) ofereciam a todos os alunos de cursos superiores uma ou duas disciplinas de Educação Física ao longo dos seus cursos. Sem dúvida, era uma proposta muito interessante, que oportunizava aos jovens e alunos do ensino superior mais uma forma de dar continuidade às atividades desportivas para a sua vida. Infelizmente, pela ineficiência em que as atividades eram desenvolvidas na maioria das instituições, ela deixou de existir na década de 90, provando que, do modo como vinha sendo ministrada, a sua extinção não causou grandes impactos. Simplesmente repetiam, ou davam continuidade ao modelo pouco estimulante praticado nas aulas de Educação Física no sistema escolar do Ensino Médio.

Na década de 80, com o surgimento das Pró-Reitorias Comunitárias e de Extensão, a gestão do desporto universitário, ao mesmo tempo que parece ter recebido um novo ânimo, também começou a fragilizar as Associações Atléticas – que eram responsáveis pela gestão do desporto, com recursos vindos da administração das carteiras estu-

dantis, participando e realizando principalmente eventos desportivos –, tanto pelo sistema das IES quanto pela inoperância e pouca transparência dessas Associações.

Hoje, a gestão do desporto universitário integra um cenário em que as IES, após uma ascensão nas suas atividades de extensão, encontram barreiras de sustentabilidade. Elas necessitam encontrar estratégias mercadológicas para lidar com a concorrência, clamando por investimentos, também com a pulverização de cursos que aumentaram a competitividade e com as dificuldades financeiras dos seus alunos.

Pode-se também juntar a esse cenário uma certa crise de identidade das IES em se posicionarem sobre o tipo de desporto que querem desenvolver, se de rendimento ou de participação e, até mesmo, se a opção é pelo desporto universitário ou desporto na universidade. Esses elementos colaboraram para inibir o processo de uma política de desporto universitário mais consistente.

Outra questão que pode ser considerada tanto causa quanto consequência diz respeito aos executivos do desporto universitário, ou seja, quem são ou quem devem ser os gestores do esporte universitário — acadêmicos, professores, ambos, ou outros profissionais para exercerem tais funções, ou seja, não existe somente um ou dois modelos de gestão, mas, sim, centenas de modelos.

As condições econômicas do país apontam para uma carência de recursos financeiros, o que passa a ser uma realidade das Instituições de Ensino Superior. Assim, os recursos para as atividades de extensão passam a ser disputados entre as diversas áreas, levando vantagens, nesse caso, projetos criativos e sustentáveis. Para tanto, são encontradas algumas dificuldades, pois nem sempre o desporto é gerido por profissionais qualificados para tanto, e, sim, por aquele professor que tem algumas horas disponíveis dentro da instituição. Isso faz com que as ações desenvolvidas nem sempre tenham uma continuidade, sendo muito comum

ouvir comentários como: “IES tal cortou as bolsas de estudo”, “IES tal desativou as equipes”, “tal evento não sairá esse ano” e assim por diante.

Sobre a organização do desporto universitário, Pires (2003) garantiu que este “precisa descobrir o poder da inovação”, e, 14 anos após, temos consciência de que isso vem acontecendo, mas de uma forma muito lenta, necessitando da aceleração do processo.

Segundo Toledo (2006, p. 25), num contexto mercadológico competitivo, o “desporto universitário faz do marketing esportivo uma ferramenta estratégica para a imagem institucional”, o que acredito ser a realidade ainda de uma minoria de IES, dificultando, assim, uma política nacional mais consistente do desporto universitário. Até porque muitas IES ainda consideram o esporte uma despesa e não um investimento, o que também, em muitos casos, não deixa de ser a verdade.

As tendências, para qualquer segmento desportivo obter sucesso e contribuir em políticas públicas, apontam para uma gestão profissional com domínio do processo de parcerias, planejamento, gestão de projetos, atacando um maior número possível de frentes, cujos projetos também encontram uma sustentação teórica. Nesse sentido, a produção de conhecimento através da pesquisa de campo, a fim de obter uma transparência maior do cenário sobre a gestão do desporto universitário, passa a ter um significado relevante.

Algumas considerações

a) O cenário desportivo passa a ter algumas certezas quase absolutas: a prática desportiva regular e sistemática atua de forma impactante na qualidade de vida das pessoas; as organizações precisam de parcerias, mas nem todas dominam o processo e a maioria tem ciência da importância da existência de políticas públicas de desporto para aumentar o número de praticantes.

b) Precisamos que as IES revisem seus currículos no que diz respeito às grades curriculares, para rever a carga horária destinada às questões administrativas, qualificando um pouco mais seus profissionais quanto ao estudo de cenários, gestão de projetos, conhecimentos sobre o processo de parcerias e o processo de avaliação como um todo, sabendo também avaliar a satisfação daqueles submetidos aos nossos serviços.

c) Precisamos aumentar ainda mais os cursos de pós-graduação e as investigações sobre o desporto, principalmente com projetos que proporcionam impactos transformadores imediatos na sociedade (disseminação), fazendo entender que isso também é responsabilidade da iniciativa privada e não somente dos órgãos governamentais.

d) Precisamos criar políticas públicas de desporto municipais e regionais, incentivadas e acompanhadas pelos governos municipal, estadual e Federal.

e) Precisamos pensar em estratégias que possam dar mais agilidade ao processo de implantação de políticas públicas de desporto.

f) Precisamos fazer um esforço para que todas as ações, todos os projetos desportivos tenham cada vez mais transparência, que estes possam ser enquadrados, quanto aos recursos financeiros, como investimento e não como despesa.

g) Devemos fazer um esforço para que todos aqueles que fomentam, de alguma forma, o desporto, sejam mais parceiros (participem mais do processo) e menos patrocinadores.

h) Enfim, precisamos ter ciência de que todas as ações de qualidade voltadas para juventude são benéficas, mas também ter consciência de que uma política de desporto para juventude requer a demanda de outras políticas públicas, principalmente para as nossas crianças, se é que queremos formar desportistas para a vida toda.

Referências Bibliográficas

BENTO, Jorge O. **Do prazo de validade no Sistema Desportivo Português.** Sistema Desportivo Português – que modelo? Confederação do Desporto de Portugal. p. 15-32, 2003.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Construindo o sistema nacional de esporte e lazer:** II Conferência Nacional do Esporte. Documento final. Brasília: Ministério do Esporte, 2007.

FILHO, Matheus Saldanha. **Bem vindos ao curso de gestão esportiva.** São Leopoldo, 2002.

GOMES; Ricardo Miguel. **O empreendedorismo está a passar por aqui.** Revista dos antigos alunos da Universidade do Porto. nº 4, abr 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros:** Esporte 2003. Rio de Janeiro: 2006.

MARQUES, Antônio. et al. **A universidade e o desporto de alto rendimento.** Confederação do Desporto de Portugal, 2002.

PIRES, Gustavo. **Gestão do Desporto:** desenvolvimento organizacional. Lisboa: APOGESD, 2003.

REBOCHO, José Pedro Sarmiento de. **Uma visão muito particular da gestão desportiva.** Porto: FCDEF.UP, 2004.

SALIM, César Simões. et al. **Administração empreendedora.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

TOLEDO; Roberto. **Gestão do Esporte Universitário** – uma importante estratégia de marketing para as universidades. São Paulo: Aleph, 2006.

O ESPORTE UNIVERSITÁRIO E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

*Alcides dos Anjos Leitão (Jesus)**

O esporte universitário possui larga trajetória histórica. Ele já estava presente no interior das universidades mesmo antes da criação de um sistema desportivo próprio. A fundação da Confederação Brasileira de Desporto Universitário – CBDU em 1941 marca um esforço no sentido de procurar desenvolver a prática esportiva entre os estudantes. Com isso, contribuir para que o Brasil assumisse posição de destaque nos cenários esportivos nacional e internacional.

Desde então, a CBDU, entidade máxima do esporte universitário nacional, passa a realizar eventos – em especial os Jogos Universitários Brasileiros – JUB's, que se tornaram uma das maiores competições do esporte nacional. A Confederação passa a ser também a representante brasileira junto à Federação Internacional de Esporte Universitário – FISU, organizando a participação do Brasil nas competições internacionais.

Nos anos 60 e 70, o esporte nas universidades – vinculado ao sistema CBDU – se desenvolveu a partir da realização de jogos localizados e de competições nacionais. Apesar da marca participativa e mesmo da perspectiva de rendimento estarem presentes, não se pode afirmar que esta foi uma *opção conceitual* para o desenvolvimento do segmento, pois este debate sequer estava posto.

O Estado, então, se relacionava com o esporte universitário como forma de se aproximar da juventude. Contudo, com uma política que se limitava a apoiar financeiramente a realização de eventos.

* Diretor de Esportes da União Nacional dos Estudantes — UNE

Só a partir da década de 70 é que surge o debate sobre a necessidade de conferir ao esporte um caráter transformador, educacional e participativo. O que inaugura esta discussão internacionalmente e serve de referência é a *Carta Internacional de Educação Física e do Esporte* (UNESCO) de 1978.

No Brasil, esta discussão ganha força em meados dos anos 80 e se consolida com a promulgação da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que classifica o esporte como um direito de todo cidadão brasileiro. Ao longo dos anos 80 e 90, o Estado mantém a política de apoio pontual à realização de jogos e competições, sem a preocupação de construir uma política pública estruturante para o setor. Neste cenário, a prática esportiva nas universidades se restringiu a algumas instituições com jogos intra e inter cursos, de caráter meramente participativo. Os JUB's vivem forte declínio.

A partir da década de 90 as universidades públicas – polos centrais de desenvolvimento do esporte universitário – passam a conviver com uma grave crise financeira. Seu orçamento diminui drasticamente, desaparecendo qualquer recurso para investir no segmento. Com a asfixia financeira das universidades, o abandono das praças esportivas foi inevitável. As instalações careciam de ampliação, novas construções, manutenção das já existentes e contratação de pessoal especializado.

Ainda na década de 90, a grande proliferação de universidades e faculdades privadas aumentou em muito o número de alunos no ensino superior brasileiro. Estas, por sua vez, acompanharam o cenário nacional, não direcionando investimentos para o esporte. Mais recentemente é que, impulsionadas pelo grande retorno publicitário, algumas instituições de educação superior privadas têm realizado investimentos ligados ao esporte de rendimento.

O fim da obrigatoriedade da educação física nas universidades também teve impacto sobre o setor. Sua presença, ainda que polêmi-

ca, valorizava os departamentos de Educação Física e funcionava como instrumento de pressão para manutenção dos equipamentos esportivos.

A trajetória histórica do esporte universitário brasileiro nos deixa marcas claras, que devem nos servir de elementos de reflexão para a construção de nossa política.

Campanha de construção de atléticas

As atléticas são instrumentos tradicionais de organização dos estudantes em muitas universidades. Em alguns casos são, inclusive, mais tradicionais e reconhecidas que algumas estruturas com que estamos acostumados a nos relacionar no movimento estudantil.

Ao longo dos últimos anos, a União Nacional dos Estudantes vem diversificando sua atuação junto aos universitários brasileiros no sentido de dialogar e incorporar à rede do movimento estudantil um número cada vez maior de estudantes. A Bienal de Arte, Ciência e Cultura da UNE, cuja primeira edição ocorreu em 1999, foi uma primeira experiência e imediatamente se configurou em um grande sucesso – hoje é a principal atividade cultural construída por e para os jovens brasileiros. O que prova o grande potencial que tem a diversificação das formas de diálogo.

Com este mesmo intuito, faremos um debate sobre a construção efetiva de atléticas, incorporando-as à rede do movimento estudantil brasileiro. Uma campanha intensiva, que conte com a elaboração de material gráfico, cartilhas, que expliquem como se constrói uma Atlética.

Seminário Nacional de Esporte

A UNE vem realizando uma série de debates e atividades sobre o esporte. O Seminário de Esporte precisa se transformar no principal instrumento de contato com as atléticas, executivas de curso, diretorias

de esporte das entidades estudantis e Governo, através do Ministério do Esporte. O Seminário deve servir para organizar e elaborar uma política para a área esportiva. Pretendemos realizá-lo no próximo semestre.

Programa Esporte Universitário

Através de parcerias com o Ministério do Esporte, universidades e entidades estudantis elaborar um projeto de implantação de núcleos nas universidades com o objetivo central de estruturar uma política nacional de esporte, rompendo com a lógica do Estado apenas como “financiador” de eventos e sendo instrumento importante para implantação do conteúdo educacional nas atividades esportivas universitárias.

O programa deve despertar a comunidade universitária para a importância de investir no esporte como forma de contribuir para o desenvolvimento pleno dos estudantes através da elevação de sua consciência social e da busca de equilíbrio entre físico, mental e psicológico. Essa iniciativa pode e deve ter como base o Programa Segundo Tempo (já existente) que, num esforço com todos os setores que pensam a educação superior no nosso país, venha criar o Programa Segundo Tempo Universitário.

Por uma Política Nacional de Esporte!

Por políticas de Estado para o Esporte, prioridade já!

Por um grande seminário de atléticas!

Referências Bibliográficas

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Senado, 1988.

UNESCO. *Carta Internacional de Educação Física e do Esporte*, Paris: 1978.

POLÍTICAS DE ESPORTE PARA JUVENTUDE: INTERAÇÃO ESPORTE/ESCOLA/UNIVERSIDADE

*Prof^a Dr^a Roseane Soares Almeida**

Introdução

Tratar da temática “Políticas do esporte para juventude – interação esporte/escola/universidade” é um grande desafio considerando os problemas acerca dessa prática social. Políticas de esporte que queiram atingir a juventude não podem ser pensadas fora do âmbito das instâncias formadoras — escola e universidade.

Configura-se num desafio complexo, considerando que a atual situação da escola pública no Brasil possui problemas históricos de diferentes âmbitos e que, apesar de ter avançado no que diz respeito à presença quantitativa de crianças e adolescentes na escola, no que diz respeito à qualidade do ensino está ainda muito longe do desejável — acesso integral aos bens materiais e culturais socialmente acumulados e a formação do cidadão crítico e participativo, capaz do uso de seus direitos para atuar em diferentes campos da práxis social.

A partir desses desafios entendo que outra instituição que não pode ficar fora da reflexão é a universidade, que tem papel imprescindível para a formação qualificada do profissional que atua no campo da escola, e para a produção e veiculação do conhecimento na perspectiva da superação dos problemas que afetam a organização e o trato do conhecimento acerca do esporte no contexto social.

Portanto, a reflexão a que me proponho realizar acerca da temática

* Universidade Federal de Pernambuco / Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física Escolar/GEPEFE/LEPEL.

proposta toma por referência dados sistematizados em estudos e experiências empíricas no campo da escola e da formação. Tomo como eixo para exposição algumas constatações, tais como: o trato inadequado do conhecimento do esporte na escola e no processo de formação do professor de educação física na universidade; a falta de estrutura e meios para a organização do trato pedagógico na escola; a carência de políticas públicas voltadas para a qualificação do esporte na escola.

Vale ressaltar que essas questões serão aqui refletidas como expressão objetiva das contradições sociais mais gerais, que se reproduzem no contexto da escola em particular e no campo do esporte em específico.

Ao discurso da democratização do esporte e deste enquanto direito do cidadão é necessário ressaltar que, na realidade, esta prática social tem sido cada vez mais fragmentada e alienada no âmbito das relações sociais e orientada para a formação de uma elite esportiva.

No bojo dessas problemáticas, entendo que a crítica tem seu lugar numa perspectiva superadora, pois, ao reconhecer contradições de essência na realidade, poderá traçar novas possibilidades, novas abordagens, de forma a contribuir com subsídios para uma Política de Esporte para juventude que supere os problemas que impedem o estabelecimento de novos rumos à cultura esportiva nacional.

O trato inadequado do conhecimento do esporte na escola

Os problemas que afetam a educação física, o esporte e o lazer não podem ser analisados fora do contexto da educação, muito menos das necessidades e demandas sociais e culturais. Entendo que o desenvolvimento do pensamento pedagógico da educação física não pode ser apreendido fora do âmbito histórico e dos desenvolvimentos social e humano que o produziram e o reproduzem.

É necessário destacar que a partir dos fatos e dos marcos históricos e sociais em que foram construídas as bases pedagógicas da educação, o conhecimento da cultura corporal, especialmente no que se refere aos jogos lúdicos e outras atividades esportivas na escola, tem sido banalizado pela repetição mecânica de técnicas esvaziadas da valorização subjetiva que deram origem à sua criação, deixando explícita a presença de teorias ultrapassadas e/ou reacionárias, construídas como categorias da prática que respondam às questões complexas — como o desenvolvimento da aptidão física e sua pretensa contradição com a reflexão sobre a cultura corporal.

Na direção descrita destacarei alguns estudos recentes¹ realizados em escolas públicas para apontar de forma concreta o movimento contraditório entre o trato com o conhecimento do esporte, a organização do trabalho pedagógico na escola e o discurso da democratização do esporte e este como direito.

No contexto da escola pública² buscamos identificar que conhecimento o professor prioriza nas aulas de educação física. Identificamos que em todas as escolas o **esporte** é o conhecimento priorizado nas aulas de educação física.

No contato com o professor, questionamos quais os problemas relativos à organização do trabalho pedagógico e que conhecimentos ele seleciona e sistematiza para as suas aulas. A posição recorrente foi a necessidade de construir uma quadra ou melhorá-la. Outro aspecto presente nos depoimentos foi a necessidade de adquirir materiais para as aulas, em específico, bolas de modalidades esportivas.

¹ Estudos desenvolvidos pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física e Escola/GEPEFE/LEPEL/UFPE e na rede LEPEL/UFBA através de sistematização de banco de dados e da produção acadêmica de monografias na graduação e na pós-graduação.

² Os dados apresentados foram coletados a partir do Projeto de Extensão e Pesquisa “O Cap vai à escola”, um projeto de intercâmbio da disciplina educação física junto às escolas da rede pública de ensino, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFPE. Compuseram o universo do projeto 10 escolas no entorno da UFPE, onde foi aplicado um questionário aberto acerca das condições de trabalho e do conhecimento tratado pelos professores. Posteriormente, três escolas aderiram ao projeto de intercâmbio.

Sobre o conhecimento, foi predominante a seleção de três modalidades de jogos coletivos — é importante unificar os conceitos — esporte ou jogos coletivos: o voleibol, o basquetebol e o futsal e em algumas o handebol. Outro tema da cultura corporal que aparece como conteúdo selecionado foi a ginástica na perspectiva esportiva e como apoio à preparação para a realização dos jogos. Nesse contexto é possível afirmar que o universo esportivo, em torno de uma centena de modalidades e variações das mesmas, encontra-se drasticamente restrito no âmbito da escola.

Os professores em geral justificam tais escolhas atreladas a partir de suas experiências, foi atleta ou se especializou no trato de uma modalidade, ou a partir do interesse dos alunos ou da turma. As condições de trabalho e a ausência de material específico para outras formas esportivas também constaram nos depoimentos.

Constatamos que grande parte dos professores reconhece que houve problemas na sua formação acadêmica, muitos dizem não saber tratar do conhecimento da ginástica, atletismo, das lutas no contexto da escola, pois na faculdade os mesmos foram tratados no ideal do treinamento esportivo.

Os professores, dessa forma, demonstram estar desprovidos de consistente base teórica, técnica, e de domínio das metodologias específicas para o trato do esporte, para além de mera atividade, desprovidos de uma posição político-pedagógica, de conhecimentos conceituais que permitam a ampliação do universo da cultura corporal dos alunos no contexto escolar.

Outra questão de suma importância é como o professor delibera e encaminha sobre as questões relativas aos objetivos e avaliação nas aulas. Por que e para que ensinar o esporte na escola, são questões que parecem não ser claras para o professor, considerando que os critérios de seleção e organização não apresentam adequação e contextualiza-

ção para a definição do conhecimento a ser tratado. A forma como avalia, e os instrumentos utilizados, não convergem com os conteúdos tratados em aula e utilizam modelos que destoam dos objetivos da escola e do próprio planejamento de aula, enfocando apenas aspectos das habilidades físicas, descontextualizadas dos conteúdos tratados e dos objetivos estabelecidos.

Muitos procuram dar um status de disciplina às aulas simplesmente desenvolvendo aulas teóricas sobre corpo humano e noções de fisiologia sem uma articulação com as *aulas práticas*, expressão da cisão teoria e prática na escola, exigindo, posteriormente, que os alunos façam prova escrita sobre o conteúdo teórico.

Nas observações das aulas, o esporte em geral é organizado com a realização de um jogo coletivo nos modos formais, com o professor fazendo o papel de árbitro, aplicando as penalidades previstas nos códigos e regras da modalidade.

Nas experiências com oficinas junto a esses alunos, muitos deles (ensino médio) não sabem diferenciar em termos conceituais e classificatórios, por exemplo, as atividades inerentes à ginástica das atividades do atletismo. Os alunos demonstraram não ter conhecimentos sistematizados dos jogos coletivos em sala de aula. Têm dificuldades de diferenciar, descrever e estabelecer relações das características, fundamentos e questões contextuais acerca da prática do esporte, de reconhecerem a importância das atividades esportivas em sua vida fora do âmbito da escola e até mesmo na escola.

O tempo pedagógico é insuficiente ao tempo necessário de aprendizagem. Um dos graves problemas que atinge as aulas de educação física na escola tem sido a ausência de aulas.

Por motivos diversos (tempo chuvoso, sol quente, falta de professor, atividades da escola no horário da educação física), não se realizam as aulas, sem falar na forma como o professor organiza sua

aula, onde, muitas vezes, elementos como informes e avisos em geral do âmbito da escola, a chamada da caderneta, organização do espaço e materiais, a organização dos alunos e demandas administrativas ocupam em torno de 50% a 60% o tempo de aula da educação física³.

A partir das constatações podemos afirmar que, hoje, no contexto da escola, e especificamente na escola pública, o esporte, enquanto um dos conteúdos da cultura corporal tratado na escola, tem sido negado/negligenciado.

A criança e o jovem no Brasil, no que se refere ao acesso ao conhecimento e o acesso ao esporte, mesmo estando na escola, estão em estado de analfabetismo. Jogos escolares, campeonatos esportivos, olimpíadas, são atividades que não fazem parte da vida e dos sonhos de milhares de jovens. Podemos afirmar que estes estão impedidos até mesmo de participar das *peladas* no seu bairro em consequência da violência instalada nas regiões urbanas e rurais, de utilizar os espaços comunitários, ainda que precários, como um campo de futebol de terra batida, porque o tráfico de drogas institui hora e dia para o uso, porque os pais já não permitem que seu filho brinque na rua porque a qualquer momento pode perdê-lo por um motivo sórdido ou porque precisa trabalhar para sobreviver junto com sua família.

O excluído, como bem conceituou o grande Paulo Freire, continua sendo cada vez mais excluído dos bens materiais e expropriado até mesmo dos bens culturais que dão sentido ao sujeito e significado a uma nação.

A falta de estrutura e meios para a organização do trato pedagógico

3 Ver mais sobre esse aspecto em: ESCOBAR, Micheli Ortega. Transformação da didática: construção da teoria pedagógica como categoria da prática pedagógica. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

Podemos afirmar que a situação com que nos confrontamos ao analisar as condições de trabalho do professor de educação física nas escolas não avançou em relação às análises que foram realizadas há duas décadas, considerando estudos anteriores.

Nas escolas públicas analisadas um professor de 40 horas semanais, em geral, atende a uma média de 14 a 17 turmas, em torno de 30 a 40 alunos por turma, em média uma carga horária de 32 a 38 horas. Sobrando muito pouco para atividades inerentes ao magistério como planejamento, reuniões pedagógicas, atendimento pedagógico entre outros.

As condições materiais de aula não mudaram em nada. Em geral o professor realiza suas aulas em quadras de esporte, a céu aberto, que muitas vezes não atende às condições mínimas para serem chamadas assim.

As aulas ficam a mercê do clima, os gestores muitas vezes colocam horários que inviabilizam a realização de qualquer atividade no ambiente (chão quente, chuva) sem falar daqueles que realizam aulas em espaços comunitários onde a violência estabelece normas, condutas e horários para o uso do espaço, deixando professores e alunos reféns das gangues.

A violência, na sua grande maioria, chega junto com os próprios alunos que, cooptados pela violência local, trazem para a escola seus padrões e valores de relacionamento.

Os materiais em geral são de péssima qualidade. Quando existente, a quantidade não atende à demanda de uma turma, muito menos de toda a escola. Em uma das escolas constatamos a existência de uma bola para organização de jogos para todas as turmas. Muitos alunos trazem suas bolas para realizarem as “peladas” tradicionais, resumindo-se o conhecimento tratado a este tipo de vivência.

Encontramos escolas onde o professor prioriza a equipe que vai

participar dos jogos escolares, deixando “livres” os outros alunos, pois ele não tem outro momento para treinar.

Tal contexto nos leva à conclusão de que o modelo e as condições do esporte nos moldes competitivos na escola não contribuem para a socialização dessa prática social nem para a colaboração para o desenvolvimento da capacidade humana e de valores como cooperação, solidariedade e participação cidadã frente ao brutal processo de segregação e exclusão que tal modelo institui nas relações sociais no âmbito da escola.

Uma política de esporte para juventude não pode deixar de investir na escola, lócus privilegiado da formação de um povo. Sem educação não há desenvolvimento humano, não há progresso digno, não se desenvolve cultura de esporte que socialize e amplie o significado histórico e construa sentidos para sua prática.

O trato precarizado do esporte na formação do professor de educação física

Hoje não podemos dar conta de ampliar a cultura corporal e esportiva apenas justificando-a por seus benefícios para aptidão física. Entender o esporte, a dança, a ginástica como formas de expressão e relações históricas e sociais de um povo, de uma nação, que hoje tem um papel imprescindível para o desenvolvimento omnilateral⁴ do ser humano, é um desafio para as políticas públicas, para os centros formadores de profissionais que lidam com a tarefa primordial de educar, seja qual for seu âmbito de atuação. A esse respeito é imprescindível investir na formação de professores.

4 Este conceito é aqui aplicado conforme conceito marxista de superação da alienação humana, na perspectiva do desenvolvimento total, completo, multilateral das faculdades e das forças produtivas necessárias e da capacidade de satisfação, que na perspectiva educacional vai desencadear a ruptura entre ciência e trabalho (Manacorda, 1986:78-86)

Os dados que vêm sendo coletados até o momento apontam para o fato de que os professores que atuam nas escolas públicas encontram-se desprovidos de referenciais teóricos metodológicos que atendam às necessidades e superem as problemáticas do trato do conhecimento da cultura corporal.

Nos currículos de formação do professor de educação física, estudos demonstram⁵ que, no trato do conhecimento acerca da cultura corporal, predomina uma seleção e organização com base no modelo esportivo. Conteúdos, ementas, referências bibliográficas de diferentes disciplinas do currículo expressam que o padrão esportivo ainda é predominante na forma como aborda o trato das metodologias específicas, em geral descontextualizadas dos problemas dos campos de atuação do professor, desenvolvidas a partir de padrões ideais do trato do esporte, com respaldo em metodologia do treinamento com bases biológicas.

Tais conclusões reafirmam dados obtidos em estudo de MATA (2006), que tomou por referência a problemática da formação de professores e do trato com o conhecimento no campo da educação física escolar, reafirma como problema na formação a dicotomia teoria e prática; a formação acientífica, a-histórica, apolítica e acrítica. Agravando esse quadro temos hoje instalado nos cursos de formação a dicotomia da formação licenciatura e bacharelado, que agrava as contradições entre teoria e prática do currículo e a consequente fragmentação e alienação do trato do conhecimento e da atuação do professor no campo de atuação, que se caracteriza por uma ação pedagógica e formadora seja qual for o campo de atuação, pois lida com o desafio de educar e formar o ser humano⁶

5 Ver mais em TAFFAREL (1993), CESÁRIO (2001), ALMEIDA (2005).

6 Para aprofundamento da questão sugiro o estudo de SANTOS JR. Cláudio de Lira. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO FÍSICA: A MEDIAÇÃO DOS PARÂMETROS TEÓRICO-METODOLÓGICOS., Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Bahia, 2005.

TAFFAREL (1993), MELO (2003), ESCOBAR (1997), OLIVEIRA (2001), CESÁRIO (2001), BRASILEIRO (2001), PAIVA (2002), ALMEIDA (1997/2005), SANTOS JR (2005), CHAVES (2005), SOUZA JR. (1999) identificam que no âmbito das contradições da produção do conhecimento, ainda que num plano focal, constituem o esforço de desenvolver estudos que apontem para o desenvolvimento de proposições teórico-metodológicas pautadas no âmbito da teoria crítica superadora, com perspectiva de contribuir para o desenvolvimento científico e para o trato das problemáticas significativas apontando para novas perspectivas no campo da educação física na escola e no processo de formação do professor e no trato com a cultura corporal e do esporte.

Dos dados levantados nos estudos podemos concluir que: nas universidades públicas permanece a predominância da abordagem empírico-analítica, mas que se encontra a presença ainda tímida no que se refere à quantidade de outras abordagens que permitem avançar em direção a novas proposições, objetivos e finalidades para o trato do conhecimento no âmbito da educação física e dos esportes.

Dados coletados em estudos sobre os trabalhos de conclusão de curso – TCC dos acadêmicos de educação física⁷ dos cursos de educação física das universidades públicas do estado de Pernambuco⁸ e de PAIVA (2002), que identificam indicadores de confusão teórica, ecletismo, falta de consistência na base teórica metodológica e ausência de orientação metodológica (científica) no trato com o conhecimento.

Observamos problemáticas consequentes da formação do professor de educação física, em especial ao que se refere ao campo da es-

7 Banco de dados sistematizado pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física Escolar-GEPEFE/LEPEL/UFPE, posteriormente utilizados em monografias de conclusão de curso dos acadêmicos; João Renato Nunes, UFPE:2006; Poliana Pimentel Maranhão, UPE:2006 e monografia de especialização da professora Áurea Augusta Rodrigues da Mata, UFBA:2006.

8 Foram delimitados os estudos nas duas universidades públicas do estado — UFPE e UPE — por serem as mais antigas e ter um acúmulo significativo na produção de TCC's na área de educação física.

cola. Nos estudos acerca das duas universidades públicas de Pernambuco havia características semelhantes no que se refere aos interesses dos professores na sua formação inicial.

Em ambas as universidades, constatou-se que aproximadamente 50% dos trabalhos monográficos estão voltados para a temática da atividade física e da saúde, dados que confirmam estudos anteriores como o de SILVA (1990), sobre a predominância das ciências biológicas e da saúde e carência de estudos no campo das ciências humanas e sociais, tendência essa confirmada pelo percentual aproximado de 12% das monografias sobre educação física escolar em ambas as universidades.

Tal fato constitui, no nosso entendimento, um paradoxo no processo de formação, considerando que em ambas as universidades os cursos são de licenciatura e pressupõe que o eixo central da formação deve ser o trato pedagógico do conhecimento, em especial àquelas voltadas para as problemáticas significativas da escola e que constituem a reflexão teórica crítica hoje presente no Brasil.

Contraditoriamente, as monografias que tratam da temática escola, aproximadamente 47% do universo analisado, adotam as proposições pedagógicas críticas acerca dos temas da cultura corporal. Outras subtemáticas foram: prática pedagógica e avaliação escolar, portadores de necessidades especiais, possibilidades metodológicas, programas, proposta e projetos de ensino/pedagógico o que indica um crescimento qualitativo da reflexão crítica direcionada para a formação humana no contexto da educação física escolar. As críticas giram em torno do fato de que as proposições metodológicas adotadas na escola não têm clareza sobre princípios para educação criativa, produtiva, autônoma e crítica no trato do conhecimento.

A partir dos resultados sistematizados é possível afirmar que: a temática do esporte de rendimento é a de maior interesse para a

produção de monografias, reafirmando estudos anteriores acerca dos currículos de formação de professores de educação física, indicando que outras abordagens e temáticas acerca da cultura corporal encontram-se carentes no plano na formação de professores, limitando a ação dos professores para o trato da mesma no contexto escolar.

Os dados demonstram as contradições entre o suporte teórico que fundamenta a presença do esporte na escola e a realidade, o que gera novas possibilidades para a superação do trato com o conhecimento da educação física escolar e o trato das temáticas da cultura corporal, entre elas o esporte e os jogos, a partir dos embates entre diferentes projetos históricos e concepções de ciência e de educação.

O balanço crítico da produção do conhecimento expresso nas monografias de conclusão dos cursos de educação física também nos permite afirmar que é imprescindível o desenvolvimento de uma consistente base teórica na formação acadêmica, a partir de uma reflexão que potencialize intervenções crítico-superadoras no campo da educação física; da construção de condições objetivas e subjetivas para o desenvolvimento da pesquisa integrada com o ensino e a extensão; e do financiamento adequado para as investigações na universidade pública, como também a necessidade da reestruturação curricular para garantir uma consistente base teórica.

Sem dúvida há necessidade de dar continuidade a estudos e ações que contribuam para um novo projeto cultural para o esporte e de novas abordagens e conceitos para o trato do mesmo na escola e no processo de formação do professor de educação física.

Considerando que na realidade encontram-se os elementos e categorias que possibilitam analisar e propor alternativas para o desenvolvimento de novas possibilidades e referências para sistematizar subsídios e fornecer ferramentas para o enfrentamento das contradições de essência e a construção de alternativas crítico-superadoras, de

um contexto pautado por relações de interesses antagônicos entre as classes sociais fundamentais e para identificar, na realidade, possibilidades concretas e mediações subjetivas, no que se refere à prática pedagógica da escola e à construção de políticas culturais democráticas e alternativas, para a construção de um projeto histórico para além das relações sociais ditadas pela lógica do capital, na perspectiva apontada por Mészáros (2002).

Carência de políticas públicas voltadas para a qualificação do esporte na interação com a escola

No âmbito das ausências e carências na interação entre esporte e escola não podemos prescindir de uma política nacional do esporte que atenda aos interesses e necessidades da juventude brasileira, pois a prática esportiva constitui uma das formas privilegiadas para a promoção do desenvolvimento humano e, portanto, exige condições específicas para que seja atendida em toda diversidade presente na sociedade.

A escola, enquanto lócus privilegiado da formação de novas gerações, necessita de políticas públicas que qualifiquem a presença do esporte na mesma. A escola no contexto atual se caracteriza como principal instituição formadora, que reproduz valores e finalidades da sociedade, mas também representa um espaço com possibilidades de produção de contra-hegemonia, de contracultura, onde se inclui um esporte transformado.

Para uma proposta de transformação da prática do esporte na escola na construção de um novo projeto de cultura para o esporte, há necessidade da construção de novos conceitos e concepções, que superem a atual condição de conteúdo prioritário ou exclusivo da organização das aulas nos padrões da performance humana. Tal conteú-

do deve ser tratado no âmbito de um programa que contempla o amplo acervo de conteúdos ou temas da cultura corporal na perspectiva do desenvolvimento da formação humana omnilateral. Praticado de forma prazerosa com experiências de sucesso para todos e adquirido como bem cultural e compreendido como direito, tratado no âmbito da escola de forma crítica, reflexiva e criativa, enquanto conteúdo de ensino e campo de vivência social nas aulas de educação física no projeto político pedagógico da escola.

Há necessidade, sim, de políticas públicas para o trato do conhecimento do esporte, a partir da compreensão de que a sua prática regular é um dos fatores que promovem a melhoria da qualidade de vida, do lazer, da participação em eventos esportivos com diferentes projeções e finalidades, em níveis nacionais e internacionais.

O sistema nacional do esporte não pode deixar de considerar o espaço escolar, pois é um espaço privilegiado para tratar o esporte como um conhecimento inerente à cultura, a partir de uma compreensão crítica e reflexiva, resgatando a sua história, seus sentidos e significados, no bojo das demandas da cultura corporal. É na escola onde se aprende e se desenvolvem habilidades esportivas para fins mais amplos do que, apenas, a performance. Infelizmente, a interação entre o esporte e a escola reproduz as características do esporte de alto rendimento, onde existe o problema da seleção dos mais aptos, mais habilidosos, mais competitivos e com *talento* esportivo. Essa concepção predomina nas atividades do esporte denominado educacional, a exemplo dos jogos escolares, e assim exclui a maioria dos jovens, com talento para ser feliz, das atividades esportivas dentro e fora da escola.

O esporte na escola, ou o esporte escolar, conforme a Lei 9.394/96-LDB, tem como finalidade atender aos objetivos do projeto político-pedagógico de cada uma das escolas. Atribuir um sentido educativo ao esporte significa espelhar objetivos educacionais nos princípios de cida-

dania, de diversidade, de inclusão social e de democracia, perpassando a política nacional de esporte, porque representam valores, hábitos e atitudes desejáveis e possíveis de serem formados por meio do trato da cultura corporal e, conseqüentemente, da prática esportiva. Portanto a escola deve oferecer condições qualitativas para o trato do esporte, que todo cidadão usufrua do direito de acesso a esse bem cultural.

No movimento das contradições do contexto social no geral e da escola em específico, aponto para reflexão a experiência do programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, considerando ser esta uma das ações que toma por objetivo democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças e adolescentes em situação de risco social, conforme apresenta em texto.

Como contribuição ao debate, trago dados a partir do estudo de PINTO (2008), que se propôs a investigar a relação entre o projeto de cultura e a escola e delimitou como objeto de análise o programa Segundo Tempo como a política pública implementada pelo Governo Federal de maior abrangência em tempo/espaço na vida dos jovens, adolescente e crianças brasileiras – política educacional efetiva da rede pública de ensino e programa público de esporte e lazer na escola. Analisou o programa, as concepções, as bases teóricas e o projeto de cultura esportiva que subsidia tal proposta.

O estudo aponta que, apesar do alcance geográfico do programa em âmbito nacional, o programa não apresenta proposições superadoras no que se refere aos problemas do trato do conhecimento e da prática do esporte na escola e no processo de formação do professor.

As diretrizes do programa são construídas a partir de junção de várias perspectivas epistemológicas. Mantém uma perspectiva positivista de saúde, considerando-a como ausência de doença; sustenta a dualismo biopsíquico-social de compreensão de homem e de desenvol-

vimento humano nas dimensões físico-motora, cognitiva e socioafetiva.

Mistura tendências teórico-metodológicas da educação física, onde se apresentam conceitos e objetivos apoiados nos fundamentos positivistas de saúde e corporeidade, amparando-se na compreensão biologista da educação física, e adota a perspectiva fenomênica de objeto de estudo, com a resolução dos problemas centrados no indivíduo, o que dificulta a compreensão das questões sociais e culturais implícitas na prática social esportiva, que independem dos problemas de cunho pessoal e de sentido próprio.

Na proposta do Sistema de Aprendizagem e Desenvolvimento Esportivo (SADE) prevalece mistura das concepções desenvolvimentista, que orienta o ensino a partir do desenvolvimento biológico do ser e do treinamento esportivo pautado pela concepção da aptidão física com bases e fins biológicos. Tal base fornece subsídio à proposta metodológica do programa de iniciação esportiva universal, apresentada como aproximação plural ao esporte, orientando os conteúdos, a saber: da aprendizagem tática ao treinamento tático; da aprendizagem motora ao treinamento técnico; o treinamento técnico-tático.

Apesar de o discurso ressaltar princípios de autonomia e emancipação, na organização do trabalho pedagógico se consolida a separação do tempo de aula em teórica e prática, do conteúdo em cognitivo e motor, permanência da dicotomia entre teoria e prática.

A concepção de homem que se propõe formar é o atleta do futuro, criando a ilusão de que a grande maioria das crianças e jovens tenha um futuro promissor no esporte profissional. Pretende-se formar mão de obra para o promissor mercado esportivo internacional.

Enquanto uma política cultural, o programa não se apresenta na perspectiva de um projeto promotor de emancipação humana, com a permanência de formas e conteúdos que não apresentam potenciais de mudanças significativas para uma nova política de cultura de es-

porte para juventude. A crítica vai na perspectiva de que o desenvolvimento cultural ocorre nas condições históricas existentes, na realidade contraditória, de produção coletiva dos bens culturais e apropriação privada destes bens, e que dessa forma se aprontam possibilidades de construção objetiva do novo, de uma nova cultura.

Considerações finais

O esporte não é nem bom nem mau, é apenas o que se faz dele. A reflexão aqui posta vai na direção de destacar a necessidade de construir novas possibilidades concretas de essência para novas práticas que apontem para as políticas nacionais de esporte, que tomem novos princípios e diretrizes, novos rumos para sua abordagem e experiências, que deverão configurar essa nova relação esporte-escola. Supomos que é na realidade que se encontram as possibilidades de mudanças, o que imprime a necessidade de uma ação deliberada de sujeitos sociais.

A perspectiva foi apresentar uma crítica superadora, voltada para a efetivação de uma política nacional de esporte para juventude, com vista na criação de condições materiais objetivas de efetivar novos objetivos sociais para o esporte, com eliminação das diferenças de classe e para a construção das bases de uma sociedade com fins socialistas.

Nas contradições atuais na prática do esporte há possibilidades reais para empreender esforços que superem as problemáticas da prática e do trato do conhecimento do esporte, enquanto conteúdo educativo, que potencializem possibilidades de tratá-lo enquanto prática que viabiliza vivências sociais significativas para o processo de formação humana.

Esforços que estimulem experiências sociais para juventude na escola, nas relações intergeracionais e também para além do tempo

aula, com a construção de festivais, oficinas, com ampliação de espaços urbanos de convivência social, como por exemplo os parques, onde possibilite relações sociais salutares à comunidade.

Esforços que valorizem relações humanas cooperativas e solidárias nos momentos de lazer em família e nos círculos de relações sociais em geral, que incentivem a organização de campeonatos pelo prazer do convívio social na escola e fora da mesma. Que apontem a possibilidade do Homem se relacionar com a natureza, respeitando-a, valorizando a diversidade geográfica do nosso país, estimulando os esportes de aventura, aquáticos, as trilhas, dentre tantos outros.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Roseane Soares. *A ginástica na escola e na formação de professores*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Bahia, 2005.

ALMEIDA. *A prática pedagógica da educação física na construção do projeto político pedagógico da escola: a polêmica do discurso superador*. Dissertação (Mestrado em Educação), 1997.

ASSIS DE OLIVEIRA, Sávio. *Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica*. Campinas: Autores Associados, chancela editorial CBCE, 2001

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física* – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASILEIRO, L. T. *O Conhecimento no Currículo Escolar: o conteúdo Dança em aulas de Educação Física na perspectiva crítica*. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001

CESÁRIO, Marilene. *A organização do conhecimento de ginástica no currículo de formação inicial do profissional de educação física: realidades e possibilidade*. Dissertação (Mestrado em Educação) UFPE, Recife, 2001.

CHAVES, Márcia. *A Produção do conhecimento em educação física nos estados do nordeste (Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe), 1982-2004. Balanço e perspectivas*. Tese (Pós Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2005.

ESCOBAR, Micheli Ortega. *Transformação da didática: construção da teoria pedagógica como categoria da prática pedagógica*: Tese (Doutorado em Educação):Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

MARANHÃO. Poliana Pimentel. *O trato do conhecimento da dança na educação física escolar: analisando seus limites e possibilidades na formação de professores*. Universidade de Pernambuco/ESEFE, 2006

MATA. Áurea Augusta Rodrigues da. *O trato com o conhecimento e a formação profissional nos cursos de educação física de Pernambuco: realidade e possibilidades de contribuição para a teoria crítica no campo da educação física escolar*. Monografia (especialização em metodologia do ensino e da pesquisa) , Universidade Federal da Bahia, 2006.

MELO, Marcelo Soares Tavares de. *O ensino do jogo na escola: uma abordagem metodológica para a pratica pedagógica dos professores de educação física*. Recife: EDUPE, 2003

MÉSZÁROS, István. *Marx: Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Campinas: Boitempo, UNICAMP, 2002.

NUNES. João Renato. *As bases teóricas da educação física escolar: O trato com o conhecimento nos cursos de formação de professores das universidades Públicas de Pernambuco*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Federal de Pernambuco, 2006

PAIVA. Andreia Carla de. *PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA GRADUAÇÃO: desafios para a Educação Física*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Diretoria de Educação Escolar. *Subsídios para organização prática pedagógica nas escolas: educação física* - Recife: SECE, 1992.

PINTO, Ana Lucia de Souza. *As relações entre o projeto de cultura para o esporte e lazer e a escola - primeiras aproximações*. Monografia (especialização em metodologia do ensino e da pesquisa) , Universidade Federal da Bahia, 2008.

RELATÓRIO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Esporte para o desenvolvimento e a paz: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio. 2003.

SANTOS JUNIOR, Cláudio Lira dos. *A formação de professores em educação física: a mediação dos parâmetros teórico-metodológicos*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Bahia, 2005

SOARES, Carmen Lúcia *et all*. *Metodologia do ensino de educação física* - São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA JUNIOR. *O saber e o fazer pedagógicos. Educação física como componente curricular...? ... isso é historia!* Recife:EDUPE, 1999.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. *A formação do educador: o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de educação física*, 1993. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas.

_____. *Currículo, formação profissional na educação física e esporte e campos de trabalho em expansão: antagonismos e contradições da prática social*. Movimento – Ano IV – nº 7 – 1997/2. (texto)

ESPORTE NA ESCOLA

*Thiara Lustosa Milhomem**

A juventude brasileira – protagonista histórica na luta pela democracia e em defesa do desenvolvimento e soberania nacionais – alcançou recentemente importantes conquistas na batalha por maior participação: além do direito de votar aos 16 anos, garantido na Constituição de 1988 e perpassando por outras conquistas; em 2005 o Governo Federal criou a Secretaria Nacional e o Conselho Nacional de Juventude, SNJ e CONJUVE, respectivamente. Este grande avanço institucional já apresenta resultados práticos, como a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude – 1ª CNJ, com ampla participação da sociedade civil e que elencou 21 prioridades para juventude brasileira.

Dentre as prioridades está a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que inclui a juventude na Constituição Brasileira e sinaliza para a criação, implementação e sistematização de políticas públicas transversais e desfragmentadas para esse segmento social – indiscutivelmente um dos maiores avanços já conquistados pelos jovens brasileiros. E a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, entidade que este ano completa 60 anos, esteve sempre à frente na luta em defesa da juventude brasileira e dos seus direitos, participando ativamente das conquistas experimentadas pelos jovens ao longo de sua história. E em especial sob o Governo Lula.

No entanto, ainda é necessário avançarmos na garantia de alguns direitos básicos para o segmento juvenil, como o acesso universal à educação pública, gratuita, laica e de qualidade. A escola brasileira, que

*Diretora de Esportes da União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES

durante a ditadura militar foi utilizada como instrumento de controle social, na década de 90, durante o Governo FHC, sofreu um processo de sucateamento e o sistema educacional foi fragmentado e distanciado da realidade e dos anseios juvenis. Atualmente no Governo Lula a educação passa por uma série de importantes avanços, que, no entanto, são limitados pelos baixos investimentos e pelo fato de a educação ainda não ser tratada com a devida prioridade.

O acesso universal às práticas esportivas é outro direito básico sistematicamente negado à juventude brasileira. Tratado de forma elitista ou como meio de controle social para juventude, o esporte nunca foi tratado sob a óptica de política de Estado. Esse quadro se agrava se analisarmos o esporte educacional, já que o esporte de rendimento sempre foi priorizado em nosso país. Mesmo nas raras atividades esportivas estudantis, como os tradicionais JEB's (Jogos Estudantis Brasileiro), a preocupação é, sobretudo, com a competição em detrimento da integração e participação; com o alto rendimento, se afastando assim dos princípios socioeducativos do esporte e da necessidade da democratização de seu acesso.

A democratização e universalização da prática esportiva, questão estratégica para juventude, deve ter, portanto, a escola (o sistema educacional de ensino) como principal cenário por ser o maior espaço de concentração da juventude. Não apenas através das aulas curriculares de educação física – muito importantes nesse processo de valorização da prática esportiva – mas principalmente com a criação de um outro espaço de lazer e de contato com a mesma.

O Programa Segundo Tempo do Governo Federal, implementado desde 2003, atendendo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, é uma importante e bem sucedida experiência na democratização do acesso ao esporte. No entanto, não abrange a juventude de 15 a 29 anos de idade, em sua maioria estudantes dos ensinos médio, profissionalizante e superior.

Desta forma, um grande desafio que se apresenta é a criação de um modelo do Programa Segundo Tempo destinado à juventude e implementado em parceria prioritária com a rede do movimento estudantil, UBES e os grêmios estudantis, em todas as escolas de ensino médio e profissionalizante. A construção deste novo modelo do Programa Segundo Tempo deve ser feita sempre com a participação dos estudantes, através das entidades representativas, desde sua discussão, sua implementação, até a gestão dos núcleos. É necessário assegurar a infraestrutura necessária para realização das atividades nas instituições de ensino e garantir uma articulação com o seu projeto político-pedagógico, além de incentivar a participação da comunidade.

Fica clara também a necessidade da realização de jogos estudantis construídos pela UBES em parceria com o Ministério do Esporte, articulado com todo o sistema federado e confederações esportivas cujo foco esteja no esporte de participação – em contraposição ao atual modelo de competições de alto rendimento promovido pela Olimpíada Estudantil / JEB's – com o objetivo de incentivarmos a cultura da prática esportiva.

Juventude e esportes não-olímpicos (de aventura, radicais e ligados à natureza)

“NO MEIO DE QUALQUER DIFICULDADE ENCONTRA-SE A OPORTUNIDADE”¹

*Ana Hissa**

Bethany Hamilton, 18 anos. Ricardo dos Santos, 20 anos. Daiane Silva, 17 anos. Não é apenas a faixa etária o que esses jovens têm em comum. Todos eles tiveram a juventude recuperada através do esporte.

Bethany, uma surfista apaixonada, sofreu um ataque de tubarão enquanto praticava o esporte. O sonho quase foi interrompido. Mas, através do surfe, ela recuperou a confiança e hoje é uma das atletas mais bem sucedidas do circuito mundial. Sua história vai virar filme.

Ricardo dos Santos, garoto de rua, chegou a traficar e roubar. Um dia foi levado por amigos ao projeto de skate da Central Única das Favelas, a CUFA. Ficou apaixonado pelo esporte. Como gosta de dizer, “foi para o lado certo da vida”. Hoje arrumou emprego de jardineiro, voltou para a escola e sonha em fazer uma faculdade.

Daiane Silva nasceu com síndrome de down. Moradora de uma comunidade carente, nunca frequentou a escola. A mãe descobriu uma escolinha de skate para crianças com deficiência. Através da escolinha, Daiane mudou a vida. Passou a ter o esporte como motivação para outras atividades.

Essas são algumas — das muitas — histórias levadas ao grande público através do programa Zona de Impacto, faixa de esportes radicais do canal Sportv. Exemplos de como o esporte pode dar um novo sentido à vida do jovem. E ainda mais: cruzar barreiras e servir como exemplo para a sociedade.

* Jornalista e produtora do Programa Zona de Impacto do SporTV

1 Albert Einstein

O objeto deste texto é a relação entre a mídia e o segmento dos esportes considerados “radicais”. Em particular, buscaremos compreender como estes podem servir de agentes transformadores da vida dos jovens em sociedade. Para isso, é necessário entender como esse segmento cresce de forma avassaladora no Brasil e no mundo, como através dele é possível atingir o jovem e, principalmente, como a mídia desempenha papel fundamental nesse caso.

Podemos comprovar o crescimento desses esportes através de dados de pesquisas recentes. O crescimento é sensível em números, sejam eles relacionados à audiência ou aos resultados.

Começemos por um dado relativo à audiência. O Rio Vert Jam (2003), etapa brasileira do circuito mundial de skate, permanece até hoje como a terceira maior audiência do Esporte Espetacular, programa de esportes da Rede Globo.

No que diz respeito ao mercado, verificamos um crescimento vertiginoso: no Brasil, o surf movimenta hoje cerca de R\$ 2 bilhões ao ano e emprega, direta e indiretamente, cerca de 140 mil pessoas, segundo estimativas do mercado nacional.

O mercado de skate no Brasil tem acompanhado a expansão do esporte. Apesar dos excelentes resultados, nosso país ainda está distante do principal centro mundial, os Estados Unidos. De acordo com estudo da Fundação Getúlio Vargas, a indústria de *surfwear* chega a crescer 33% por ano. De acordo com a Confederação Brasileira de Skate, o faturamento das principais marcas e indústrias de equipamentos para skate no país em 2001 foi de R\$90 milhões. O site cemporcentoskate.com.br conta com visitação mensal de 400 mil *pageviews* mensais, comprovada por auditoria da Ernest & Young.

Apesar do enorme crescimento do esporte, a mídia televisiva enfrenta uma dificuldade muito grande em falar com o público jovem. Com cada vez mais atrativos como Internet, vídeo-game, entre outros, a televisão acaba perdendo espaço para as novas m dias.

Fato curioso pode ser observado quando constatado o público-alvo (7 a 25 anos) e a realidade da faixa etária do público do programa. Hoje, a maior fatia de audiência do Zona de Impacto, 21%, é formada por homens com mais de 50 anos. Aqui é necessária uma reflexão maior sobre como fazer com que esses jovens se sintam atraídos e provocados por esses esportes.

Partimos de duas idéias: 1) criação de ídolos; 2) trabalhar em histórias que motivem e inspirem o espectador a praticar os esportes que mostramos.

No Brasil, exemplos de performance não faltam. Temos 22 campeões mundiais profissionais de *bodyboard*, oito campeões mundiais de skate, 14 títulos em etapas do circuito mundial de surfe.

Procuramos desenvolver matérias e produções através desses ídolos. São eles que, como vencedores, servirão de exemplo para esses jovens. A partir desse projeto, foi possível observar como os esportes ditos “radicais” têm uma resposta muito mais positiva em centros comunitários do que em grandes projetos.

Em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, foi criado um curso pioneiro em toda a América Latina, tendo o skate como tema para os alunos do Jardim Tropical. O padrinho do projeto é o brasileiro Bob Burnquist, verdadeiro mito do skate. Bob doou ao projeto 10 skates de seu uso pessoal. O curso começou com 10 alunos. Através de uma divulgação feita em um programa televisivo, a procura aumentou: hoje ele já conta com mais de 300 crianças praticando o esporte.

A partir desse exemplo podemos constatar que, para o esporte radical servir como agente transformador da sociedade e dos jovens, é preciso um esforço e uma interação entre diferentes forças: ídolos, iniciativas e mídia devem trabalhar lado a lado para que esse crescimento seja cada vez maior. E para que, assim, novas Bethanys, Ricardos e Daianes continuem aparecendo e comprovando que o esporte radical pode, sim, mudar a realidade social.

QUE POLÍTICAS PARA OS ESPORTES NA NATUREZA?

*Cleber Augusto Gonçalves Dias**

No momento em que o Ministério do Esporte organiza um Seminário Internacional para discutir políticas de esporte para juventude, é bastante louvável que a temática dos esportes não-olímpicos esteja incluída na agenda do evento. Geralmente, esportes desse tipo são tratados com certo desprezo, senão com alguma repugnância. O espaço que eles ocupam na mídia e, conseqüentemente, o impacto de suas realizações é infinitamente menor quando comparado a modalidades mais consagradas como o vôlei, o futebol ou enfim, os chamados esportes olímpicos. Nem por isso, contudo, eles deixam de ter sua relevância e seu impacto social. Ao contrário, muitos deles mobilizam um enorme e cada vez maior contingente de jovens, além de acionarem, de forma relativamente original, uma nova dinâmica esportiva no mundo contemporâneo.

De todo modo, sua situação é quase sempre bastante adversa. Antes de tudo, a parcial singularidade de suas características frente aos esportes mais tradicionais e mais consolidados na mentalidade esportiva nacional faz com que suas próprias definições enquanto práticas esportivas sejam costumeiramente questionadas. Pergunta-se se esportes como o boliche, o basquete de rua, o skate ou o montanhismo seriam mesmo esportes e se poderiam ser tratados nessa esfera de preocupações governamentais. Se discutir parâmetros e diretrizes

* Doutorando em Educação Física (Unicamp), Mestre em História Comparada (UFRJ), especialista em Educação Física Escolar (UFF) e graduado em Educação Física. Na UFRJ atua como pesquisador do grupo de pesquisa Anima e do Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer, dedicando-se, em ambos os casos, a investigações do fenômeno do lazer e ainda mais particularmente a dos esportes na natureza.

para a elaboração de uma Política Nacional de Esporte já é, por natureza, algo bastante complexo, o que dizer se essa discussão abrange modalidades que sequer se enquadram perfeitamente dentro daquilo que mais comumente chamamos e entendemos por esporte.

Nesse quadro, qual seria o papel do Estado diante das modalidades não-olímpicas? Que ações as esferas do poder público poderiam ou deveriam engendrar para induzir e incentivar a organização desse segmento esportivo em particular? Em outro nível, porque fazê-lo e em que direções? O que justificaria o investimento público nesse setor?

Diante da abrangência e generalidade dessas questões, minha intenção aqui será tão somente a de tentar sugerir algumas linhas de ação possíveis nesse sentido. Limitar-me-ei, no entanto, a um espectro esportivo ainda mais particular com o qual venho trabalhando e sobre o qual, por isso mesmo, me sinto mais à vontade para comentar. Trata-se, nomeadamente, dos esportes na natureza: uma fração reduzida e mais ou menos especializada desse amplo e heterogêneo universo dos esportes não-olímpicos.

Chamaremos de esportes na natureza, basicamente, aquelas modalidades esportivas que se desenvolvem em ambientes naturais e cujas representações estão fortemente marcadas por um ideário subjetivo de contato e interação com a natureza. Sabemos que atualmente essas práticas vêm se submetendo a um progressivo processo de expansão no Brasil. A média percentual de crescimento no número de praticantes tem sido estimada, aproximadamente, em vinte por cento ao ano.¹ Algumas dessas modalidades, como o surfe, por exemplo, já se apresentam como o quarto esporte mais praticado no país, sendo o segundo mais praticado somente por homens. Na televisão, ele já é o segundo esporte que os homens mais gostam de assistir, à frente

1 DIAS, Cleber; ALVES JUNIOR, Edmundo. Entre o mar e a montanha: esporte, aventura e natureza no Rio de Janeiro. Niterói, RJ: EdUFF, 2007.

do basquete e do tênis, ficando atrás apenas do futebol.² Os meios de comunicação, aliás, estimulam e acompanham o processo em todas as frentes de atuação, lançando veículos especializados como revistas, sites, jornais e informativos, bem como filmes, livros, programas e até mesmo canais televisivos inteiros dedicados exclusivamente à temática. Apenas com as revistas especializadas, já se tem, seguramente, mais de 500.000 exemplares distribuídos mensalmente, considerando-se, claro, todos esses esportes.

Por outro lado, a venda de equipamentos, vestuários e calçados dessas práticas em geral já movimentam 300 milhões de dólares por ano aqui no país.³ Considerando-se apenas a indústria *surfwear*, estima-se que existam atualmente cerca de 800 empresas e 18.000 lojas espalhadas pelo território nacional, com todo o mercado envolvendo cerca de 140.000 pessoas direta ou indiretamente, movimentando algo em torno de 2,5 bilhões de reais por ano, com crescimento anual calculado em no mínimo 10% desde 2000.⁴ É apenas um exemplo, mas que descortina uma alvissareira possibilidade de exploração comercial, tal qual alguma perspectiva de inserção profissional, algo particularmente importante para os jovens, que, sabemos bem, têm na inserção no mercado de trabalho uma das suas principais preocupações. Tornar-se atleta profissional, conduzir turistas por trilhas ou rios, trabalhar na fabricação ou venda de equipamentos ou mesmo comercializar a iniciação esportiva em um dessas modalidades, são perspectivas de emprego e renda que se apresentam para esses esportes.

Talvez de maneira ainda mais importante e influente, tem-se a constituição dessas práticas como verdadeiros símbolos de identidade para uma crescente massa concentrada de consumidores em potencial. Em outras palavras, montanhismo, surfe, voo livre, rafting e todas

² GUARANÁ, A. Surf News. Revista Fluir, São Paulo, ed. 172, p. 29, fevereiro de 2000.

³ Dias, Alves Junior, op.cit.

⁴ Guaraná, op.cit.

as outras atividades associadas a esse imaginário, funcionam como símbolos catalisadores de um estilo de vida, elevando-se, para além de uma mera prática de lazer, à condição de estatuto existencial. Na prática, adotar um desses esportes significa associar-se a todo um conjunto de noções e simbolismos que caracterizam modos de ser e estar no mundo. Esses modos, por sua vez, estão quase sempre atrelados a ideias de juventude, bem como de saúde, beleza, modernidade ou sofisticação dos costumes. Parte desse ideário ajuda a entender porque o envolvimento com essas práticas muitas vezes ocorre mais no âmbito simbólico e do consumo do que propriamente da prática, quando como uma pesquisa desenvolvida pelo departamento de marketing da Quicksilver, empresa especializada em artigos de surfe, revela que 95% dos seus consumidores são constituídos por “não-praticantes”, a que a empresa refere-se como “simpatizantes”.⁵

É precisamente através dessa sua condição de gerador de estilos de vida e símbolos de consumo que os esportes na natureza em geral entabularão sua relação mais profícua com as ideias e noções de juventude. Mas qual exatamente a relação existente entre esses esportes e a juventude? Quando, como, porque e de que maneira essa relação se estabeleceu?

Em primeiro lugar, devemos dizer que uma série de características presentes no esporte moderno guarda afinidades que autorizam uma associação com o ideário envolto à ideia de juventude. É o caso, por exemplo, das noções de desempenho e de vigor físico.

De maneira mais profunda, a aparição do esporte nos termos em que os conhecemos atualmente esteve associada, em larga medida, aquela reação à cultura iluminista que ganhou corpo entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. Tem-se aí um elemento

5 ZUCCO, Fabricia; MESQUITA, Alexandre; PILLA, Armando. Surf – um mercado em evolução. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 25., 2002. Salvador. Anais... (CD-ROM) São Paulo: Intercom, 2002, p. 12-13.

que pode mesmo ser apontado como uma das principais condições de possibilidade para a própria efetivação histórica do esporte, o que inclui também, evidentemente, as atividades na natureza. Essa reação valorizava o corpo e os sentidos como contrapartida à primazia da racionalidade típica do *ethos* moderno. Uma das suas formas de expressão mais bem acabadas foi o romantismo. E não por acaso alguns dos principais representantes desse movimento estabeleceriam relações diretas com o esporte. Jean-Jacques Rousseau, tido como o pai fundador do movimento, tinha no alpinismo e na apreciação da natureza um dos seus principais hábitos. Johann Wolfgang von Goethe, autor de *Fausto* e arauto do romantismo alemão, “considerava o exercício físico, acima de tudo a natação e a patinação, uma condição necessária para manter no ápice sua sagacidade e sua produtividade como escritor”.⁶

Em cada um desses casos vê-se o desejo de retomar os aspectos mais sensoriais da vida através de experiências corporais. Era como um impulso de negação daqueles elementos que, pouco a pouco, passariam a definir e determinar, caracteristicamente, os principais traços da cultura ocidental. Contrariamente, o espírito romântico celebrava a vida no campo e ao ar livre em contraste às aglomerações urbanas que já se anunciavam. Do mesmo modo, a integração com a natureza ao invés da fé iluminista em dominá-la e subjuga-la. Estes eram o *pathos* do discurso romântico que marcariam uma poderosa estrutura discursiva, que se pretendia contrária em quase tudo aos valores dominantes. Nesse sentido, o romantismo, tanto quanto as experiências na natureza, assumiriam um estatuto de rebeldia, de indisciplina e de contestação à ordem. Estar na natureza, ou mais ainda, estar na natureza de maneira romântica era – e é ainda – uma forma de rebelar-se contra a civilização, exibindo toda sua insatisfação frente a esse modo de vida. Ao menos era assim que a coisa toda se apresentava: idea-

6 GUMBRECHT, Hans Ulrich. Elogio da beleza atlética. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 89.

listicamente. Toda a organização e institucionalização dos lazeres na natureza — e mais tarde — dos esportes na natureza estariam sobremaneira influenciadas por essa estrutura de sentimentos.

Os viajantes oitocentistas, já no início do século XIX, relatavam suas viagens e expedições à natureza em termos de aquisição de “simplicidade, sentimentos nativos e virtudes da vida selvagem”; possibilidade de despojar-se dos “hábitos artificiais, preconceitos e imperfeições da civilização”.⁷ Quase duzentos anos depois, jovens metropolitanos continuariam refugiando-se na natureza sob a crença de que ali, supostamente afastados da civilização, estariam livres da maléfica coerção imposta pela sociedade ou dos fúteis adereços oferecidos pelo afluente e extravagante mundo burguês. O diário de um desses jovens aventureiros, escrito em terceira pessoa, registra:

Dois anos ele caminha pela terra. Sem telefone, sem piscina, sem animal de estimação, sem cigarros. Liberdade definitiva [...] E agora depois de dois anos errantes chega à última e maior aventura. A batalha final para matar o ser falso interior e concluir vitoriosamente a revolução espiritual [...] Para não mais ser envenenado pela civilização, ele foge e caminha sozinho sobre a terra para perder-se na natureza selvagem.⁸

Entre o espaço de tempo que separa essas duas experiências, temos a boemia parisiense de fins do século XIX, a postura surrealista e, pouco mais tarde, os movimentos contraculturais da década de 1960. De certo modo, cada um desses casos atualizou e revigorou a mesma

7 Citação do livro *Uma excursão pedestre de 6 mil quilômetros pelos estados e territórios do oeste, durante o inverno e a primavera de 1818*, de Estiwick Evans, vinculado por KRAKAUER, Jon. *Na natureza selvagem: a dramática história de um jovem aventureiro*. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 166.

8 *ibid.*, p. 172.

velha e boa estrutura discursiva que concebe a natureza e os lugares exóticos como espaços de transcendência, de autenticidade, de comércio consigo mesmo e de renovação espiritual.

Nicolau Sevcenko já comentou sobre as possíveis continuidades históricas entre cada um desses eventos. Segundo o autor, cada um deles e todos eles em seu conjunto trazem consigo uma espécie de herança do romantismo, especialmente na sua atitude maledicente quanto aos valores instituídos.⁹ Não por acaso, foi exatamente em meio à efervescente atmosfera contracultural dos fins dos anos 60, que a relação entre a juventude e os esportes na natureza — ambas as coisas marcadas pelos ideais românticos — se intensificou de maneira inequívoca. Nessa época, temos a difusão internacional do surfe, que “sempre esteve associado ao aparecimento de um estilo de vida jovem”.¹⁰ Também o montanhismo, que no mesmo período, passou por transformações que o conformaram aos quadros mentais da época, marcados pela busca de um contato mais direto com a natureza, pelo desejo de vivências corporais mais intensas e desafiadoras, além de uma escala de valores inclinada a uma ludicidade um tanto exagerada.¹¹ E assim com uma série de outras modalidades desenvolvidas na natureza, cujo número foi aumentando sensivelmente desde então.

Portanto, tem-se toda uma dinâmica histórica que produziu determinadas características para esses esportes. Grosso modo, essas características dizem respeito à ideia de contestação, juventude, não-institucionalização, impulso amadorístico e assim por diante. Elas permitem e estimulam que quem os pratique se veja associado a cada um desses corolários.

A elaboração de uma política para os esportes na natureza deve, obviamente, levar em consideração cada um desses sentidos e significados

9 SEVCENKO, Nicolau. Configurando os anos 70: a imaginação no poder e a arte nas ruas. In: ITAÚ CULTURAL (Org.). Anos 70: trajetórias. São Paulo: Iluminuras, 2006, v. , p. 13-25.

10 DIAS, Cleber. Urbanidades da natureza: o montanhismo, o surfe e as novas configurações do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 148.

11 *ibid.*

historicamente assumidos por essas práticas. Nessa perspectiva, talvez seja o caso das diretrizes que orientem tais formulações enfatizarem três aspectos que me parecem particularmente importantes nesse sentido.

O primeiro deles é a auto-organização. Em função do desenvolvimento desses esportes, cada uma dessas modalidades realizadas na natureza reivindica um sentido de rebeldia e contestação. Em geral, seus praticantes não lidam bem com a ideia de um agente exógeno interferindo em decisões que dizem respeito a seus próprios esportes. Não lhes é concebível que a natureza, vista sempre como espaço de liberdade, constitua-se, repentinamente, num lugar organizado nos mesmos termos coercitivos que a sociedade de um modo geral. É como se não fizesse sentido que o espaço da natureza tivesse que se subordinar aos mesmos princípios de organização que regem a vida cotidiana. Ali, diferentemente, tem-se ou deve ter-se um espaço de exceção, de “fuga da realidade” onde deve prevalecer o impulso de autogestão.¹² Não são outros os motivos pelos quais muitos desses esportistas se dedicam tão apaixonadamente à aplicação de um complexo sistema de normas e regulamentos, praticamente incompreensível para quem não os pratica. É esse o caso, por exemplo, do surfe com as regras que estabelecem a prioridade dos surfistas sobre as ondas ou do montanhismo com seu extenso e complicado código de ética. Ou seja, é sempre a comunidade esportiva quem vai construindo, fiscalizando, sancionando e fazendo valer as regras que orientam e estabelecem a boa e a má conduta em cada uma dessas modalidades, quase sempre através, simplesmente, dos usos e costumes estabelecidos entre a comunidade de esportistas. Nesse sentido, são os próprios agentes desse campo esportivo que devem ser ouvidos, com bastante prioridade, no momento de se estabelecer qualquer linha de ação política para esses esportes.

12 Ver DONNELLY, Peter. The great divide: sport climbing vs. adventure climbing. In: RINEHART, Robert; SYNOR, Synthia (ed.). To the extreme: alternative sports, inside and out. New York: Suny, 2003, p. 291-307.

O segundo aspecto, diretamente relacionado a esse primeiro, é a forma organizacional comumente assumida entre as suas instituições. Sua ênfase na dimensão amadorística é uma tradição de surpreendente longevidade entre boa parte das instituições dos esportes na natureza. Em algumas modalidades, como o montanhismo, isso pode chegar a extremos, como quando uma montanhista é tratada por parte da comunidade internacional de escaladores como “vendida”, apenas por se dedicar profissionalmente à prática do esporte.¹³ Nesse caso, vê-se como a cosmologia das suas instituições se apega ao amadorismo como um valor, a ponto da aceitação de uma esportista que ganha dinheiro com a prática do seu esporte poder mesmo se tornar inadmissível.

Em outros esportes na natureza isso também poderá ser encontrado de outras formas, embora talvez numa medida menor. Mas importa que, em linhas gerais e em função disto, não me parece ser o modelo esportivo convencional que deva servir como parâmetro para atuação junto a esses esportes. Em outras palavras, os esforços governamentais não devem caminhar no sentido de promover um tipo de organização institucional semelhante à que ocorre com os esportes olímpicos, patrocinando atletas de alto rendimento ou financiando eventos e competições. Ao contrário, talvez seja mais útil e coerente tentar subsidiar, de alguma forma, o custeio e a manutenção de instituições esportivas já tradicionalmente estabelecidas e que vêm, há algum tempo, se dedicando à organização dessas práticas, fornecendo-lhes, através das suas esferas associativas, todo o modelo de conduta e de comportamento para a prática desses esportes. É esse o caso de certos clubes excursionistas e de algumas federações que ainda não se anexaram a modalidades mais consagradas, como o fizeram o rafting e o windsurfê, juntando-se, respectivamente, à federação de canoagem e de vela e iatismo.

A relutância por parte dessas instituições a que estou me referin-

13 Ver maiores detalhes em Dias; Alves Junior, op.cit., especialmente capítulo 4, “As instituições”.

do em não promover nem incentivar o espetáculo das competições as coloca em dificuldade frente às políticas esportivas convencionais. Mas, na medida em que é ali que irão se formular parte daquelas normas que conduzirão o comportamento esportivo de um considerável contingente de jovens, faz sentido dar-lhes algum crédito e atenção.

O terceiro e último aspecto que gostaria de destacar como importante indicador para futuras elaborações políticas sobre os esportes na natureza é o da sua relação com o turismo. A efetivação histórica desses esportes acontece por intermédio de uma complexa justaposição de segmentos de mercado, onde a sua difusão também corresponde à inunção do já rentável mercado ecoturístico ao não menos promissor mercado da aventura esportiva. Essa combinação cria nessas atividades uma predisposição intrínseca para viagens constituindo-os, em si mesmos, como um convite ao turismo. Com isso os esportes na natureza se apresentam como uma área dotada de uma “vocação intersetorial”, onde é difícil desprezar essas conexões. Além disso, o turismo, dependendo da maneira como é conduzido, pode de fato ser um veículo para indução do crescimento, alívio da pobreza e inclusão social, gerando alguns postos de trabalho que podem perfeitamente virem a ser ocupados por guias e praticantes desses esportes.

Em geral, esses me parecem ser princípios de alguma utilidade para a formulação de políticas para os esportes na natureza. Sempre salvaguardando o fato de que a heterogeneidade e a multiplicidade serão marcas distintivas desse segmento esportivo em particular, sendo difícil, quiçá impossível, contemplar a contento toda a enorme variedade de modalidades presentes sob o adjetivo *na natureza*. Isto posto, o desafio parece mesmo ser o de tentar resguardar os interesses, orientações e características plurais de cada uma dessas modalidades, bem como preservar a variedade e multiplicidade de concepções e formas organizacionais possíveis.

SUGESTÕES DE POLÍTICAS PARA O INCENTIVO À PRÁTICA DE SKATE PELA JUVENTUDE

*Edson Henrique Scander**

Anos 70 – O skate chega ao Brasil

O skateboard surgiu no Brasil no começo da década de 70 no Rio de Janeiro trazido por filhos de funcionários de empresas americanas. Em São Paulo, apareceu alguns anos mais tarde, sendo praticado por moradores do bairro do Sumaré. Na metade da década, foi construída a primeira pista no país — a de Nova Iguaçu —, houve o surgimento da indústria nacional do skate, a divulgação do skate na revista *Pop* e o início dos primeiros campeonatos. Nesta época tivemos o primeiro boom do skate no país. Já no final dos anos 70, surge a primeira revista especializada: *Brasil Skate*; são construídas pistas em São Paulo, como a Wave Park, e no Rio de Janeiro, a de Campo Grande.

Anos 80 - Indústria nacional do skate

No início dos anos 80 a modalidade quase desapareceu. Sobreviveu graças aos poucos praticantes remanescentes, que construíam rampas particulares e organizavam competições undergrounds.

Mesmo assim, em meados da década, pela primeira vez, uma equipe brasileira foi competir nos Estados Unidos; inicia-se a disputa do Campeonato Brasileiro de skate do Bowl no Itaguará Country Club, que durou até 1987; há o lançamento do programa de TV *Vibração*, o de maior longevidade no país; são lançadas também as re-

* Diretor esportivo da Confederação Brasileira de Skate.

vistas especializadas *Overall* e *Yeah*; e uma delegação brasileira chega ao Campeonato Mundial no Canadá.

Na segunda metade dos anos 80 houve o reaparecimento da indústria nacional com o segundo boom da modalidade: surgem diversas pistas; estrelas internacionais vêm para o país; a primeira reportagem sobre o skate brasileiro é publicada na *Transworld*, maior publicação mundial do ramo; é realizado o primeiro Circuito Brasileiro através da fundação da União Brasileira de Skate (UBS).

1989 foi o grande ano do skate no Brasil — criou uma grande esperança para o futuro. Porém, o Plano Collor estragou tudo com o fechamento de diversas empresas deste mercado, inclusive todas as revistas especializadas.

Anos 90 - Consolidação do skate

Em 1991, ressurgiu o Circuito Brasileiro; e é lançada a revista *Tribo Skate*. Ainda na primeira metade dos anos 90, o skate brasileiro já é considerado um dos melhores do mundo; há o lançamento de mais uma revista especializada: a *100% Skate*; é criado o Dia do Skate em São Paulo (três de agosto) pelo então vereador Alberto “Turco Loco” Hiar.

Na segunda metade desta década acontece o terceiro e definitivo boom da modalidade, mas, desta vez, fortalecida por uma indústria solidificada e administrada pelos próprios praticantes dos anos 80. O brasileiro Robert Dean da Silva (Bob) Burnquist é eleito o skatista do ano em todo mundo; tivemos a primeira edição da etapa brasileira do Circuito Mundial em São Paulo; é fundada a Confederação Brasileira de Skate (CBSk); iniciam-se as construções de centenas de pistas de skate pelo Brasil; e pela primeira vez na história o Brasil tem, não um, mas dois campeões mundiais, no vertical e no *street-style*, com Bob e Carlos de Andrade (Piolho) respectivamente.

Anos 2000 – o que é o skate hoje?

Bob Burnquist é escolhido o skatista do ano novamente em 2001 e é entrevistado no programa do apresentador Jô Soares. No ano de 2002, acontece a primeira edição da eliminatória latinoamericana dos X Games no Rio de Janeiro (RJ). Bob recebe o Laureus Awards — o Oscar dos esportes — e Rodil Júnior (Ferrugem) é campeão mundial no *street-style*. Entre 2003 e 2007, Sandro Dias (Mineirinho) sagra-se pentacampeão mundial no vertical, Rodil Júnior (Ferrugem) alcança o bicampeonato mundial no *street-style*. Existem hoje mais de 1000 pistas de skate no Brasil segundo levantamento da revista *100% Skate* (crescimento de 116% em quatro anos).

Atualmente, diversos skatistas brasileiros vivem no exterior patrocinados por empresas internacionais.

Existem shows de skate pelos EUA, além de turnês mundiais e no Brasil. A grande mídia quer mostrar o skate em programas de TV — campeonatos, entrevistas com personalidades e até em novelas. Skatistas expõem em galerias de arte pelo mundo todo, participam de publicidade de marcas fora do universo do skate (como em propaganda de celular, de carro etc).

Alguns tornam-se atores de cinema ou de TV, são destaques em bandas e até diretores de cinema. E o Comitê Olímpico Internacional está tentando incluir o skate nas próximas Olimpíadas.

Praticantes de skate no Brasil

No Brasil, 6% dos domicílios têm pelo menos uma pessoa que pratica skate. Como o total de domicílios no Brasil é de 44.795.101, no mínimo, existem cerca de 2.687.000 praticantes de skate.

Perspectivas profissionais

Profissionalmente um skatista pode exercer as seguintes profissões no mercado desenvolvido pela venda de skate e seus eventos:

- Competidor profissional: compete em campeonatos, faz apresentações representando uma empresa que o patrocina, participa de campanhas publicitárias e ajuda seu patrocinador a desenvolver produtos que levem sua assinatura (*pro model*) recebendo royalties por isto;
- Promotor de eventos: produz e realiza campeonatos, turnês, apresentações e festas de lançamento de produtos;
- Árbitro (juiz, locutor e coordenador de notas): trabalha na comissão técnica de torneios recebendo cachês por isto;
- Fisioterapeuta: pode cuidar de skatistas patrocinados por uma empresa ou ter pacientes entre diversos praticantes, além de trabalhar em campeonatos;
- Jornalista: trabalha para revistas especializadas, sites ou programas específicos de TV;
- Fotógrafo: como o jornalista; também pode ser contratado para produzir fotos para uma campanha publicitária de uma empresa do mercado;
- Videomaker (cinegravista): idem ao fotógrafo;
- Professor de skate: dependendo do grau de instrução pode ser monitor, instrutor ou professor de skate, lecionando em clubes particulares, pistas públicas e privadas;
- Dirigente esportivo: gerencia associações, federações ou a própria CBSk;
- Construtor de *skate parks*: podendo ser contratado pelo poder público, por empresas particulares, condomínios, clubes e até por pessoas físicas que desejem ter uma pista de skate em sua residência;
- *Team manager* (chefe de equipe): é quem cuida dos skatistas,

representantes de uma determinada empresa do mercado;

- Lojista: alguns skatistas abrem sua loja para vender produtos de skate;
- Fabricante: alguns skatistas fundaram empresas para fabricar e comercializar produtos do setor;
- Representante comercial: intermedia as vendas entre lojistas e fabricantes;
- Designer de produtos: desenvolve as mercadorias que serão colocadas no mercado;
- Estilista de moda: skatistas formados em moda criam coleções de roupas de acordo com as exigências deste esporte — por andarem de skate, sabem melhor que todos as necessidades dos praticantes;
- Funcionário das empresas de skate: também podem trabalhar como gerente, estoquista, balconista etc. nas companhias deste mercado.

Desta forma, existem dezenas de milhares de skatistas que utilizam seu conhecimento no esporte para seguir uma carreira atualmente. A profissionalização do skatista é algo que surge através da dedicação de anos de prática. Primeiro ele anda de skate para se divertir, o que faz aperfeiçoar sua técnica e ganhar destaque perante outros praticantes. Seja devido às boas colocações em campeonatos, ou pelo aparecimento na mídia especializada, acaba recebendo um convite de patrocínio. Com o tempo, e galgando as categorias de base, seu patrocinador faz um acordo para que se profissionalize e lance produtos com sua assinatura.

É em São Paulo onde há a maior concentração de skatistas profissionais do país, principalmente porque 80% da indústria do skate e as principais mídias especializadas se encontram nessa cidade.

As condições para trabalhar com o skateboard estão melhorando rapidamente graças ao aumento considerável de eventos, à construção de pistas e conseqüentemente de consumidores, revendedores e fabricantes.

Incentivo à prática do skate pela juventude

Após a realização de duas conferências livres¹, uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro, alguns dos principais formadores de opinião do skate nacional levantaram as seguintes ideias para alavancar e aperfeiçoar o esporte no país, inclusive como ferramenta de inclusão social:

- Criação do Plano Nacional do Skate, que institui, dentre outras normas, o “Dia Nacional do Skate”;
- Construção de áreas de lazer embaixo de viadutos, praças e lugares públicos ociosos com a possibilidade de diferentes empresas ou instituições “adotarem” o local para garantir manutenção, limpeza e segurança;
- Normatização dos princípios básicos de construção de pistas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- Desenvolvimento de estudos sobre o formato ideal de editais de licitação para construção de pistas de skate públicas, com a finalidade de informar a todos os tribunais de contas do Brasil sobre os detalhes para tais obras;
- Tombamento de pistas de skate históricas;
- Criação de disciplina específica sobre skate no curso de Educação Física e criação de cursos de pós-graduação em esportes não-olímpicos, urbanos e alternativos pelo MEC;
- Instituição do skate nas escolas públicas como opção na disciplina Educação Física;

¹ Conferência Livre de Juventude, etapa integrante da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, promovida pelo Governo Federal em abril de 2008 em Brasília/DF. (N.R.)

- Nacionalização do projeto social “Skate na FEBEM” (hoje Fundação CASA), realizado com muito sucesso por Sandro Soares para jovens cumprindo medida socioeducativa em São Paulo;
- Incentivo fiscal à indústria nacional de fabricantes de skates, componentes e acessórios em troca de doações de skates e acessórios para uso em escolas de baixa renda ou montagem de rampas básicas em quadras esportivas para ensino dos primeiros passos neste esporte;
- Regulamentação dos skatistas profissionais junto ao Ministério do Trabalho, com direito a carteira de trabalho, como atualmente acontece com os jogadores de futebol profissional;
- Estímulo à criação de associações e federações pelo território nacional com suporte jurídico pelas secretarias municipais ou estaduais de Esporte, além de tabela especial nos serviços em cartórios.

Conclusão

O skate já demonstrou ser um excelente instrumento de inclusão social e ter um grande apelo entre os jovens, principalmente aqueles que não simpatizam com os esportes tradicionais. Ele está conseguindo resgatar socialmente crianças e jovens do crime e das drogas, além de proporcionar economicamente empregos diretos e indiretos para dezenas de milhares de pessoas. Por fim, o skate incentiva o desenvolvimento cultural através de parcerias com os movimentos Hip-hop e HardCore, mais a criação de zines, sites, vídeos magazines, revistas e programas de televisão especializados.

A idade do skatista brasileiro, segundo a pesquisa Datafolha de 2006, está entre 12 e 17 anos (64,9%), portanto a grande maioria faz parte da juventude.

Nesta idade, o jovem quer viver o momento, quer fazer parte e ser aceito dentro de um grupo social.

O fator primordial no que diz respeito à escolha deste esporte por parte de seus praticantes é, em primeiro lugar, a sensação de aumento da adrenalina, depois o bem-estar de vencer o medo e ultrapassar limites pré-estabelecidos por si mesmos, finalizando com as amizades conquistadas e os lugares conhecidos por causa do skate.

E o skate vem fazendo parte das experiências da juventude nos últimos 40 anos...

Juventude, esporte e gênero

GÊNERO E ESPORTES: SUBSÍDIOS PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE

*Prof^a Dr^a Silvana Vilodre Goellner **

A palavra “gênero”, desde os anos 80, tem sido recorrente em um bom número de pesquisas, ensaios, resenhas, textos produzidos por vários autores/as vinculados à área do esporte, do lazer e da educação física. Ainda que esse termo possa ser observado a partir de diferentes olhares (marxista, estruturalista, psicanalítico, feminista radical, pós-estruturalista, entre outros) é consensual afirmar que se refere, fundamentalmente, à construção social do sexo. Ou seja, evidencia que os atributos associados à masculinidade e à feminilidade são construções sociais e históricas. Rompe, portanto, com a crença de que homens e mulheres constroem-se masculinos e femininos apenas pelas diferenças corporais e anatômicas. O termo “gênero” possibilita entender que essa é uma construção cultural e que, por assim ser, as representações associadas a masculinidades e feminilidades são mutantes, provisórias e fluidas. Em outras palavras: variam de cultura para cultura e no decorrer dos tempos.

Ao operar com o termo “gênero” a partir da vertente teórica do pós-estruturalismo, o considero não apenas como uma categoria de análise, mas, sobretudo, algo que constitui a identidade dos sujeitos. Isto é, masculinidade e feminilidade se definem reciprocamente, visto não existir nenhuma essência à priori determinada para uma e outra identidade. Essas identidades, ao contrário, são produzidas na cultura não havendo uma fixidez na sua produção sendo, ainda, atravessadas por outros marcadores sociais. É necessário pensar, então, que os su-

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS.

jeitos não são apenas homens ou mulheres, mas homens e mulheres de várias etnias, classes, religiões, gerações, etc, sendo que suas identidades se constroem ao longo da vida através de inúmeras práticas sociais, dentre elas, as esportivas. Resumindo: os sujeitos fazem-se femininos e masculinos na cultura e essas representações, apesar de serem sempre transitórias, marcam nossa pele, nossos gestos, nossos músculos, nossa sensibilidade e nossa movimentação.

No campo do esporte, essa marcação não ocorre de forma deslocada de outras tantas presentes no cotidiano dos indivíduos e seus corpos. Os gestos, as musculaturas, as roupas, os acessórios, as modalidades praticadas, as performances carregam consigo significados que, na nossa sociedade e no nosso tempo, estão também associados ao feminino e ao masculino. Essas marcas produzem efeitos e, não raras vezes, são reclamadas para justificar a inserção, adesão e permanência de homens e mulheres em diferentes práticas corporais e esportivas produzindo efeitos que podem ser visualizados, por exemplo: a) nas condições desiguais de acesso e permanência de homens e mulheres no âmbito da participação no esporte escolar, de rendimento e de lazer: para as mulheres, não raras vezes, ascender e permanecer no campo esportivo é um desafio muito maior que para os homens, em especial, naquelas modalidades representadas como mais masculinas e masculinizadoras (lutas, rugby, futebol, fisiculturismo, entre outras); b) na atuação desigual de homens e mulheres na gestão esportiva dominada, majoritariamente, por homens; c) na visibilidade nos diferentes artefatos da mídia onde, grosso modo, são conferidos espaços muito maiores aos esportes masculinos do que aos femininos; d) na exclusão ou violência simbólica imputada aos sujeitos que não correspondem à masculinidade e/ou feminilidade hegemônica, entre outros.

Questões como essas devem ser problematizadas quando se busca elementos para elaboração de políticas públicas direcionadas para ju-

ventude, pois, se para os jovens alguns limites estão colocados, afirmo que para as jovens estes limites ampliam-se consideravelmente. Uma política para juventude no âmbito do esporte deve considerar, entre tantas questões, as distinções de gênero objetivando o desenvolvimento de ações inclusivas, que minimizem as diferenças historicamente construídas entre homens e mulheres. Afinal, essas diferenças são produções culturais e não mero resultado das diferenças anatômicas dos corpos. Ao contrário: a anatomia é chamada para justificar e legitimar muitas das exclusões que neste campo se processam. Razão pela qual devem ser politizadas e desnaturalizadas com o intuito de contemplar os sujeitos que desejam participar do esporte nas suas mais diversas dimensões independente de seu sexo, de seu gênero e da sua sexualidade. Por fim: uma política só poderá ser “inclusiva” se respeitas a diversidade dos sujeitos, dentre elas, a de gênero.

A MÍDIA ALIMENTA AS DIFERENÇAS DE GÊNERO NO ESPORTE

TANTO

João Cabral de Melo Neto

*Alexandre Machado Rosa**

O FUTEBOL BRASILEIRO
EVOCADO NA EUROPA

*A bola não é inimiga;
como o touro, numa corrida;
e embora seja um utensílio
caseiro e que não se usa sem risco,
não é o utensílio impessoal,
sempre manso, de gesto usual:
é um utensílio semivivo,
de reação própria como bicho,
e que, como bicho, é mister
(mais que bicho, como mulher)
usar com malícia e atenção
dando aos pés astúcia de mão.*

Em 2008, o Brasil estabeleceu recorde de atletas mulheres nos Jogos Olímpicos. Foram 127 mulheres, em um total de 270 atletas classificados para os Jogos de Pequim. O recorde anterior era dos Jogos de Atenas 2004, quando o Brasil participou da competição com 122 mulheres.

A primeira mulher brasileira a participar de uma edição de Jogos Olímpicos foi a nadadora Maria Lenk¹, em Los Angeles 1932. Para o

* Jornalista e mestrando em educação física (Unicamp)

1 Maria Emma Hulga Lenk Zigler (nasceu em São Paulo, 15 de janeiro de 1915; morreu no Rio de Janeiro, 16 de abril de 2007) foi uma nadadora brasileira. Aos dezessete anos, foi a primeira mulher sulamericana a competir em Olimpíadas, nos Jogos de Los Angeles, em 1932. Nos Jogos seguintes, realizados em Berlim, em 1936, estava de volta, desta vez acompanhada por mais três nadadoras. No ano de 1939, durante a preparação para os Jogos Olímpicos de Tóquio, quebrou dois recordes mundiais individuais, nos 200m e 400m peito, a primeira e única brasileira a fazê-lo. Os planos para os Jogos de 1940 tiveram de ser interrompidos por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Em 13 de janeiro de 2007, a prefeitura do Rio de Janeiro publicou decreto do Executivo Municipal dando o nome de Maria Lenk para o Parque Aquático do Jogos Pan-americanos de 2007. Faleceu aos 92 anos de idade, por parada cardiorrespiratória, após exercitar-se na piscina do Clube de Regatas Flamengo.

presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, o recorde de atletas mulheres brasileiras em Pequim comprova que o esporte olímpico brasileiro se desenvolve como um todo.

Ao ler as informações acima, o leitor desatento chegará à conclusão de que o esporte celebra a igualdade entre os sexos. Ledo engano. E se, ainda, depender da cobertura da mídia impressa — sem falar na televisiva — esta igualdade não sairá da retórica.

Ao analisar o Caderno de Esporte da Folha de S.Paulo, durante o período de maio a junho de 2008, o espaço reservado às mulheres se restringe a modalidades que foram historicamente permitidas pelos homens, como o tênis e o vôlei, e com raras exceções o futebol feminino. Na maioria das vezes, os espaços são preenchidos com fotografias que ocupam quase — senão a totalidade — todo o espaço. As fotografias invariavelmente são erotizadas.

Os homens são valorizados pela força, destreza, e só aparecem nas imagens em plano aberto quando isto é captado e pode, assim, ser transmitido. Já a mulher deve expressar graça sempre, quando não, seus gestos de performance são erotizados.

A questão vem de longe. No Brasil, durante o Estado Novo, que para muitos autores é onde de fato a *modernidade capitalista* e seus valores culturais floresceram (SODRÉ, 1988), como exemplo o esporte, passam a fazer parte dos assuntos de Estado. A edição do Decreto-Lei nº 3.199, de 14/04/1941 no Capítulo IX deixa claro qual o lugar reservado às mulheres:

“Art.54 – Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”.

Durante a ditadura militar, o esporte ganhou importância estratégica para o Brasil. O CND, nos anos 1970, proibiu, por meio de resolução, as mulheres de praticarem, nos clubes, modalidades como o futebol, rugby, polo e beisebol. Estes dispositivos proibitivos só foram revogados no ano de 1979 com a deliberação nº 10 do CND.

Somente em 1986, o CND reconheceu a necessidade de estímulo à participação das mulheres nas diversas modalidades esportivas do país (CASTELLANI FILHO, 1991). A legislação, do mesmo modo que os especialistas, contribuiu para que o processo de entrada das mulheres no esporte mais praticado no país se desse apenas no final da década de 1980.

Em 1980, a *Revista Placar* publicou uma reportagem sobre a recém estruturada, à época, equipe de futebol feminino do Sport Club Corinthians Paulista. Além do futebol feminino, outras modalidades quase inexistiam. A ideia de aptidão física, que prevaleceu durante os anos 1970, enaltecia os conceitos de força e destreza, tendo como referência única o gênero masculino.

É neste momento que também surgiu o movimento que ficou conhecido como Democracia Corinthiana.

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo* (1996), em rápido resumo da história do esporte, a explosão do futebol feminino no país ocorreu na década de 1980. O time carioca Radar colecionou títulos nacionais e internacionais. Em 1982, conquistou o Women's Cup of Spain, derrotando seleções da Espanha, Portugal e França.

A vitória estimulou o nascimento de novos times e, em 1987, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) já havia cadastrado 2 mil clubes e 40 mil jogadoras. No ano seguinte, o Rio de Janeiro organizou o Campeonato Estadual, e a primeira seleção nacional conquistou o terceiro lugar no inédito mundial da China. O ano de 1988 marcou, também, o início da decadência do Radar e, com ele, do futebol feminino do Brasil.

Dunning (1999) acredita que há razões para crer que, nas sociedades industriais dos últimos duzentos anos, o esporte passou a ser, cada vez mais, um fator a incrementar a formação da identidade masculina. Nos últimos anos, com o aumento da entrada das mulheres nessa área, exclusivamente masculina em outros tempos, o esporte tornou-se um lugar de embates em que situações importantes de identidade de gênero são observadas.

O esporte como *configuração social* apresenta um estado interno, uma forma específica de controle em diferentes níveis (dirigentes, técnicos, árbitros, atletas, auxiliares, espectadores, etc.),

De 1875 em diante, as mulheres do mundo desenvolvido visivelmente começaram a ter menos filhos “Não obstante, é razoável supor que o fato de ter menos filhos foi, na vida das mulheres, uma mudança mais notável do que a de ver sobreviverem mais filhos seus” (HOBSBAWM, 1988, p. 273).

O afrouxamento das convenções possibilitou uma maior liberdade da mulher dentro da sociedade. A prática de dançar, social e ocasionalmente, em bailes e o desaparecimento gradual das barbatanas nas roupas femininas, assim como a socialização dos corpos em torno das máquinas para tornar os movimentos mais livres firmes, exigindo o uso de sutiã (criado depois de 1910), são alguns exemplos.

O tênis, inventado em 1873, rapidamente tornou-se o jogo preferido dos subúrbios da classe média, em grande parte por ser bissexual e, por conseguinte, promover o encontro de filhos e filhas desse universo social. Em 1884, depois de seis anos de criadas as disputas simples masculinas, criaram-se as femininas em Wimbledon.

Nessa época, a invenção da bicicleta emancipou mais a mulher do que o homem, assim como a prática crescente dos esportes de inverno entre as mulheres; as férias em estações de veraneio possibilitaram os banhos mistos (HOBSBAWM, 1988).

Segundo Singer (1977), antigamente, esperava-se que as meninas evitassem um desenvolvimento ativo nos esportes. Com a introdução do esporte como conteúdo curricular da Educação Física Escolar no Brasil, segundo Sousa & Altmann (1999), a partir dos anos 30, a mulher manteve-se perdedora porque era considerada culturalmente como um corpo frágil diante do homem, porém, era considerada vencedora nas danças e nas artes. O corpo da mulher estava dotado de docilidade, fragilidade e sentimento, qualidades essas negadas ao homem. Aos homens era permitido jogar futebol, basquete e judô, esportes que exigiam maior esforço, confronto corporal e movimentos violentos; às mulheres, era permitido a ginástica rítmica e o voleibol, que lhes garantia a suavidade de movimentos e o não-contato com outros corpos. O homem que praticasse esses esportes correria o risco de ser visto pela sociedade como efeminado. Entretanto, o futebol, esporte mais violento, tornaria o homem viril e, se fosse praticado pela mulher poderia masculinizá-la.

Participação das mulheres nas delegações brasileiras nos Jogos Olímpicos

Alice Melliat² organizou a Federação Internacional Desportiva Feminina (FSFI) sendo dela a responsabilidade pela organização dos primeiros jogos femininos considerados de caráter mundial em 1922. Depois, os Jogos Olímpicos de 1924 admitiram 136 mulheres atletas, e em 1928 foram aceitas definitivamente pelo movimento olímpico.

O ideal do amadorismo, que pautou a reunião classe média e nobreza na sua prática, concretizou-se em 1896, nos primeiros Jogos

2 A francesa Alice Melliat se transformou na primeira representante do movimento desportivo feminista. Ela iniciou suas atividades assistindo jogos nos estádios, o que contrariava a lógica e a permissão da sociedade do começo do século XX na Europa. Com o tempo, Melliat se transformou em excelente atleta, sendo a primeira mulher a obter diploma em uma modalidade: o arremesso à distância.

Olímpicos da Era Moderna. Realizados em Atenas e seguindo a tradição cultural dos jogos, onde somente os homens poderiam competir.

A participação feminina foi admitida formalmente em 1900, nos Jogos Olímpicos de Paris, em que 19 mulheres competiram em dois esportes — o golfe e o tênis (OLYMPIC, 2003).

Oficialmente, na França, as olimpíadas do Barão de Coubertin (1900) acabaram batizadas de Concurso Internacional de Exercícios Físicos e de Esportes, e os participantes chegaram a imaginar que participavam mais de um grande circo de variedades do que de uma celebração esportiva, tantas eram as atividades paralelas nas artes e no comércio oferecidas pela feira.

Além disso, Paris não possuía nenhum complexo desportivo olímpico e as provas de atletismo foram disputadas no meio dos bosques e árvores de Boulogne e a natação em plena correnteza do rio Sena.

Apesar do fracasso, estes jogos se eternizaram como os da estreia das mulheres nas Olimpíadas, com um total de 22 atletas nas modalidades de croquet, equitação, golfe, tênis e vela.

A inglesa Charlotte Cooper tornou-se a primeira campeã olímpica da história, no tênis, no torneio de simples feminino e em duplas mistas. Charlotte, então vencedora do já prestigiado Torneio de Wimbledon, conquistou suas vitórias jogando de saia longa, camisa de manga comprida e gravata listrada.

ANTUÉRPIA 1920 — VII Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **21 (21 homens)**

Colocação: 15º Brasil ouro 1, prata 1, bronze 1, total 3

PARIS 1924 — VIII Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **12 (12 homens)**

Esportes em que o Brasil participou: 3 (atletismo, remo e tiro esportivo)

AMSTERDÃ 1928 — IX Jogos Olímpicos

Brasil esteve ausente em função da crise econômica

LOS ANGELES 1932 — X Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **67 (66 homens e 1 mulher)**

Foi em Los Angeles que, pela primeira vez, uma mulher latino-americana participou dos Jogos Olímpicos: a nadadora brasileira **Maria Emma H. Lenk Zigler**, que competiu nos 100m livre, 100m costas e 200m peito, sem conseguir classificação.

BERLIM 1936 — XI Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **94 (88 homens e 6 mulheres)**

Esportes que o Brasil disputou: 10 (atletismo, basquete, boxe, ciclismo, esgrima, esportes aquáticos — natação —, pentatlo moderno, remo, tiro esportivo e vela).

As mulheres, dessa vez, participaram em maior número do que em Los Angeles, sendo quatro delas na equipe de natação: Maria Lenk, Piedade Coutinho, Scylla Venancio e Sieglind Lenk. A nadadora Piedade Coutinho conquistou um honroso quinto lugar nos 100m livre. Hilda Von Puttkammer competiu num esporte pouco praticado por mulheres brasileiras, o esgrima, não se classificando.

LONDRES 1948 — XIV Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **81 (70 homens e 11 mulheres)**

Colocação: 36º Brasil - 1 medalha de bronze

Esportes que o Brasil disputou: 10 (atletismo, basquete, boxe, esgrima, esportes aquáticos — natação e saltos ornamentais —, hipismo, pentatlo moderno, remo, tiro esportivo e vela)

As melhores classificações — sem medalhas — ficaram com natação e atletismo. A nadadora Piedade Coutinho, nos 400m livre, e a

equipe composta por Eleonora Margarida J. Schimidt, Maria Angélica Leão Costa, Piedade Coutinho e Talita Alencar Rodrigues, na prova de 4x100m livre, terminaram a competição em sexto lugar. O nadador Willy Otto Jordan, nos 200m peito, conseguiu a mesma classificação.

HELSINQUE 1952 — XV Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **108 (103 homens e 5 mulheres)**

Esportes que o Brasil disputou: 12 (atletismo, basquete, boxe, esgrima, esportes aquáticos — natação, polo aquático e saltos ornamentais —, futebol, hipismo, levantamento de peso, pentatlo moderno, remo, tiro esportivo e vela)

MELBOURNE 1956 — XVI Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **48 (47 homens e 1 mulher)**

Esportes que o Brasil disputou: 11 (atletismo, basquete, boxe, ciclismo, esportes aquáticos — natação e saltos ornamentais —, hipismo, levantamento de peso, pentatlo moderno, remo, tiro esportivo e vela)

O Brasil levou uma delegação de 48 atletas, incluindo apenas uma mulher, Mary Dalva Proença, que competiu nos saltos ornamentais (plataforma), classificando-se em 16º lugar.

ROMA 1960 — XVII Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: 81 (80 homens e 1 mulher)

Esportes que o Brasil disputou: 12 (atletismo, basquete, boxe, ciclismo, esportes aquáticos — natação, polo aquático e saltos ornamentais —, futebol, hipismo, levantamento de peso, pentatlo moderno, remo, tiro esportivo e vela)

Wanda dos Santos foi a única representante do sexo feminino em Roma, competindo na prova de 80m com barreiras, sem se classificar para as finais.

TÓQUIO 1964 — XVIII Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **68 (67 homens e 1 mulher)**

Esportes que o Brasil disputou: 10 (atletismo, basquete, boxe, futebol, hipismo, judô, esportes aquáticos — natação e polo aquático —, pentatlo moderno, vela e vôlei)

Dessa vez o atletismo brasileiro acabou representado por apenas um atleta e a única mulher da delegação: Aída dos Santos. Mesmo não conquistando medalha, ela foi um exemplo de determinação e coragem. Sozinha — estava sem treinador —, ela conseguiu classificar-se para a segunda etapa da competição. No fim, conquistou o quarto lugar no salto em altura, com a marca de 1,74m. Mostra de solidariedade olímpica, Aída dos Santos foi orientada antes das provas classificatórias pelo saltador peruano Roberto Abugatas — o que contribuiu para sua performance, superando o mínimo exigido para classificação na prova, 1,70m.

CIDADE DO MÉXICO 1968 — XIX Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **84 (81 homens e 3 mulheres)**

Esportes que o Brasil disputou: 12 (atletismo, basquete, boxe, esgrima, esportes aquáticos — natação e polo aquático —, futebol, hipismo, levantamento de peso, remo, tiro esportivo, vela e vôlei)

No México, as mulheres tiveram de se submeter pela primeira vez a teste de feminilidade. Nenhuma foi reprovada. A atleta Aída dos Santos, mesmo se classificando em 20º lugar na prova de pentatlo, superou o recorde sul-americano, com 4.578 pontos. Outra atleta, Maria da Conceição Cypriano, chegou a alcançar 1,74m no salto em altura nas provas de classificação, terminando com a marca de 1,71 e o 11º lugar.

MUNIQUE 1972 — XX Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **89 (84 homens e 5 mulheres)**

Esportes que o Brasil disputou: 13 (atletismo, basquete, boxe, ciclis-

mo, esportes aquáticos — natação —, futebol, hipismo, judô, levantamento de peso, remo, tiro esportivo, vela e vôlei)

MONTREAL 1976 — XXI Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **93 (86 homens e 7 mulheres)**

Esportes que o Brasil disputou: 11 (atletismo, boxe, esgrima, esportes aquáticos — natação, saltos ornamentais —, futebol, judô, levantamento de peso, remo, tiro esportivo, vela e vôlei)

O grande destaque internacional dos Jogos de Montreal foi a ginasta romena Nadia Comaneci, então com 14 anos. Ela encantou o mundo conquistando três medalhas de ouro, uma de prata e uma de bronze. Nadia obteve nota 10 dos quatro jurados na prova de barras assimétricas, fato inédito na história da ginástica olímpica.

MOSCOU 1980 — XXII Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **109 (94 homens e 15 mulheres)**

Esportes que o Brasil disputou: 13 (atletismo, basquete, boxe, ciclismo, esportes aquáticos -natação e saltos ornamentais-, ginástica -artística-, judô, levantamento de peso, remo, tiro com arco, tiro esportivo, vela e vôlei)

Pela primeira vez, a equipe feminina de vôlei competiu nos Jogos Olímpicos, classificando-se em sétimo lugar. Foi também em Moscou que os esportistas brasileiros trouxeram o maior número de medalhas de sua história olímpica até então — duas de ouro e duas de bronze.

LOS ANGELES 1984 — XXIII Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **151 (129 homens e 22 mulheres)**

Esportes que o Brasil disputou: 14 (atletismo, basquete, boxe, ciclismo, esportes aquáticos — natação, natação sincronizada, polo aquático e saltos ornamentais —, futebol, ginástica — artística e rítmica —, hipismo, judô, remo, tiro com arco, tiro esportivo, vela e vôlei).

SEUL 1988 — XXIV Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **170 (135 homens e 35 mulheres)**

Esportes que o Brasil disputou: 19 (atletismo, basquete, boxe, ciclismo, esgrima, esportes aquáticos — natação, natação sincronizada e saltos ornamentais —, futebol, ginástica — artística —, hipismo, judô, levantamento de peso, lutas, remo, tênis, tênis de mesa, tiro com arco, tiro esportivo, vela e vôlei)

BARCELONA 1992 — XXV Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **197 (146 homens e 51 mulheres)**

Esportes que o Brasil disputou: 20 (atletismo, basquete, boxe, canoa-gem, ciclismo, esgrima, esportes aquáticos — natação, natação sincronizada e saltos ornamentais —, ginástica — artística e rítmica —, handebol, hipismo, judô, levantamento de peso, lutas, remo, tênis, tênis de mesa, tiro com arco, tiro esportivo, vela e vôlei)

A equipe de basquete feminino participou pela primeira vez dos Jogos Olímpicos, terminando a competição em sétimo lugar. A seleção feminina de vôlei ficou em quarto.

ATLANTA 1996 — XXVI Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **225 (159 homens e 66 mulheres)**

A grande novidade em Atlanta foi a inclusão do vôlei de praia como esporte olímpico. A participação nacional culminou com duas duplas brasileiras na final feminina e a conquista da medalha de ouro, com Jacqueline Silva e Sandra Pires, e a de prata, com Mônica Rodrigues e Adriana Samuel.

As mulheres também brilharam em outras modalidades. As equipes femininas de vôlei e basquete subiram ao pódio pela primeira vez em Jogos Olímpicos, coroando trajetórias de grandes vitórias internacionais em ambos os esportes.

A equipe feminina de basquete conquistou a medalha de prata com Adriana Aparecida dos Santos, Alessandra Santos de Oliveira, Cíntia Silva dos Santos, Cláudia Maria Pastor, Hortência de Fátima M. Oliva, Janeth dos Santos Arcain, Leila de Souza Sobral, Maria Angélica G. da Silva, Maria Paula Gonçalves da Silva, Marta de Souza Sobral, Roseli do Carmo Gustavo e Silvia Andréa Santos Luz.

O time feminino de vôlei trouxe a medalha de bronze com Ana Beatriz Moser, Ana Flávia Chritaro D. Sanglard, Ana Margarida Vieira Álvares, Ana Paula Rodrigues Connelly, Eriçleia Bodziak, Fernanda Porto Venturini, Helia Rogério de Souza, Hilma Aparecida Caldeiras, Leila Gomes de Barros, Márcia Regina Cunha, Sandra Maria Lima Suruagy e Virna Cristine Dantas Dias.

SYDNEY 2000 — XXVII Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **205 (111 homens e 94 mulheres)**

Esportes que o Brasil disputou: 20 (atletismo, basquete, boxe, canoa-gem, ciclismo, esgrima, esportes aquáticos — natação, natação sincronizada e saltos ornamentais —, futebol, ginástica — artística e rítmica -, handebol, hipismo, judô, levantamento de peso, remo, taekwondo, tênis, tênis de mesa, triatlo, vela e vôlei — vôlei e vôlei de praia).

Porta-bandeira do Brasil na Cerimônia de Abertura: Sandra Pires (vôlei de praia)

Conquistaram a prata a dupla Adriana Behar/Shelda. Adriana Samuel e Sandra Pires levaram o bronze.

Daniele Hypólito, então com 16 anos, obteve, com o 20º lugar geral, o melhor resultado da história da ginástica artística brasileira nos Jogos. Um ano depois, ela conquistaria a prata no Campeonato Mundial de Ghent, na Bélgica. Sydney também foi um marco para a nossa ginástica rítmica desportiva: em sua primeira participação na competição olímpica por equipe, o Brasil foi à final, ficando com a oitava colocação.

ATENAS 2004 — XXVIII Jogos Olímpicos

Atletas do Brasil: **247 (125 homens e 122 mulheres)**

Esportes que o Brasil disputou: 26 (atletismo, basquete, boxe, canoagem, ciclismo, esgrima, futebol, ginástica artística, ginástica rítmica, handebol, hipismo, judô, lutas, natação, nado sincronizado, pentatlo moderno, remo, saltos ornamentais, taekwondo, tênis, tênis de mesa, tiro esportivo, triatlo, vela, voleibol, vôlei de praia)

Joanna Maranhão chegou à decisão nos 400m medley; Flavia Delaroli, nos 50m livre; e Joanna, Mariana Brochado, Monique Ferreira e Paula Baracho, no revezamento 4x200m livre.

Também disputado desde Atlanta, assim como o vôlei de praia, o torneio feminino de futebol deu uma medalha ao Brasil após dois quartos lugares nas edições anteriores. Com uma derrota de 2 a 1 para os Estados Unidos, que só aconteceu na prorrogação da final, a medalha de prata, melhor resultado feminino do futebol brasileiro nos Jogos Olímpicos, veio com as goleiras Andreia Suntaque e Marlisa Wahlbrink (Maravilha); as zagueiras Aline Pellegrino, Juliana Cabral, Tânia Maranhão e Mônica de Paula; as laterais Rosana dos Santos e Grazielle Nascimento; as volantes Renata Costa e Daniela Alves; as apoiadoras Miraildes Maciel Mota (Formiga), Elaine Estrela e Andreia dos Santos (Maycon); e as atacantes Marta Vieira, Delma Gonçalves (Pretinha), Kelly Cristina, Cristiane Rozeira e Roseli de Belo.

Resultados expressivos vieram ainda na ginástica artística e no taekwondo. Pela primeira vez a ginástica classificou uma equipe completa para os Jogos, a feminina. E se até então Daniele Hypólito havia sido a única ginasta a participar de uma final, ficando em 20º lugar no individual geral em Sydney, o Brasil esteve em três decisões em Atenas. Daniele foi a 12ª no geral e Camila, melhorando seu 49º lugar de quatro anos antes, ficou em 16º. Daiane dos Santos chegou à final do exercício de solo e foi a quinta colocada. Na estreia do taekwondo

no programa olímpico, em Sydney, o Brasil levava apenas uma atleta — Carmen Carolina, que perdeu na primeira rodada. Em 2004, foram três brasileiros presentes e dois deles, Diogo Silva e Natália Falavigna, disputaram a medalha de bronze e terminaram na quarta posição.

Depoimentos de atletas mulheres

“Eu sempre fui muito sapeca. Gostava de subir em árvores, eu era muito ativa e geralmente as meninas de meu tempo eram ‘paradas’, não gostavam de correr, de brincar e geralmente quem fazia estas coisas eram os meninos, principalmente a nível de escola. Eu sempre ficava com os meninos brincando, jogava com meus irmãos, meus primos, e as meninas ficavam brincando de boneca e casinha. Isto não me interessava. Eu adorava fazer tudo o que tinha vontade.”

“Quando tinha dez anos, parei de jogar por um ano. Falavam que eu era João. Nesta época, desviava dos campos porque era muita tentação. A paixão pelo esporte foi muito maior que o preconceito. Superei isso. Hoje, não estou nem aí. Faço o que eu gosto.”

Matéria da PLACAR — Novembro/80 Maio de 1980 — *“Nascia o primeiro time de futebol feminino do Sport Clube Corinthians Paulista. Apesar de são paulina fanática, fui convidada a fazer parte dessa equipe pioneira, que encantou torcidas e despertou sentimentos de admiração, mas também muito preconceito, principalmente do CND, que meses depois, puniu o SCCP por manter em seu quadro de atleta uma equipe de futebol feminino, esporte PROIBIDO na época. Vicente Matheus acatou a decisão.”*

Referências bibliográficas

Rubio, K., & Simões, A. 2007 Oct 19. **De espectadoras a protagonistas — A conquista do espaço esportivo pelas mulheres.** Movimento [Online] 5:11. Disponível: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2484/1134>

DUNNING, N. E. (1999). *Deport e ocio en el proceso de la civilizacion — Quest for excitement, sport and leisure in civiling process* (Segunda edición en español (FCE México) ed.). Cidade do México, México: Fondo de Cultura Econômica, S.A de C.V.

ELIAS, N. & **DUNNING**, E. *A Busca da Excitação.* Lisboa: Difel, 1992.

HOBSBAWM, E. e. (1988). *A invenção das tradições.* Londres: Ed. Paz e Terra.

_____. (1962). *A era das revoluções.* Lisboa, Portugal: Editorial Presença.

Juventude e esporte militar

JUVENTUDE E ESPORTE MILITAR

*Paulo Roberto Ribas**

Historicamente tem se observado que o esporte militar participa ativamente da formação da juventude brasileira, seja pelas inúmeras participações dos atletas militares no esporte nacional, seja pela prática da atividade física programada nos quartéis, seja pela organização de competições importantes em território brasileiro, seja pelos projetos esportivo-sociais que desenvolve, ou pela formação de profissionais de educação física iniciada no Brasil pela Escola de Educação Física do Exército, fundada em 1929.

O esporte, em suas várias dimensões, dentre as quais se destacam o alto rendimento, o lazer, a inclusão social, a prevenção, a integração, a divulgação, a formação, o científico e a detecção de talentos, proporciona às Forças Armadas o desenvolvimento das suas atividades profissionais relacionadas à atividade física levando em conta a OPERACIONALIDADE, a APTIDÃO FÍSICA e o DESEMPENHO.

Nesse contexto, o esporte é importante para as Forças Armadas, pois além das qualidades físicas inerentes, ele desenvolve nos militares as características psicossociais necessárias para a profissão, tais como a liderança (atributo fundamental na condução de equipes); a determinação (que permite a busca constante na conquista de objetivos); a coragem (que proporciona enfrentar os desafios e lograr o êxito desejado); a superação (para ter efetividade nas pressões e situações estressantes); e a tranquilidade (para ter o autocontrole em todas as situações).

O combatente militar moderno, como o atleta, depende de uma

* Tenente-Coronel R/1 do Exército

preparação psicológica adequada que lhe permita desempenhar-se bem sob pressão, competir/atuar com dor, concentrar-se, ter persistência, ter sentimentos positivos e participar das competições/missões sentindo-se confiante e tranquilo; características estas perfeitamente desenvolvidas através do esporte.

Segundo Correia (Atlas Brasileiro do Esporte, 2004), prevalece nos primeiros anos deste novo século a concepção da atividade física como um meio de preparação para o exercício da profissão militar, como um instrumento de demonstração de soberania, como uma ferramenta na busca e preparação de novos talentos para comporem as representações e como um veículo de inclusão social para boa parte da sociedade. Esta noção de inclusão social foi adotada nos últimos anos pela Comissão Desportiva Militar do Brasil – CDMB, órgão do Ministério da Defesa responsável pelo desenvolvimento do esporte nas Forças Armadas, acompanhando o meio civil no Brasil em seus avanços no esporte e na Educação Física.

Importância do Esporte Militar para o Brasil

O esporte militar dentro das políticas públicas tem um papel relevante, pois tem participado ativamente no desenvolvimento do esporte nacional, com destaque para os seguintes fatores:

1. Medalhas olímpicas – 21% das medalhas dos Jogos Olímpicos de Sidney (2000) foram conquistadas por atletas militares;
2. 1.000.000 de jovens se alistam anualmente nas Forças Armadas brasileiras, sendo que cerca de 150.000 se incorporam nas 3 Forças;
3. Competições militares internacionais organizadas e sediadas pelo Brasil — de Sd.e 1960 a CDMB já organizou 26 campeonatos mundiais militares;

4. Competições militares nacionais organizadas pela CDMB — anualmente são organizados Campeonatos Brasileiros das Forças Armadas e Jogos entre as Escolas Militares com a participação de cerca de dois mil atletas;
5. Participação em competições do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM) – de 1956, quando foi criada, a CDMB participa ativamente das competições internacionais nas mais diversas modalidades esportivas;
6. 5º Jogos Mundiais Militares Rio 2011 - grande evento internacional que acontecerá na cidade do Rio de Janeiro, de 16 a 24 de julho de 2011, com a previsão da participação de mais de 5.000 atletas de 100 Países, em 20 modalidades esportivas.
7. Atletas brasileiros militares em olimpíadas — desde a primeira medalha olímpica do Brasil nos Jogos Olímpicos da Antuérpia em 1920, conquistada pelo Primeiro-tenente do Exército Brasileiro Guilherme Paraense, na modalidade de Tiro - medalha de bronze, os atletas militares têm participado da delegação olímpica brasileira:
1936 – BERLIM
 - Ten. Sylvio de Magalhães Padilha – Atletismo – 4º lugar.1948 – LONDRES
 - Sgt.. Alfredo Rodrigues da Mata – Basquetebol – bronze.1952 – HELSINQUE
 - Cap. Eduardo Leal Medeiros – Hipismo – 4º lugar.
 - Ten. Cel. Eloy Menezes – Hipismo – 4º lugar.
 - Cap. Eduardo Leal de Medeiros – Pentatlo Moderno – 10º lugar1956 – MELBOURNE
 - Ten. Jamil Gedeão – Basquetebol – 6º lugar.
 - Sgt.. Teles da Conceição – Atletismo – 6º lugar.

1968 – MÉXICO

- Taifeiro Nelson Prudêncio – Atletismo – prata.

1972 – MUNIQUE

- Taifeiro Nelson Prudêncio – Atletismo – bronze.
- Taifeiro Luiz Gonzaga da Silva – Atletismo – 5º lugar.

1976 – MONTREAL

- Cap. Cláudio Coutinho – Futebol – 4º lugar.
- Cb. João Carlos de Oliveira (João do Pulo) – Atletismo – bronze.

1980 – MOSCOU

- Sgt.. João Carlos de Oliveira (João do Pulo) – Atletismo – bronze.
- Aluno Cyro Delgado – Natação – bronze.

1984 – LOS ANGELES

- Sgt. Abcécio Rodrigues – Atletismo – finalista.

1996 – ATLANTA

- Sd. Henrique Guimarães – Judô – bronze.
- Sd. Sebastian Pereira – Judô – 5º lugar.

2004 – ATENAS

- Sd. Daniel Andrei Hernandez – Judô – 7º lugar.
- Ten. Daniel Vargas dos Santos – Pentatlo Moderno – finalista.

2008 – BEIJING

Participação de 7 militares brasileiros na delegação olímpica:

- TC Jefferson Sgnaolin Moreira – atleta de hipismo
- Maj. Júlio Antônio de Souza e Almeida – atleta de tiro
- Maj. João Gustavo Cerqueira Lima Neto – diretor pentatlo moderno
- Cap. Volney Vieira de Mello Filho – técnico de tiro
- 1ºSgt. Fabio Alves Machado – técnico de vela
- Sd. João Gabriel Schlittler – atleta de judô

Além das participações em olimpíadas relatadas acima, os atletas militares participam ativamente dos Jogos Pan-americanos em suas diversas modalidades, culminando com a seguinte participação nos XV Jogos Pan-americanos Rio 2007:

- Ten. Cel. Fernando Cardoso Júnior – Tiro – medalha de bronze.
- Maj. Júlio Antônio de Souza e Almeida – Tiro – medalha de prata.
- Maj. Emerson Duarte – Tiro – 5º lugar.
- Cap. Daniel Vargas dos Santos – Pentatlo Moderno – finalista.
- Tem. Ana Luiza Ferrão de Melo – Tiro – finalista.
- Sd. João Gabriel Felizardo Schlittler – Judô – medalha de prata.
- Sd. Armando Negreiros – Natação – medalha de bronze.

Ainda, o Projeto Forças no Esporte está inserido no Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte do Governo Federal, pelo qual as Forças Armadas têm uma parcela de 7.000 crianças e 40 Organizações Militares participantes.

Conclusão

O esporte militar, como parte das múltiplas facetas do esporte de uma forma geral, tem participado de uma maneira contundente da formação da juventude brasileira, contribuindo para a formação de uma política pública para a juventude, principalmente por sua manifestação no esporte competitivo de alto rendimento, em campeonatos mundiais, Jogos Pan-americanos e Jogos Olímpicos, bem como pela organização de competições importantes em solo brasileiro, formação de profissionais de educação física e pelos projetos sociais que desenvolve.

Assim, o esporte militar proporciona para os jovens incorporados anualmente nas Forças Armadas, bem como para os seus quadros profissionais, praticantes ativos da atividade física programada, o desenvol-

vimento e o aprimoramento dos demais vetores do esporte nos nossos jovens, quais sejam a formação, o lazer, a inclusão social, a prevenção e a integração que proporcionam o aprendizado de competências psicossociais significativas e que refletirão numa melhoria da qualidade de vida da juventude brasileira.

Saúde e esporte juvenil

PROMOVENDO O DIREITO À SAÚDE ATRAVÉS DO ESPORTE: A EXPERIÊNCIA DO UK SPORT NO MUNDO

Eduardo Santos^{1*}

Introdução

O esporte é uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento de pessoas, grupos e comunidades como um todo e tem transformado vidas e sociedades pelo mundo. Sendo o esporte uma das atividades mais populares entre jovens, seguramente pode contribuir para motivá-los a construir equipes, desenvolver novas lideranças no bairro, promover voluntariado esportivo, inspirar outros jovens, bem como promover estilos de vida saudáveis para uma boa saúde física e mental. Pode, portanto, ser utilizado como uma ferramenta eficaz em uma série de programas sociais e para diversas pessoas, culturas e ambientes.

Também tem sido cada vez mais reconhecido pelas agências internacionais de desenvolvimento, tais como as Nações Unidas, que o esporte é uma das políticas mais bem-sucedidas para que os países em desenvolvimento possam realizar ações que promovam a saúde, a educação, a participação e a inclusão da juventude. Em especial, incentiva-se a promoção de políticas de esporte para a juventude como uma estratégia eficaz para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, contribuindo efetivamente para que as nações atinjam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio — em especial para erradicar a pobreza, combater a AIDS e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

* Gerente Nacional de Programas do UK Sport (Brasil), Sociólogo e Especialista em Educação Popular.

As organizações responsáveis por promover atividades esportivas, tais como federações, confederações e clubes esportivos, são atores-chave desse processo e podem ser os líderes na ampliação da cobertura que abrange segmentos sociais vulneráveis, tais como meninas/mulheres, portadores de deficiência física e aqueles socialmente excluídos. Entretanto, essas organizações podem não ter a capacidade para fazer essa ação. Daí a importância de eventos como o Seminário Internacional Políticas de Esporte para Juventude, por oferecer oportunidades de se conhecer o que está sendo feito no campo do desenvolvimento através do esporte no mundo, compartilhar as boas práticas e, assim, contribuir para o desenvolvimento social.

O esporte pode ainda proporcionar uma oportunidade de cooperação mútua entre as agências humanitárias, além de ser um catalisador para reforçar redes e parcerias entre comunidades e regiões que auxiliem na construção de uma sociedade civil, em âmbitos local e global, para a promoção do direito de todos ao esporte. Contudo, acreditar que o esporte pode, por si só, ser uma espécie de panaceia de muitos dos complexos problemas sociais é ingênuo (para dizer o mínimo). No entanto, se utilizados de forma correta e contando com instrumentos eficazes e democráticos de controle social, o esporte pode ser parte da solução. A agência internacional para o esporte do Ministério para Cultura, Mídia e Esporte do Reino Unido - UK Sport, em parceria com vários parceiros locais e da cooperação internacional, vem desenvolvendo vários projetos para promoção do desenvolvimento social através do esporte em regiões como África e Ásia, onde os jovens, mesmo nas circunstâncias mais cruéis, estão transformando suas vidas e de suas comunidades.

Este texto pretende falar um pouco dessas experiências, em especial as relacionadas à promoção da saúde através do esporte e sobre como o UK Sport, juntamente com o Conselho Britânico e UNICEF, em parceria com os Ministérios do Esporte e da Educação do Brasil,

estão trazendo essas experiências para o país através do Programa Inspiração Internacional.

No campo da saúde o UK Sport está desenvolvendo projetos com base no esporte para:

Promover a saúde /combater a obesidade

Aumentar a sensibilização sobre HIV/AIDS e reduzir o estigma provocado por essas doenças

Promover uma alimentação saudável, bem-estar, qualidade e esperança de vida

Benefícios do esporte e da educação física para a saúde da juventude e da população

O UK Sport promove parcerias em nível mundial para desenvolver e disseminar projetos com governos de outros países e organizações da sociedade civil. O intuito é criar modos de vida coerentes e sustentáveis, visando construir sociedades saudáveis, que inspirem e influenciem na mudança de atitude da população no que se refere à importância do esporte e da educação física para melhorar a saúde de todos.

Existem provas substanciais, como está amplamente divulgado na imprensa mundial, que a prática regular de esporte e da atividade física proporciona incontestáveis benefícios para homens e mulheres de todas as idades. A prática de atividades físicas e esportivas pode contribuir para melhorar a dieta alimentar, desestimular a hábito de fumar, o abuso de álcool e drogas; contribuir para reduzir a violência, melhorar a capacidade física e promover a interação e integração sociais.

As seguintes recomendações de políticas de saúde resultam de estudos de casos de projetos baseados no esporte realizado pelo UK Sport e parceiros em várias partes do mundo:

- **As Políticas DEVEM buscar a intersetorialidade das ações:** garantir que todos os Ministérios, secretarias e agências governamen-

tais pertinentes, em especial as que abrangem a saúde, a educação e a assistência social, compreendam que o esporte pode ter impacto em todas as dimensões do desenvolvimento da criança, do adolescente e do jovem.

- **Assegurar os recursos necessários no orçamento público:** Mobilizar a sociedade civil e os governos em torno do custo esporte-qualidade e dotação orçamentária necessária nos Planos Plurianuais para viabilizar essas políticas.
- **Focar na criança, no adolescente e no jovem:** Desenvolver programas que atraiam o público infanto-juvenil, incentivem sua participação e inspirem as gerações futuras;
- **Programas integrados à Escola:** desenvolver programas esportivos no currículo escolar e torná-los parte da vida cotidiana nas escolas;
- **Sustentabilidade e participação autêntica:** Pensar nacionalmente, mas atuar no local das ações; desenvolver projetos comunitários onde as ações são lideradas por adolescentes e jovens, garantindo mais apropriação e adesão de todos os envolvidos nos programas.

No estudo de caso que vamos apresentar a seguir, o esporte está sendo usado como um catalisador de mudança e de educação para prevenção do HIV/AIDS. Essas experiências, além de benefícios à saúde de jovens que vivem e convivem com a AIDS, têm também produzido benefícios econômicos — em especial na redução dos custos da saúde pública.

Estudo de caso

Projeto “Chute a AIDS para fora da sua vida!” (Kick AIDS Out!)

Objetivos

Aumentar a conscientização e romper os preconceitos contra HIV-AIDS através do esporte e da educação física.

Localização

O projeto teve início em países do continente africano como Zâmbia, Zimbábue, Quênia, Namíbia, Lesoto, Tanzânia, Vietnã, Eritreia, África do Sul, Mali. Recentemente se expandiu para Canadá, Noruega e Reino Unido. Chegará ao Brasil através do programa *Inspiração Internacional*.

Contexto

Dados do SUS informam que mais de metade de todos os novos casos de infecção por HIV/AIDS atinge pessoas com menos de 25 anos. As mulheres jovens são mais afetadas, mais cedo do que os rapazes e crianças. As crianças e adolescentes estão no centro da epidemia disseminada pelo HIV/AIDS, no entanto, são eles que oferecem a maior esperança para derrotá-la. Muitos programas oferecem a educação sobre como prevenir HIV/AIDS, mas muitas vezes a informação não é passada de maneira amigável e eficaz.

O projeto “Chute a AIDS para fora da sua vida!” é a base de uma rede internacional de organizações que usa o esporte como plataforma para promover conscientização contra o HIV/AIDS e, assim, provocar uma mudança comportamental. O projeto oferece uma abordagem inovadora para integrar esporte/atividade física e conscientização sobre HIV/AIDS.

O esporte é a atividade mais popular entre a juventude e oferece uma oportunidade única para educar e influenciar as futuras gerações. Esportes dão às crianças alegria, esperança de viver, além de oportunidades de aprender enquanto se divertem com os outros. Na metodologia do projeto, o esporte, a atividade física e os jogos educativos oferecem um ambiente inclusivo e não-ameaçador, divertido, um ambiente seguro onde o HIV/AIDS pode ser discutido abertamente e onde os jovens possam aprender sobre a epidemia e estilos de vida saudáveis para sobreviver à ela. O esporte também pode dar uma contribuição positiva para as pessoas que vivem com o HIV/AIDS.

O projeto desenvolve programas para treinar voluntários, técnicos, treinadores e dirigentes, desenvolvendo assim suas capacidades individuais, bem como de organizações e comunidades onde atuam.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para apresentar um formato de como o projeto “Chute a AIDS pra fora da sua vida!” pode ser adaptado às necessidades locais, recomendamos que seja desenvolvido para:

1. Ajudar a prevenir futuros casos de HIV/AIDS, através da diversão — seguramente uma abordagem inovadora que promove estilos de vida saudável: informação amigável em um amplo fórum de discussão para jovens e crianças em situação de risco;
2. Buscar atingir aqueles que se encontram em maior risco de contrair o vírus e fornecer-lhes os conhecimentos para que se previnam;
3. Ajudar a reduzir o estigma do HIV/AIDS fornecendo, inclusive, programas esportivos e de psicomotricidade, jogos cooperativos para jovens vivendo e convivendo com o HIV/AIDS.
4. Capacitar treinadores comunitários, dirigentes esportivos e os jovens líderes da comunidade com a metodologia do projeto, equipando-os com as habilidades para integrar temas relacionados ao HIV/AIDS nos seus programas e atividades esportivas.
5. Formar líderes dentro da comunidade para aumentar a capacidade do sistema esportivo local.

Parceiros

As seguintes organizações foram envolvidas no projeto:

- Fundação Edusport

- Esporte em Ação
- Conselho Nacional de Esporte da Zâmbia
- Kicking AIDS Alliance Out-Zâmbia,
- EMIMA (Tanzânia, Educação, Esporte, Atividade Física e Programas de Promoção),
- Comitê Olímpico Nacional do Lesoto,
- OlympAfrica Jovens Embaixadores,
- SCORE (Esportes Coaches “Outreach”)
- PAY (Juventude Fisicamente Ativa da Namíbia)
- Zimbabué Esporte e Lazer Comissão
- MYSA (Mathare Youth Sports Association),
- NIF (Norueguês e o Comitê Olímpico Confederações de Esportes)
- Jogos da Commonwealth Canadá (CGC)
- UK Sport,
- Direito de Brincar — Zâmbia
- Vietnam Football Federation
- Eritreia Football Association
- Norway Football Association
- Mali Football Association.
- IDS dando apoio à KAO Zâmbia

Público-alvo

Crianças, adolescentes, meninas e mulheres, e todos em risco de contrair o HIV/AIDS.

Etapas

1. O projeto “Chute a AIDS pra fora da sua vida”! foi criado pela Edusport Foundation (uma ONG de esportes da Zâmbia), apoiada pela NORAD (Agência Norueguesa de Desenvolvimento), em 2001 e desde então tem se desenvolvido em rede internacional de organizações parceiras.

2. Adaptação de jogos de esporte, atividades físicas e psicomotrizas, de modo a incluir componentes de proteção e educação em HIV/AIDS, contribuindo para reduzir seu estigma e para advogar por escolhas de vida saudável.
3. Desenvolvimento de atividades lúdicas que integram esporte, competências e habilidades para vida através do movimento, jogos de papel, teatro e outras atividades culturais e recreativas.
4. Desenvolvimento de materiais de formação, vídeos, guias e manuais amigáveis para treinadores, dirigentes e líderes jovens, capacitando nos níveis individual, organizacional e comunitário. Usando esses materiais, treinadores e dirigentes locais são treinados para tratar e encaminhar casos de HIV/AIDS em suas próprias comunidades. Quatro níveis de formação são necessários para se tornar plenamente qualificado pela metodologia do projeto.
5. Sistematização e disseminação das práticas educativas. O primeiro seminário “Chute a AIDS para fora da Sua Vida!” foi realizado em Nairóbi, Quênia, e reuniu 30 pessoas de sete países para apresentar os resultados do projeto e discutir o papel que as organizações esportivas têm a desempenhar no que diz respeito à prevenção do HIV/AIDS — dando particular atenção ao desenvolvimento de jogos de psicomotricidade, desenvolvimento e formação de uma rede coesa e eficaz. O seminário teve por objetivo estabelecer uma rede de organizações do sul da África e aumentar a cooperação entre os parceiros, além de compartilhar experiências na área do esporte e da luta contra a AIDS em uma forma estruturada e sistemática com o intuito de desenvolver uma política sobre AIDS para os clubes esportivos.
6. Em 2004 um manual informativo e de vídeo foi produzido e distribuído aos professores e treinadores e está disponível para os interessados;
7. A rede está, no momento, desenvolvendo um manual com os padrões obrigatórios do projeto que serão implementados por todos

os membros da rede. O objetivo dessa etapa é orientar os praticantes sobre a introdução de mudanças de comportamento; a redução da prevalência de HIV entre os jovens e a criação de um ambiente propício para cuidar de pessoas infectadas ou afetadas pelo HIV.

Resultados/impacto

- Houve grande sucesso inicial do projeto para redução dos indicadores de contaminação de crianças e jovens pelo HIV, bem como maior integração e participação desse segmento em âmbito local, favorecendo sua ampliação para outras localidades. Está agora a expandir-se para uma rede de países.
-

Benefícios

- Oferece oportunidades de diversão e ambiente seguro onde o HIV/AIDS pode ser discutido abertamente, onde os jovens podem aprender sobre a doença, assim como desenvolver habilidades para sua sobrevivência à ela.
 - Promove uma contribuição positiva na vida das pessoas já infectadas e afetadas pelo HIV/AIDS.
 - O sucesso e a sustentação do projeto se dão em função da extensão e da qualidade, assegurada no programa, para formação de treinadores, voluntários, líderes das organizações e das comunidades.
-

Ampliando a escala

- Desenvolver pilotos e ampliar a escala para outros países através de redes de juventude.
- Enfoque sustentável através da formação dos indivíduos das comunidades em parceria com os projetos já existentes.
- Envolver os jovens no planejamento e desenvolvimento de programas em todas as etapas.

Recomendações

1. O projeto deve criar uma rede de informação e de boas práticas. Além de promover e apoiar o desenvolvimento das iniciativas locais, deve também promover fóruns para o intercâmbio entre organizações de diferentes países.
2. Envolver os jovens no planejamento e desenvolvimento de programas esportivos, de modo a proporcionar-lhes um sentimento de valorização e de ter uma oportunidade de contribuir para a construção e reconstrução de suas comunidades.
3. Buscar obsessivamente a sustentabilidade, através da formação dos líderes locais com as habilidades para treinar outros, investindo nas comunidades e a construção de uma base de conhecimento.
4. Os jovens serão mais receptivos se jovens líderes forem utilizados e uma abordagem “joven a joven” for adotada. Os jovens se relacionam bem com pessoas de mesmas idade e história de vida. Treinadores e jovens líderes são excelentes modelos para outros jovens, cujos pais muitas vezes não têm como cuidar ou orientar.

Sobre o Programa Inspiração Internacional

O governo do Reino Unido desenvolveu um programa internacional para o desenvolvimento da criança e do adolescente através do esporte, com apoio a projetos esportivos em vinte países em vias de desenvolvimento em todo o mundo. O programa-piloto, no momento implementado em cinco países, denomina-se International Inspiration (Inspiração Internacional), e será realizado com base na promessa feita ao Comitê Olímpico Internacional (COI) em Cingapura, para atrair e inspirar a juventude mundial através dos esportes.

Os programas-piloto estão ocorrendo no Brasil, no Azerbaijão, na Índia, em Palau e na Zâmbia. O desenvolvimento do programa-piloto, que funcionará até 2010 e está sendo conduzido pela UK Sport, agência

internacional do Ministério dos Esportes da Inglaterra, conta com contribuições do DFID, do UNICEF, do Conselho Britânico, da FA Premier League e do Ministério dos Esportes do Reino Unido.

O programa *International Inspiration* aproveitará a força do esporte para transformar as vidas de milhões de crianças e jovens nas escolas e comunidades de vários países do planeta. Ele buscará não apenas ajudar a tornar realidade os objetivos prometidos em Cingapura, como também procurará implantar as bases para um legado internacional de longo prazo a partir dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres, em 2012.

O *International Inspiration* se empenhará em criar oportunidades para crianças e jovens com todo tipo de capacidades, oriundos das comunidades mais desfavorecidas do mundo, para enriquecer as suas vidas através da prática do esporte e o destaque nas atividades esportivas. Faz parte dos objetivos do programa assegurar que as atividades realizadas sejam sustentáveis e resultem em benefícios duradouros para todas as comunidades onde for desenvolvido.

Cada país-piloto desenvolve suas atividades nas seguintes três áreas:

- Educação física nas escolas parceiras
- Desenvolvimento do Sistema Esportivo e Responsabilidade Social do Esporte.
- Esporte e Cidadania no Semi-Árido.

O Programa Inspiração Internacional terá também um sólido vínculo com o próprio Reino Unido através de parcerias com escolas, dando oportunidade para que os parceiros demonstrem o impacto de seu trabalho no exterior para as crianças e jovens em todo o Reino Unido, demonstrando a importância da cooperação internacional para o desenvolvimento da juventude através do esporte.

ESPORTE JUVENIL PERANTE A DETERIORAÇÃO DA VIDA

*Edgard Mattiello Jr.**

Cumprimentando a organização deste Seminário Internacional e agradecendo o convite para participar da mesa *Saúde e Esporte Juvenil*, inicio esta reflexão mencionando que venho sustentando meus estudos e intervenções na saúde sob o enfoque da Epidemiologia Crítica. Esta pode ser compreendida como o conjunto de conceitos, métodos e formas de atuação prática que se aplicam ao conhecimento e transformação da saúde-doença em sua dimensão coletiva (ou social) (BREILH, 1991). Assim, isto explica, em parte, que para além do sedentarismo e dos efeitos biológicos (positivos e negativos) provocados pelo exercício, sinto a necessidade de compreender as relações de poder que determinam a deterioração das condições de vida, inclusive as estabelecidas no contexto da prática de esportes.

Das principais categorias da Epidemiologia Crítica que posso apresentar brevemente neste espaço, avalio como a mais apropriada a IMPOSIÇÃO. Trata-se de mudança conceitual importante: pois ao invés do termo convencional **ex**posição (a fatores de risco!), usado para se referir à situação em que se calcula a probabilidade de acontecimento de acidentes, doenças e mortes, prefere-se dizer **im**posição, pois tantas vezes não se tem liberdade para fazer escolhas, ocorrendo submissão a processos que, sem dúvida, geram destruição da saúde (MATIELLO JÚNIOR; GONÇALVES; MARTINEZ, 2008).

* Edgard Mattiello Júnior, doutor em educação física, integrante do Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física e Instituto de Estudos Latino Americanos – UFSC. Contato: edgard@cds.ufsc.br

Enfim, quando se adota **exposição**, fica patente como os riscos são apresentados como externos às vidas das pessoas, como se a agressão fosse ocasional, quando, na verdade, faz parte de um processo altamente insalubre e permanente, possível de ser alterado somente com ações em níveis profundos e em caráter contínuo.

Nestes termos, tendo em vista a perspectiva da Promoção da Saúde (CZERESNIA, 2003), não é mais possível aceitar naturalmente que o esporte, ao ser oferecido para as juventudes alijadas do desenvolvimento econômico e social, seja empregado como medida intrasetorial salvacionista, como instrumento de compensação à deterioração da vida e como amortecedor das tensões sociais.

Isto posto, passo agora a destacar elementos de uma de nossas experiências mais emblemáticas. Quando iniciamos o trabalho como educadores no Alto da Caieira do Saco dos Limões, no topo de uma cadeia de morros de Florianópolis, percebemos haver ali extremas carências no que se refere à infraestrutura e serviços, com muitos pobres e elevado grau de criminalidade.

Nesta comunidade não havia nenhum equipamento público de lazer, sendo que atividades esportivas e brincadeiras eram improvisadas no interior das residências, ruas, matagal ou no campo de futebol. Conforme relato de moradores, este campo foi construído há cerca de vinte anos por eles próprios, em terreno privado, através de ferramentas rudimentares e sem orientações que evitassem os constantes alagamentos ou o choque de bolas com o telhado da vizinhança. Em síntese, era um espaço pouco atrativo, de terra batida, onde se acumulava lixo, mas que, apesar disso tudo, reunia boa parte da comunidade em seu entorno.

Mais recentemente, no âmbito do Executivo local, foi projetado um Clube Social para este espaço, cuja estrutura envolve piscina, quadra, vestiário, estacionamento e mirante, sendo, a princípio, aceito com entusiasmo pela população (INÁCIO, 2008).

No entanto, aos poucos foi ficando mais claro para os moradores que o proposto não condiz à realidade local. Há indefinição sobre a destinação de funcionários, tais como professores, vigilantes e salvavidas para atuar em caráter permanente. As crianças não têm roupas suficientes e menos ainda para natação, sendo que, frequentemente, ocorre falta de água nas residências, o que coloca em dúvida se a piscina poderá ser utilizada.

Para não me estender em demasia, recupero os elementos teóricos introdutórios e os articulo com a prática refletida, encerrando com algumas problematizações:

1- Devido a conflitos com moradores de bairros circundantes à Caieira, muitos jovens não podem sair deste local, comprometendo inclusive o acesso aos estudos. A falta de dinheiro também proporciona o isolamento. Enfim, os jovens estão **impostos** a uma condição de vida que lhes determina o estilo de vida, ou seja, fazem pequenas escolhas conforme o contexto lhes permite.

2- A poucos metros dali, defronte a um Shopping Center, em apenas três meses, foi construído um complexo esportivo de ótima qualidade, tendo custado dezoito mil vezes menos do que o investido pelo poder público nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro. Os jovens da Caieira dificilmente terão acesso a esses equipamentos – campo gramado e quadra iluminados, pista de skate, etc. Penso ser necessário discutir e lutar permanentemente pela priorização de investimentos públicos no setor.

3- Até o momento, as obras do Clube Social ainda não foram iniciadas, nem da forma originalmente proposta e nem com as sugestões de simplificação do projeto dadas pela comunidade.

4- Além de aulas de futebol e capoeira¹, participamos também de reuniões de mobilização e reivindicação da comunidade. Agora

1 Através de projeto financiado parcialmente pela Rede Cedes, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, Ministério do Esporte, Brasil.

o abastecimento de água vem sendo regularizado e, devido às obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o bairro vem recebendo melhorias estruturais, dentre elas, pavimentação, canalização do esgoto e transporte coletivo.

5- As crianças e jovens continuam correndo descalças no campo de futebol construído há duas décadas pelos moradores. Entre uma topada no chão, ameaças de morte e sorrisos, ainda assim é possível que perante as novas condições de vida no bairro, recolham mais benefícios da prática do esporte do que antes.

Referências bibliográficas

BREILH, J. ***Epidemiologia: economia, política e saúde***. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1991.

CZERESNIA, D. (Org.). ***Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendência***. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

INÁCIO, M. ***Urbanização e qualificação do Alto da Caieira do Saco dos Limões a partir dos espaços públicos de lazer***. 2008. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) - Sistema Barddal de Ensino de Artes Aplicadas, Florianópolis, 2008.

MATIELLO JUNIOR, E.; GONÇALVES, A.; MARTINEZ, J. F. N. ***Superando riscos na atividade física relacionada à saúde***. Movimento (Porto Alegre), v. 14, p. 39-61, 2008.

O ESPORTE JUVENIL: EXAMINANDO O ICEBERG

*José Geraldo Soares Damico **

Minha intenção ao longo desta comunicação é deslocar da posição hegemônica no campo da educação física, ou seja, aquela que estabelece uma relação causal entre esporte e saúde, onde o esporte será o meio para adquirir um estilo de vida saudável, longe das drogas e de companhias indesejáveis, além de promover proteções adicionais para a saúde orgânica dos indivíduos e no plano social a referência dele ser fator de inclusão social. Entendo que ao remeter para o esporte tamanha tarefa corre-se o risco de reduzir o fenômeno esportivo a uma esfera salvacionista, que muito provavelmente não irá acontecer.

Não se trata de negar os efeitos e a importância que se atribui às atividades esportivas na vida dos/das jovens, nas famílias, nas comunidades e nos grupos sociais de diferentes culturas. No entanto, as atividades físicas e esportivas se manifestam de forma tão variada e em tantos comportamentos e práticas, que veiculam um conjunto de valores e significados absolutamente complexos para os atores implicados. Cabe uma análise mais ampla dos sentidos atribuídos às suas experiências esportivas.

Neste sentido, me proponho a realizar uma análise do fenômeno esportivo desde baixo e de dentro. Como, ao analisar um iceberg, não interessasse tanto o que está acima da superfície da água, mas o que está abaixo e por dentro.

As escolhas e experiências esportivas são resultados das motivações e dos objetivos no presente. Resultam também de toda uma

* Professor-Adjunto da ULBRA, Canoas (RS), Mestre e Doutorando em Educação (PPGEDU/UFRGS).

história e das particularidades de cada indivíduo ou de cada grupo, tanto quanto essas práticas, que foram pessoalmente e culturalmente determinadas.

A dinâmica da prática esportiva dos Jovens

Se ela não é o monopólio de uma faixa etária, a prática da competição esportiva aparece, contudo, como a atividade privilegiada da juventude. Segundo a maior parte das pesquisas, é nesse período da vida em que o maior número de indivíduos está envolvido com alguma atividade esportiva.

O *Atlas do Esporte no Brasil* (BOSCHI, 2005, p.859) indica o país como uma das nações mais esportivizadas do mundo. Segundo esta publicação, 63% da população no país pratica esportes de forma regular. A indústria do consumo esportivo nunca produziu tanto e com tanta variedade de materiais esportivos como hoje, atendendo a um consumo cada vez mais massificado, portanto, não ligados ao alto-rendimento.

Com efeito, a proporção de atividade esportiva dos jovens e dos estudantes é muito superior àquela de todas as categorias sociais definidas pela sua posição profissional. Um dos fatores que mais contribui para a queda no engajamento esportivo está sensivelmente atrelada ao ingresso no mundo do trabalho.

Proponho pensar o engajamento esportivo como um percurso no qual uma série de eventos se produzem tanto no interior como no exterior do meio esportivo, podem levar os praticantes a modificar o senso que eles tinham inicialmente atribuído a um esporte e a reconsiderar suas escolhas anteriores.

Neste caso, a prática esportiva pode ser analisada como um processo, ou seja, como a dinâmica de um conjunto de fenômenos que interagem no tempo, de modo não-aleatório sem causalidade uniline-

ar e na qual a interação produz um ou vários efeitos. A perspectiva interacionista associada a este conceito convida a tratar cada praticante como um sujeito singular participando ativamente na construção do senso do que ele faz, em ligação estreita com o outro. Esta construção social da realidade se elabora inicialmente a partir de uma herança cultural legada pelos primeiros agentes socializadores, cujo conteúdo depende da posição que eles ocupam no espaço das classes sociais.

Contudo, a produção do gosto pelo esporte não é circunscrita ao universo familiar. Ela se persegue continuamente no exterior da unidade doméstica, notadamente na instituição esportiva em função de normas específicas que regem seu funcionamento.

É muito provável que esta interpretação tenha um alcance geral se considerarmos que o esporte designa um tipo de atividade motora particular e se desenrola sobre uma base de regras rigorosamente definidas no quadro de competições instituídas por uma instância federal. Para além da especificidade das regras que definem sua singularidade, os esportes dispõem de uma unidade fundamental na qual a competição ocupa um lugar maior. No esporte, o exercício físico apresenta a particularidade de ser sempre sancionado pelo estabelecimento de uma classificação hierárquica dos participantes que opera em diferentes níveis da escala por meio de procedimentos estritamente codificados.

A sistematicidade desta organização hierárquica permite a cada concorrente conhecer, a todo momento, o lugar que ocupa comparado ao outro e de se representar a evolução de seu valor esportivo no tempo.

Ao ingressar em um clube esportivo, a criança acessa a uma esfera de participação social especializada na qual ela deve criar novas formas de relações sociais e se engajar em uma atividade de aprendizagem particular. Adquirir gosto pelo esporte supõem, então, adquirir certa matriz de códigos sociais que regulamentam as relações esportivas e de desenvolvimento de competências específicas, permitindo ao

jovem praticante responder a um grau mínimo de exigências de seu novo grupo de pertencimento.

A questão da congruência entre as expectativas que os projetos esportivos alimentam nos neófitos e as predisposições adquiridas no meio familiar encontra-se assim colocadas. A articulação entre a família e o clube não estão dadas por si sós. Elas são construídas. Quando, mesmo assim, a educação familiar daria muito cedo à uma criança a oportunidade de enviá-la a praticar um esporte, não é certo que esta vocação lhe assegure encontrar imediatamente uma satisfação na atividade específica proposta nas modalidades esportivas.

As disposições esportivas se constroem então no curso das interações que os jovens sujeitos estabelecem um com o outro em função da significação que estas relações revestem aos seus olhos — o que lhes confere uma característica virtualmente instável. Com efeito, o amor ao esporte é suscetível a flutuar em intensidade, de trocar de objeto ou de sofrer toda a sorte de modificações das relações que ligam o sujeito à determinada modalidade esportiva.

Um caso de família?

No início, as crianças fazem uma imagem do esporte a partir dos jogos que praticam com seus amigos e das performances dos campeões que eles descobrem na televisão. Isso é, sem dúvida, uma experiência comum a praticamente todos que ingressam em um projeto esportivo hoje.

A ação familiar colocada em seu favor oferece às crianças um sólido apoio para desenvolver seu gosto pelo esporte. Isto quer dizer que o esforço feito pelos familiares visa indistintamente às atividades ofertadas pelos clubes esportivos, sem conferir qualquer prioridade à competição. A importância que é atribuída a estas atividades

se apoia na convicção de que elas trarão às crianças bem estar semelhante àqueles experimentados por eles em sua própria juventude. Na verdade, os benefícios esperados do exercício esportivo se definem, em última instância, pela relação com a escolaridade. O esporte é um complemento indispensável aos estudos. A este título, ele traz um duplo enriquecimento.

Não podemos deixar a vida de uma criança se reduzir ao cumprimento dos deveres escolares, sob pena de fabricar uma personalidade estreita e perturbada. Essa deve ter uma atividade de lazer construtiva na qual passe a se desenvolver. Nesta perspectiva, a prática de um esporte é um ato precioso tendo em conta o bem-estar que lhe emprestamos. Neste sentido, o bem-estar que ele traz a estes jovens adeptos se definem sob dois registros. O primeiro é aquele da saúde física e mental. Os familiares retomam para si uma crença bem conhecida em educação: a primeira virtude do exercício físico é de dar à criança “um espírito são em um corpo são”. Ele permite ao corpo se desenvolver corretamente. O exercício físico também tem a capacidade de eliminar a fadiga, o stress e a agressividade acumulada na saída de uma jornada de trabalho escolar. Também é uma fonte de divertimento imprescindível. Em suma, ele participa da formação de uma personalidade equilibrada desde que, todavia, não seja acompanhado de uma especialização excessivamente precoce. O segundo registro é o de comunicação. Em colocando-a em relação com outras pessoas, o esporte amplia o horizonte social de uma criança e permite também abrir-lhe o espírito.

Contudo, esta preocupação não se dá sem premeditação. Incitando suas crianças a ter atividade durável e assídua de um desporto, a expectativa que se espera em termos de benefício social é o controle sobre suas ações. O primeiro aborda a conformação dos jovens. Inscrever suas crianças numa atividade que se desenvolve de modo regu-

lar, em lugar e horários conhecidos, sob a vigilância de um adulto, distancia o perigo de errância, ocupação, nos lugares mal frequentados, onde eles poderiam mal encaminhar-se. Manter as crianças na prática esportiva funciona neste caso como um meio indireto de assegurar que suas relações não os desviem de finalidades as quais no final de contas deveriam dar prioridade: no primeiro plano, trata-se de terem sucesso escolar. A segunda vantagem se refere justamente à rentabilidade social das atividades dos jovens.

A atividade esportiva é incessantemente avaliada à luz desta dupla exigência. Isto explica porque os adultos cuidam para que o engajamento esportivo dos jovens respeite o princípio da moderação das paixões. Com efeito, um engajamento demasiado voltado pela competição é temido, porque o tempo passado para o treinamento que ele a propagandeia e a fadiga que ele gera são julgados nefastos para o distencionamento da criança e para seus resultados escolares.

A participação da família

As famílias que se mobilizam fortemente ao redor do esporte de suas crianças têm um modo de vida característico no qual o lazer esportivo ocupa já um lugar de escolha. Há sempre ao menos um dos responsáveis que frequentou assiduamente uma determinada prática esportiva durante sua juventude e que continua a fazê-lo depois de ter filhos. Esta atividade dita o ritmo da vida familiar, ainda mais porque as crianças seguem, às vezes, seus familiares nos seus deslocamentos e têm a oportunidade de vê-los praticando-a. Ela dá, assim, material de discussão entre as duas gerações, mais do que eventos esportivos vistos na televisão. Este ambiente esportivo é suscetível de despertar nas crianças uma curiosidade a respeito dos esportes. Todavia, ela ainda tem mais chance de querer entrar e permanecer na atividade quando é reforçada

pelas incitações explícitas dos pais. Tais solicitações intervêm, em geral, muito cedo. Eles se inscrevem em um projeto cultural mais vasto que visa organizar a vida das crianças afim de que elas se submetam à ideia que seus pais fazem de uma boa educação. As relações engajadas neste fim são de natureza bastante diversa.

Um primeiro tipo de transição diz respeito à regulação das motivações da criança. Os pais fazem saber aos seus filhos, frequentemente no momento de seu ingresso na escola fundamental, que eles desejam integrá-los em uma prática esportiva — quando eles não os inscrevem sem consultá-los. Mas mesmo neste último caso, os adultos tentam persuadir suas crianças da necessidade de fazer esporte, suas vantagens e os benefícios físicos e emocionais. De um modo geral, trata-se de suscitar nelas a vontade de ir a um determinado local, fazendo-lhes sugestões mais precisas em termos de atividades.

Os pais renovam periodicamente este tipo de solicitação. A ocasião da entrada escolar, por exemplo, a fim de aprender as suas disposições infantis e de pesar suas vontades. Isto permite considerar com eles a força de sua motivação ou as soluções suscetíveis de fazer parar seu estado de indecisão. Mesmo que eles se proibam de restringir as possibilidades de escolhas de seus jovens sob seu domínio esportivo, a exploração de outros centros de interesse fazem raramente o objeto de um encorajamento tão pronunciado. Isso se deve, sem dúvida, em razão da maior familiaridade que eles têm com o universo esportivo em relação às práticas que têm uma legitimidade cultural maior, principalmente no nosso país. Por consequência, são mais inclinados à vocação esportiva de sua criança e a voltar a lançá-la quando esta começa a esmorecer do que a tentar suscitar nela um interesse por uma atividade cultural distinta, como a música ou o teatro, por exemplo.

Essas mudanças não visam somente manter a motivação esportiva dos jovens praticantes. Trata-se também de velar para que eles con-

servem proporções moderadas, se conciliem com as exigências de sua escolaridade e o respeito de sua personalidade. Com efeito, esta constante avaliação a qual são submetidos os jovens praticantes requerem uma grande vigilância por parte de seus familiares, que tentam regularmente orientar suas intenções no sentido de seguir seus conselhos, encorajando-os ou vigiando-os quando estes experimentam o desejo de trocar, acrescentar ou de deixar uma atividade.

A mobilização dos familiares se organiza igualmente em torno da formação das competências esportivas de seus filhos. O ingresso em uma atividade esportiva é precedida e/ou assistida por uma iniciação técnica, então encarrega-se o adulto que possui uma familiaridade prática com a respectiva atividade.

Desejando encorajar a criança no esporte, este adulto coloca em prática sua intenção — situações de aprendizagem próximas daquelas que existem no clube. Esses exercícios, esses conselhos e essas explicações sistemáticas visam ajudar a criança a desenvolver condutas que sejam conformes às normas motoras e da racionalidade esportiva — as capacidades psíquicas, habilidades motoras e noções táticas que serão exigidas dela. Trata-se de incrementar suas chances de obter o prazer neste esporte graças ao saber fazer que ela terá capitalizado e da recompensa pelo meio esportivo que vai acolher, de acordo com suas competências e a eficácia que ela projete.

Outras são tomadas pelos familiares desejosos que o engajamento esportivo de seu filho tenha certa continuidade. Assim, cada semana um dos pais faz a parte entre a casa e o clube esportivo a fim de propiciar ao seu filho o exercício de sua atividade com assiduidade. Os adultos assistem, de tempos em tempos, às competições que tomam parte seu filho. Todavia, esses gestos de atenção tendem a se tornar mais raros quando as crianças avançam na idade.

Enfim, alguns familiares assumem responsabilidades no interior

dos clubes esportivos onde a criança está inscrita, a fim de contribuir com a boa organização de sua prática esportiva, quando já não desempenham mais o papel de treinador ou dirigente. Desta maneira, estar presente ao lado do filho permite cuidar para que as atividades desenvolvam-se em conformidade com seu ideal educativo. Os pais podem, deste modo, intervir imediatamente — seja junto seu filho para ajudá-lo a superar uma decepção, seja junto ao treinador que ele julgue injusto ou demasiadamente zeloso — para demandar uma mudança de comportamento.

Uma questão de classe social?

Estudos realizados com populações carentes têm apontado que há uma grande procura por atividades esportivas com o intuito de qualificar o gesto motor como a principal motivação para o envolvimento com escolinhas esportivas em bairros carentes (VIANNA, RIGIDO E FERREIRA, 1999; ZALUAR, 1994).

A fraca participação dos pais seria característica das relações intergeracionais que predominam nas classes populares. Em um primeiro caso, as atividades nos clubes esportivos não fazem parte das prioridades educativas dos pais. Portanto, tanto não se está necessariamente muito atento aos desejos de práticas expressas por suas crianças, quanto não se tem competências necessárias para os aconselhar nas suas escolhas, faltando ter feito esporte em sua juventude.

Além disso, o esporte não aparece no tempo livre, sobretudo consagrado ao repouso, às tarefas domésticas e às relações de sociabilidade com a família, deixando de lado a televisão. Estas características do estilo de vida familiar poderiam, às vezes, frear a paixão que a criança descobre por um esporte, sobretudo, quando isto venha a concorrer com projetos de lazer dos pais.

Compreende-se então que estes últimos sejam pouco dispostos a encorajar a prática esportiva de suas crianças. Esse foi o caso de Alexandre², cuja a prática de futebol começou aos 7 anos, contrariando, durante vários anos, o desejo de sua mãe de sair da residência familiar no domingo. Durante os jogos, seus pais ficam em casa a esperá-lo. Isto não perturba seu pai, que prefere se recuperar do cansaço do trabalho. Ao contrário, sua mãe experimenta um sentimento de privação penoso. Segundo Alexandre: “às vezes, no domingo, meus pais queriam ir ver a família e, bom, enquanto eu era jovem eles não podiam, porque era necessário que um ficasse em casa até que eu chegasse e isso irritava minha mãe: ela queria sair e não podia; é isto que ela me dizia o tempo todo: ‘Ah no próximo tu te aquieta, eu estou farta, eu estou farta, eu estou farta...’”

No entanto, também para estas famílias, o esporte representa um meio de favorecer o desenvolvimento pessoal das crianças ou de afastá-las dos perigos sociais que os espreitam. Sua fraca mobilização esportiva remete então a outros dois casos que cabem explicitar.

De uma parte, os dois pais trabalham e suas condições de exercício profissional não lhes permitem levar suas crianças aos lugares de treinamento. Estes últimos devem então se virar sozinhos para ir ao ginásio. A ajuda parental se concentra então sobre o aspecto econômico da prática esportiva.

De outra parte, e é este o caso mais comum, os pais concedem a suas crianças uma suficiente liberdade nos seus lazeres, desde que elas não contrariem a vida familiar. No entanto, a prática esportiva dá oportunidade de uma série de aproximações entre os pais e as crianças. Mas contrariamente ao que se passa na típica família de classe popular, esta aproximação é menos dependente do desenvolvimento

2 Os nomes (todos fictícios) que aparecem na sequência fazem parte de uma equipe de futsal juvenil que entrevistei individualmente no final de 2007; a equipe é muito bem colocada no cenário nacional, inclusive cedendo jovens atletas para a seleção brasileira da categoria.

escolar, mesmo se estes pais são persuadidos da importância que revela a escola para o futuro de suas crianças.

De fato, eles consideram que o esporte é a atividade de suas crianças e que nessa condição eles não devem se meter, uma vez providenciada a taxa de inscrição e o equipamento. O clube é considerado como um espaço social a parte, reservado à juventude. Por consequência, a fraca implicação dos adultos nas atividades esportivas de seus filhos corresponde também a uma escolha cultural. É o caso dos pais e igualmente das crianças. Assim mesmo, quando um dos pais tem um passado esportivo e compartilha do interesse pela sua atividade, as crianças manifestam muito cedo a vontade de fazer do clube um universo bom para eles, separado da tutela dos pais. Aos adultos que acompanham seus filhos geralmente é solicitado que fiquem discretos e, se possível, que não sejam muito frequentes, quando esses não têm essa atitude voluntariamente.

Em certas famílias, é inconcebível que uma criança se afaste precocemente do espaço familiar para se juntar a um centro de formação ou que um torneio de futebol a impeça de participar de uma cerimônia religiosa, prevista há muito tempo e que reunirá a família.

A lógica relacional presente na prática esportiva

Quando uma criança entra em um clube, ela ignora quase toda a especificidade do esporte, mesmo se sua trajetória possa ser inspirada pelo exemplo de um pai esportista ou da imagem atrativa de um campeão. Ela considera inicialmente a atividade que lhe é proposta como um pretexto para se divertir com seus amigos. Ora, porque o gosto do esporte toma corpo, esta orientação deverá conjugar-se com as exigências da performance, que se farão mais presentes ao longo dos anos. Pouco a pouco, as relações que ligam os jovens praticantes aos

outros membros do clube passam a se organizar segundo duas lógicas, irreduzíveis uma a outra: a do sucesso esportivo e a do desenvolvimento pessoal. Mas contrariamente a outros trabalhos que empregam critérios de análise que visam classificar binariamente os sujeitos em função de sua origem social, sobressai desta enquete que todos os jovens praticantes tentem conjugar bem ou mal essas duas aspirações.

Em certa perspectiva, as relações com os outros se organizam em torno de valores da racionalidade esportiva trazidos pelo enquadramento técnico e revezados a partir de uma certa idade pelos parceiros do clube. É uma lógica instrumental: trata-se de capitalizar a capacidade por um trabalho metódico, a fim de produzir um rendimento objetivamente mensurável. A afirmação de si e a obtenção do reconhecimento dos outros se apoiam sobre critérios de utilidade esportiva.

O treinador desempenha um papel essencial na dinâmica da prática esportiva, pois é de seu julgamento que depende a avaliação esportiva na qual será oficialmente classificado o jovem praticante. Para o iniciante que ingressa em seu primeiro clube, o lugar central que ocupa ao ser felicitado pelo treinador é uma gratificação em si, é um primeiro reconhecimento de suas qualidades esportivas, que coloca fim ao anonimato. Esta recompensa toma uma importância ainda maior quando ela permite ao jovem praticante fazer sua primeira passagem em uma competição. Ao contrário, o fato de ficar desconhecido pode suscitar uma insatisfação tal que provocará uma saída precipitada do clube. Foi o que decidiu André ao continuar no futsal, uma vez que ele tinha abandonado rápido seu primeiro clube de futebol de campo, por falta de obtenção de sucesso em se sobressair no grupo de iniciantes. André comenta:

“ Lá no futsal eram muitos, deveriam ser uns quarenta e o treinador, em um momento dado eu toquei a bola, em seguida ele me elogiou. Isso em entusiasmou um pouco, e eu me disse: ‘Ele me observou

no meio de tantos outros, então sou capaz de fazer as coisas'. E então eu voltei; e é assim que ele me chamou no domingo de manhã para fazer uma partida e lá fiz boa impressão, em seguida tudo correu bem e é por isso que eu fiquei. Senão eu teria sido mais um no meio dos outros, eu teria feito outra coisa”.

A partida oficial constitui muito cedo um ponto alto da semana. A intensidade com as quais o esporte é veiculado depende então, por uma boa parte, da obtenção de um lugar de titular na equipe competitiva. Mas, para obter certa satisfação, ainda é necessário responder aos critérios de avaliação do treinador. Ora, por isso que aos iniciantes do esporte correspondem frequentemente a descoberta de princípios que eram para eles desconhecidos até o momento. A integração de normas esportivas, tanto do ponto de vista da sociedade, dos objetivos da prática (ser eficaz, ganhar, progredir, etc.), da ação motora (gesto técnico, organização tática, performance, etc.) é uma etapa incontornável para que o jovem possa retirar do prazer de sua prática e, então, preservá-la. Para certos jovens, é uma prova que pode expulsá-los, ao menos por um tempo, do esporte. Qualquer futebolista sublinha, dez anos depois, o quanto foi duro se habituar às formas de jogar prescritas pelo treinador, estas formas rompem com o espírito e a maneira do “jogo de pelada” típico entre os jovens.

Dieckert (1984) entende que o planejamento e a obediência ao treinamento transformam a atividade física em algo obrigatório, numa rotina. Romper com esta rotina tornou-se um dos critérios que tem aproximado crianças e jovens da prática esportiva no lazer e os distanciados das atividades físicas voltadas à promoção da saúde.

O aspecto sociabilizador do esporte produz contextos na promoção dos protagonismos infantil e juvenil na construção de espaços alternativos, como a rua, para a prática de atividades de lazer. Mesmo com suas dificuldades, as crianças e jovens identificam no esporte um

contexto rico para experimentar diferentes sentimentos e experimentam outras possibilidades para sua prática.

Portanto, a inexistência de espaços qualificados para a prática de esportes dificulta a ampliação do número de participantes, haja vista que há demanda para tal. Neste caso, não podemos colocar carga num debate sobre a existência de um certo comportamento sedentário, como opção individual, e sim como um condicionante social.

Felipe descreveu assim: “Eu pensava que a gente chegava, jogava e estava terminado. Bom, quando me disseram: ‘Bom, tu vai jogar lá, tu vai ficar lá, tu vai fazer isso, tu vai fazer aquilo.’ Não é fácil, quando a gente é jovem e pega a bola e vai um pouco, não importa uma tática decidida pelo treinador. E depois quando a gente se dá conta que em jogo a gente deve seguir as regras do jogo. Não é fácil de admitir isso quando se é jovem. Quando a gente é maior, compreendemos facilmente no início, quando se é pequeno, não é fácil... o que não é evidente é se integrar em uma estrutura de equipe no campo; não é fácil, hein?!”

Entretanto, na medida em que se inscreve em uma lógica de sucesso esportivo, o jovem praticante faz suas exigências, guardando certa atitude de interpretação. É sobre a base desses critérios que ele avalia pouco a pouco sua atividade pelos outros.

Convém ao mínimo poder rivalizar com o outro. Trata-se de apoiar a comparação com seus concorrentes e, se for o caso, com seus pares, e, se possível, de fazer desta aqui a sua vantagem. Quando a impressão desagradável de não ter destaque na competição se repete demasiadamente, então impõe-se o sentimento de sua própria incompetência, que conduz frequentemente ao abandono do esporte em questão. Foi o que aconteceu a João Pedro que, aos oito anos, seguiu seu irmão mais velho no clube de futebol: “eu não achava divertido jogar para olhar os outros, de fato, eu não podia fazer grande coisa, então, não era verdadeiramente interessante”.

O fato de rivalizar com o outro não é suficiente para manter o interesse durável pela competição esportiva se o jovem praticante não encontra dois outros elementos de satisfação. Nos esportes ou na confrontação com o adversário se realiza o curso de uma interação motora, a competição não é motivante, a não ser que ela se estabeleça enquanto matriz técnica que o jogador julga positiva. Esta vontade de fazer bem é subentendida pela esperança de elevar seu grau de habilidade motora e, sobretudo, de contribuir para a melhora do nível de jogo de sua equipe. O entusiasmo suscitado pela competição é mesmo tão grande que o jovem esportista detecta em certa ocasião, em sua própria conduta, os signos de uma progressão técnica. Inversamente, a ausência de outra destas perspectivas é um fator de desmotivação suficiente para justificar a saída do esporte respectivo. Nos jovens, essas flutuações subjetivas são seguidamente associadas às mudanças objetivas em sua vida esportiva (acesso à categoria etária superior, renovação da equipe, etc).

Diante das possibilidades de lazer que são oferecidas aos jovens do bairro, como assistir à televisão e ficar na rua conversando com amigos e amigas, o esporte aparece como aquela experiência mimética que permite envolver-se com práticas sociais que desencadeiam sentimentos como prazer, ódio, ansiedade, simpatia, antipatia, alegria e tristeza aos praticantes (DUNNING, 2003).

Essas práticas sociais podem culminar com uma desvalorização de si quando os eventos esportivos proporcionam uma brusca degradação do julgamento que o praticante carrega sobre o seu nível técnico ou sobre suas margens de progressão.

Se o aperfeiçoamento ocupa tal lugar nas preocupações dos jovens, é porque está inserida nesse aperfeiçoamento a promessa de uma grande eficácia. O interesse sentido pelo esporte repousa em grande parte sobre os resultados realizados em um passado próximo e sobre

aquilo que ainda espera obter; isso toma uma importância que eles não têm nos jogos organizados entre pares.

Também o dia da competição oficial se reveste muito seguidamente da função de prova da verdade, na medida em que se considera que é lá, e somente na competição oficial, que se pode demonstrar, a si e aos outros, seu real valor. Ora, isso é fortemente ligado ao resultado da confrontação esportiva. Esperando então obter um resultado positivo (um tempo, uma distância, um placar), uma vitória, um lugar respeitável na hierarquia dos participantes que permita, eventualmente, subir ao nível de competição superior.

Todavia, o sucesso não tem o mesmo sabor se acontece de qualquer modo. E a atitude de ter de usar todas as suas qualidades faz seu adversário poder mesmo atenuar a tristeza provocada pela derrota. Para os jovens praticantes de um nível esportivo ordinário, parece que a ética da performance não se confunde com a excelência esportiva.

Para Oliven (1996) os espaços esportivos, enquanto produtos de demandas sociais são revestidos de grande importância, à medida que estabelecem todo um sentimento de comunidade, de laços de amizade.

As relações de jogar com seus amigos de clube e seu treinador se organizam então, em parte, em torno da finalidade da eficácia que requer atividade competitiva e os meios racionais colocados em obra para atingi-la. Todavia, com a noção de instante, a importância concedida à performance equivale raramente ao culto da excelência, quanto que outra lógica relacional se associe àquela do sucesso esportivo, freando mais seguidamente seus efeitos.

Conclusão

Ter em conta a dimensão diacrônica da prática esportiva sublinha a zona da incerteza que envolve o futuro esportivo dos jovens compe-

tidores. À vista dos resultados deste estudo, o engajamento dos jovens no esporte aparece como um processo extremamente problemático e complexo para que possamos considerar que é determinado pela herança familiar ou pela posição social ocupada por seus pais, no sentido de que o conhecimento dessas duas variáveis tornaria o futuro esportivo dos indivíduos completamente previsíveis. O caráter problemático do engajamento esportivo é ilustrado por duas constatações empíricas. Inicialmente, um jovem praticante pode desenvolver um gosto profundo e durável por um esporte mesmo sem nenhuma mobilização familiar. Logo em seguida, mesmo quando ele é suscitado pelo estilo de vida e pela ação educativa dos pais, a vocação esportiva das crianças não é definitivamente adquirida. Ela requer ser regularmente confirmada por parte dos pais e igualmente pelos membros do meio esportivo. A análise do percurso esportivo dos jovens praticantes mostra assim que as histórias esportivas singulares não estão dadas de antemão.

A complexidade do processo se deve, entre outros aspectos, ao fato de que as relações através das quais o engajamento esportivo se constrói não se reduzem a um simples condicionamento, ainda mais que elas não são orientadas unicamente pelas intenções do praticante.

Finalmente, no centro da dinâmica da prática esportiva estão as tensões subjetivas que afetam os jovens competidores. Estas tensões são de duas ordens. As primeiras são suscitadas pelas aspirações dos jovens competidores das exigências dos outros, em particular daquelas dos adultos tem direito de observar sua prática esportiva. As segundas são ocasionadas pela falta de congruência entre os diferentes objetivos visados pelos jovens praticantes, que não encontram sempre, no contexto onde eles evoluem, as condições favoráveis à sua realização simultânea.

Referências bibliográficas

BOSCHI, Rodrigo Fortini. Cenário de tendências de emprego na área de esportes e atividades físicas. In: *ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL*. Lamartine Da Costa, (org), Rio de Janeiro: Ed. Shape, 2005.

DIECKERT, Jurgen (Org.) *Esporte de lazer: tarefas e chances para todos*. Tradução de Maria Lenk. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984, p. 13-25.

DUNNING, Eric O desporto como uma área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais na identidade masculina e as suas transformações. In.: Elias, Norbert & Dunning, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992. p. 389-412.

OLIVEN, R. G. . Desterritorialização. Porto e Vírgula., Porto Alegre., v. 27, p. 14-16, 1996.

VIANNA, José Antonio; RIGIDO, Silvana e FERREIRA, Valdir Poubel *A ocupação do tempo livre das camadas populares: uma investigação com crianças e jovens da Cidade de Deus*. Motus Corporis, v. 6, n. 2, p. 15-26, 1999.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso: juventude e política social*. Rio de Janeiro: Escuta, 1994.

Juventude e torcidas organizadas

OBSERVAÇÕES SOCIOPEDAGÓGICAS SOBRE OS TORCEDORES ADOLESCENTES DE FUTEBOL

*De Martin Curi*¹*

Políticas de esporte objetivam em sua maioria incentivar a prática esportiva voltada à saúde do corpo. Falando de futebol, precisamos considerar também que esse esporte não é só uma prática, mas também um evento para espectadores. A cada fim de semana, milhares de brasileiros deslocam-se para estádios em todo o território nacional. Há entre eles muitos adolescentes, que merecem uma atenção especial. O estádio é um lugar de lazer, mas está também na consciência de muitas pessoas como um lugar inseguro e até perigoso. Brigas entre torcidas e acidentes causados por estádios abarrotados já geraram muitas manchetes. Os adolescentes no espaço dos estádios estão sujeitos a essa situação de insegurança, reforçada pela atenção acentuada da mídia e pelo anonimato da massa. Podemos, assim, falar de uma juventude em risco.

Tive a oportunidade de trabalhar em um projeto social para torcedores adolescentes na cidade de Karlsruhe, na Alemanha. Nesta comunicação apresento alguns conceitos a respeito desse trabalho e faço comparações com a situação brasileira. Finalmente, discuto as possibilidades de políticas públicas nesse âmbito.

Subculturas dos torcedores do Brasil e da Alemanha.

O comportamento dos torcedores brasileiros apresenta características típicas das subculturas juvenis de BAACKE (1987), a saber: a

*Assistente Social (Universidade de Nuremberg, na Alemanha), pesquisador do IVE (Instituto Virtual do Esporte) e mestre em Sociologia na Universidade de Hagen (Alemanha).

importância do lazer, a tentativa de expressão da própria individualidade e uma interpretação juvenil da vida que contém rapidez, impulsividade e intensidade (Baacke, 1987, p. 129ff).

Podemos afirmar que o comportamento típico dos jovens no Brasil não difere do comportamento de torcedores adolescentes na Alemanha. Quando comparados com a descrição das torcidas brasileiras, os resultados da pesquisa de FRIEBEL ET. AL. (1979) sobre as torcidas organizadas da Alemanha confirmam isso. As organizadas de ambos os países oferecem um largo leque de atividades cuja realização é executada por uma minoria. As ações, porém, são em sua maioria espontâneas. O motivo central da participação é a experiência de coletividade e de família. Os integrantes das torcidas têm deveres, como pagar a mensalidade. Durante os jogos do time preferido eles mostram um comportamento sociável e criativo. Os jogos são o centro da vida. Existe solidariedade com outras torcidas, eles evitam a violência e resolvem conflitos de maneira pacífica. Conflitos dentro da torcida são evitados devido à necessidade de harmonia entre os integrantes e de acordo sobre o objetivo comum. As torcidas são um campo de aprendizagem social.

A sociedade brasileira e as instituições ocupadas com as torcidas também comparam torcedores brasileiros e europeus. O foco principal é o problema da violência e, por isso, as torcidas brasileiras são comparadas aos hooligans. Na visão do Presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ), o “Caixa D’água”, o problema da violência no Brasil é menor do que na Europa.

Essa visão deve ser questionada, principalmente se olharmos para a teoria multicausal de PILZ (em Aschenbeck, 1998), a mais significativa dentro do tema para explicar o comportamento dos torcedores. PILZ (em Aschenbeck, 1998) aponta seis fatores que condicionam o comportamento violento dos torcedores adolescentes:

- As circunstâncias de vida dos adolescentes, muitas vezes caracterizadas pela falta de afetividade e de ofertas de lazer e esporte;
- Reportagens da mídia que constroem uma imagem negativa, violenta e estigmatizada dos adolescentes;
- A conduta da polícia, que destrói os mecanismos de autor-regulação da violência entre os adolescentes, na medida em que age pré-condenando e estigmatizando.
- Redução da tolerância da sociedade para com a violência durante o processo civilizador, tornando-se esta mais sensibilizada a respeito da violência (podemos citar como exemplo o “fair play” e a adoção de regras mais rígidas);
- O grau de violência no esporte e na sociedade, incluindo o uso de métodos violentos para a obtenção de sucesso na carreira profissional, por parte dos adultos, constituindo-se este em um mau exemplo;
- Estímulo a situações adversas nas arenas esportivas, como dificuldade de acesso a um estádio confortável, resultados do jogo, decisões do juiz (Aschenbeck, 1998, p. 105ff).

Esses fatores existem tanto no Brasil quanto na Alemanha, sendo que as circunstâncias de vida dos adolescentes brasileiros devem ser bem mais complicadas e problemáticas do que as que encontramos na Alemanha. Por isso se pode supor que a disposição para a violência é maior entre os torcedores brasileiros do que entre torcedores alemães. Essa impressão é reforçada pelo fato de as brigas entre torcidas brasileiras provocarem mortes com o uso de armas em alguns casos.

O pesquisador de torcidas brasileiras TOLEDO (1996) considera que torcidas organizadas não são uma forma brasileira de hooligans. Ao contrário, elas não simpatizam com partidos neofascistas e não são

anônimas. Elas podem ser entendidas como são organizações abertas e interessadas em futebol e política. O ponto central da sua tese é correta: torcidas não são organizações de hooligans, mas dentro delas existem pequenos grupos que apontam para o comportamento de hooligans.

Já a pesquisa de LÖSEL (2001) desmente que a simpatia com partidos neofascistas seja característica de hooligans e diz que eles são interessados em futebol. Além disso, indica que o grande número de integrantes das torcidas coloca o indivíduo na condição de anônimo. Durante minha pesquisa no Rio de Janeiro, um menino, considerado hooligan, foi acompanhado. Ele tem interesses políticos numa determinada torcida, mas aponta como única explicação para as brigas nas quais se envolve o seu prazer em bater. Sua turma aguarda as torcidas estranhas em frente à Leopoldina, via de acesso para a Linha Vermelha, e provocam os adversários para a briga. Outros fatos da sua trajetória de vida se encaixam nas observações da pesquisa de LÖSEL (2001), como por exemplo, pais problemáticos e separados, criação em área pobre e carente de instrumentos para a sua formação e ausência de oportunidades de emprego compatíveis com a sua inteligência. Essa turma tem aproximadamente 50 adolescentes, ou seja, 1% dos integrantes da Torcida Young Flu desde o cadastramento. Dentro da cena dos torcedores organizados na Alemanha deve haver o mesmo percentual de hooligans. Trata-se, então, somente de um pequeno grupo nas duas cenas de torcedores.

Para situá-los nas torcidas brasileiras, é interessante lembrar dos grupos que TOLEDO (1996) assinalou (a molecada, o grupo calmo, o carro bomba, a diretoria, a triconha) e comparar com características de torcedores que foram formados na Alemanha (Curi, 2006). Nenhum desses grupos corresponde aos “clientes consumidores críticos” de Heitmeyer (1992), porque todos são ligados a um time e não se importam com comparações de preço-rendimento.

No grupo calmo, encontram-se os “torcedores centrados em futebol” (Heitmeyer, 1992). Eles querem ver futebol, são extremamente ligados a um time e não têm comportamento saliente. Nos outros grupos, encontram-se diferentes tipos de “torcedores orientados ao evento” (Heitmeyer, 1992) que estão mais interessados no evento social do que no esporte futebol.

Os membros da diretoria encontram a sua satisfação de afetos e emoções na responsabilidade do seu cargo, onde encontram certo status. Os integrantes do carro bomba procuram a aventura na realização criativa durante a presença no estádio. Eles são responsáveis pelo “material” da torcida. Fora do estádio, eles estão mais vulneráveis do que outros grupos, porque carregam os símbolos da torcida. É comum que outras torcidas queiram sequestrar estes símbolos. O carro bomba vive, então, com a emoção desse perigo.

Os hooligans brasileiros devem estar nos grupos da molecada e da triconha, sendo que os líderes estão na triconha, que é a oposição menos responsável da diretoria. É preciso, no entanto, acentuar que só uma pequena parte desses dois grupos pode ser comparada com hooligans. A maioria da molecada apresenta o comportamento juvenil de querer testar limites. Quando misturado a uma certa levandade, pode provocar incidentes graves num estádio lotado, não havendo, portanto, a intenção ou o objetivo de ações violentas.

A maioria dos membros dos quatro grupos orientados à aventura é comparável à subcultura do “ultras” que está atualmente na moda na Alemanha. Eles se parecem porque querem fazer do jogo de futebol um evento em que eles atuem enquanto cidadãos politizados, no sentido de pretenderem os seus próprios interesses e não no de fazer política de partidos. Resumindo, pode-se dizer que entre as torcidas da Alemanha e do Brasil não há diferenças significativas nas áreas de comportamento, pensamento e organização.

Eles realmente se distinguem no grau de inserção na sociedade. As torcidas brasileiras não podem ser comparadas com associações de boliche, criação de coelhos ou festas caipiras, como faz ASCHENBECK (1998) na sua definição de uma torcida organizada alemã. Elas também não são um fenômeno temporário, “da moda”. Muitas com até 60 anos de história, as torcidas são instituições que, em tradição, são politicamente engajadas. A média de 55 sócios por torcida alemã, de acordo com os números publicados pela DFB (Associação do Futebol Alemão) no dia 08/02/2001, se esvaece ao lado dos números de integrantes das grandes torcidas brasileiras, entre 1.000 e 66.000 sócios declarados. Por isso, elas têm uma estrutura de organização sofisticada que permite administrar sócios e atividades, para além das fronteiras da cidade e até para além do país. Suas atividades estão também presentes no carnaval. Futebol e carnaval são paixões a que o povo brasileiro tem acesso e, enquanto produção cultural, são práticas em que o povo se coloca frente ao sentido da sua própria expressão.

Sinônimo dessa identificação profunda é o fato de que os sócios das torcidas são, em primeira instância, fãs da própria torcida e, só em segunda instância, fãs do time. Isso é reconhecível nas bandeiras, faixas e camisetas com o nome da torcida e nas canções que a louvam. Assim, segundo os apontamentos de TOLEDO (1996), explica-se que a paixão pela própria torcida faz parte da definição de torcida.

A evolução das torcidas para uma instituição do povo tem sua origem nas circunstâncias da sociedade e na infraestrutura do Brasil. Algumas podem ser mencionadas, a saber: a construção da identidade nacional, através do futebol; a democracia jovem após o período longo de ditadura militar; as desigualdades sociais e as dificuldades da política social.

Concepção de serviço social para torcedores no Brasil

As origens da violência de torcedores que TOLEDO (1996) analisa na sua pesquisa correspondem em grande parte aos fatores da teoria de PILZ (em Aschenbeck, 1998). Além de discorrem sobre o impulso dos adolescentes de experimentar limites, ambos apontam que as torcidas refletem as características de uma sociedade em que o futebol tem uma imensa expressão simbólica, em que as mídias banalizam a violência e que a experiência de violência, especialmente, através da desigualdade social e cotidiana é manifesta.

Para conseguir a redução da violência, é preciso intensificar o diálogo com as torcidas, incluí-las nas tomadas de decisões e desenvolver mais trabalhos preventivos do que repressivos, especialmente porque as torcidas são politicamente engajadas.

Segundo a exigência de maior trabalho preventivo, sugere-se a possibilidade de desenvolvimento de um “projeto para torcedores” na área do serviço social como, por exemplo, a “Embaixada da Torcida Brasileira” (Curi, 2005).

Como o comportamento dos torcedores e sua imagem na sociedade são muito parecidos na Alemanha e no Brasil, pode-se aplicar a teoria de PILZ (em Aschenbeck, 1998) na situação do Brasil. Nesse sentido, as finalidades do Serviço Social no trabalho com as torcidas organizadas de futebol, no Brasil, devem ser as seguintes:

- diminuir a violência;
- reduzir o comportamento desviante;
- aumentar a autoestima dos adolescentes;
- estimular os adolescentes para mais engajamento nas instituições públicas;
- ressignificar a identificação dos torcedores com os times.

Isso significa que os métodos e tarefas sócio pedagógicos do Serviço Social também podem ser utilizados na questão:

- participar da vida dos torcedores adolescentes com trabalho de rua para construir uma comunicação regular;
- organizar encontros de adolescentes, executar seminários, palestras e outros eventos informativos;
- executar uma programação cultural pedagógica;
- oferecer assistência social;
- criar ofertas de lazer como seminários para fanzines, mostra de filmes, encontros de desempregados, torneios de futebol e outras medidas pedagógicas de esporte e lazer;
- apoiar a auto-organização dos torcedores;
- documentar a evolução da cena regional e local das subculturas dos adolescentes;
- incentivar relações públicas através de informações para as mídias e outras instituições interessadas no trabalho com torcedores;
- participar em conselhos regionais e nacionais com o tema esporte, segurança e adolescentes (Innenministerium des Landes Nordrhein-Westfalen, 1993).

Na execução desses métodos, pode-se esperar que o assistente social brasileiro confronte-se com dificuldades de organização e de infraestrutura, já que no Brasil não existe uma rede de instituições de assistência social gratuita comparável com a Alemanha. Isso significa também que os métodos têm de ser repensados com conteúdos compatíveis com a realidade brasileira.

Ainda que o Serviço Social não possa resolver a questão da violência no Brasil, uma vez que esta é consequência de graves problemas sociais, um projeto para torcedores configura-se como um passo importante na direção da diminuição da violência e do enfrentamento de outros problemas sociais.

Referências Bibliográficas

- ASCHENBECK, A.: Fußballfans im Abseits. Kassel, Agon, 1998.
- BAACKE, D.: Jugend und Jugendkulturen. 2. Auflage, Weinheim, Juventa, 1993.
- CURI, M.: Embaixada da Torcida Brasileira. Projeto de serviço social durante a Copa do Mundo de 2006 na Alemanha para acompanhar os torcedores brasileiros. <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/epsoc/>, ISSN 1809-1296, Ano 1 - Número 1 - Nov2005/Fev2006.
- CURI, M.: Resenha de: Jugendliche Fußballfans: Soziale und politische Orientierungen, Gesellungsformen, Gewalt. Torcedores adolescentes de futebol: Orientações sociais e políticas, sociabilidades, violência. HEITMEYER, Wilhelm, PETER, Jörg-Ingo. Weinheim: Juventa, 1992. 180p. <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/epsoc/>, ISSN 1809-1296, Ano 1 - Número 2 - Mar2006/Jun2006.
- FRIEBEL, H. et. al.: Selbstorganisierte Jugendgruppen zwischen Partykultur und politischer Partizipation: am Beispiel von Jugendzentren und Fußball-Fanclubs. Wiesbaden, Westdeutscher, 1979.
- HEITMEYER, W., PETER J.: Jugendliche Fußballfans. 2. Auflage, Weinheim, Juventa, 1992
- INNENMINISTERIUM DES LANDES NORDRHEIN-WESTFALEN : Nationales Konzept Sport und Sicherheit. Dusseldorf, Innenministerium NRW, 1993.
- KOS, KOORDINATIONSSTELLE DER FAN-PROJEKTE : Presseinformation zur Ultra-Konferenz in Frankfurt am Main am 19.01.02. November 2001.
- KOS, KOORDINATIONSSTELLE DER FAN-PROJEKTE (Hrsg.): Soziale Arbeit mit Fußballfans – Deutschlands Fanprojekte im Portrait. Frankfurt/Main, Focus, 1994.
- LÖSEL, F., et. al.: Hooliganismus in Deutschland: Ursachen, Entwicklung, Prävention und Intervention. Berlin, Bundesministerium des Inneren, 2001.
- PILZ, G. A.: Zuschauerausschreitungen im Fußball. In: Hopf, W. (Hrsg.): Soziologie und Sozialgeschichte einer populären Sportart. Bensheim, ohne Verlagsangabe, 1979, p. 171 – 190.
- PILZ, G.A.: Fan-Problematik – Bestandsaufnahmen und Perspektiven aus Sicht der Sozialwissenschaften: unveröffentlichtes Manuskript eines Vortrags na der Polizeiführungsakademie Hilstrup am 12.11.1986, p. 190 – 205.
- PILZ, G. A.: Noch mehr Gewalt im Stadion? Zur Problematik ordnungspolitischer v Lösungen. In: Horak, R., et. al. (Hrsg.): Ein Spiel dauert länger als 90 Minuten. Fußball und Gewalt in Europa. Hamburg, ohne Verlagsangabe, 1988, p. 217 – 234.
- TOLEDO, L.H.: Torcidas organizadas de futebol. Campinas SP, Autores Associados, 1996.

**Contribuições para a elaboração
de um Plano de Esportes para a
Juventude 2009-2011**

CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E MEMÓRIA DA JUVENTUDE PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE ESPORTES PARA A JUVENTUDE 2009-2011

No intuito de contribuir com o Seminário Internacional “Políticas de Esporte para a Juventude”, o Centro de Estudos e Memória da Juventude apresenta um conjunto de considerações sobre essa temática tão importante para os jovens brasileiros.

Em uma sociedade fortemente moldada pelo pragmatismo econômico e político, temas relevantes para o dia-a-dia da juventude, como o esporte e o lazer, sempre encontraram dificuldades de inclusão na agenda política.

As lutas juvenis e da sociedade brasileira como um todo propiciaram a construção de outro momento político na história nacional, marcado pela ampliação e garantia de um conjunto de direitos democráticos, entre eles o do esporte como um dos principais anseios da juventude brasileira.

Essa nova realidade ficou evidente nas duas Conferências Nacionais de Esporte, no tratamento do tema nos eventos e congressos estudantis e, mais recentemente, na realização da I Conferência Nacional de Juventude. Nesse importante evento a proposta surgida do Grupo Temático de Esporte figurou na quinta posição entre as 22 mais demandadas pelos delegados.

Essa realidade atesta que há, na atualidade, um vasto campo de possibilidades de criação e/ou aperfeiçoamento das políticas de juventude e esporte. Para tanto, as lideranças esportivas e autoridades de governo devem saber aproveitar o rico manancial de reflexões que vem brotando do debate nacional sobre essa temática.

Nessa perspectiva, é preciso traçar pontes entre a política nacio-

nal de esporte e as políticas públicas de juventude que se encontram em implementação no âmbito Federal, assim como nos estados e municípios brasileiros. É nesse sentido que o Centro de Estudos e Memória da Juventude apresenta esta contribuição para a elaboração de um Plano de Esportes para a Juventude com foco no período 2009-2011.

Premissas do Plano de Esporte para a Juventude:

Democratização do acesso dos jovens ao esporte

Atualmente, o esporte brasileiro tem seu desenvolvimento dificultado em grande medida pelo enorme número de brasileiros excluídos da prática esportiva, uma forma privilegiada de promoção da cidadania e do desenvolvimento humano. Em função disso, o primeiro dos objetivos enumerados pela Política Nacional do Esporte é a democratização e universalização do acesso ao esporte.

Os espaços de concentração da juventude – com destaque para o sistema educacional – representam o lugar por excelência onde podemos encontrar a possibilidade de promover a democratização plena e a universalização do acesso ao esporte. Como assegura a Política Setorial do Esporte Educacional, a articulação entre o sistema educacional e o sistema esportivo é essencial para assegurar a ampliação da participação de jovens de todos os níveis de ensino em atividades e eventos esportivos, inclusive em competições nacionais e internacionais, tendo em vista não apenas a elevação do Brasil no cenário esportivo mundial, mas também para a criação de capacidades e habilidades indispensáveis ao processo de formação e desenvolvimento humano.

Desenvolver as políticas de juventude em sua dimensão esportiva é a melhor forma de transformar as políticas públicas de esporte em políticas de massa, que envolvam milhões de beneficiados. Nesse

sentido, é preciso pensar as políticas de juventude e esporte tendo em vista os interesses próprios dos jovens de 15 a 29 anos. Devemos superar o foco atual das políticas públicas de esporte centradas no segmento da infância e adolescência.

Participação social dos jovens nas atividades esportivas e na gestão

É preciso garantir a presença ativa da juventude não apenas no âmbito do usufruto dos bens e atividades esportivas, mas também, e principalmente, na gestão participativa. O segmento juvenil precisa estar presente no debate das estratégias de ação voltadas a valorização da prática esportiva como direito inalienável da juventude brasileira.

Como forma de efetivar essas ações é de fundamental importância valorizar o associativismo juvenil e o protagonismo das entidades e movimentos juvenis na elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas de esporte. É de fundamental importância o envolvimento de lideranças de grêmios, centros acadêmicos (CAs), diretórios centrais estudantis (DCEs) e Atléticas Acadêmicas. Em particular a UNE, UBES, ANPG, CBDU, CBDE e suas federações precisam ser vistas como interlocutores prioritários no processo de formação e efetivação das políticas de juventude e esporte.

É de fundamental importância a participação de entidades ligadas ao esporte estudantil e juvenil no Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e no Conselho Nacional de Esporte.

Programas integrados e intersetoriais

Assim como a temática *juventude* deve perpassar transversalmente e de maneira articulada todas as áreas de governo, também as ações do esporte devem estar presentes em todas as áreas e órgãos da

gestão pública que lidam com a questão da juventude. A execução das políticas de esporte para a juventude deve ser de responsabilidade não apenas do Ministério do Esporte, mas também de diversos outros órgãos, com destaque para o Ministério da Educação – que precisa jogar papel destacado na implementação das políticas de esporte educacional – e para a Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República, que pode desenvolver projetos específicos em parceria com o Ministério do Esporte.

É preciso implementar mecanismos de atuação que potencializem a presença do esporte na Política Nacional de Juventude. No mesmo sentido, o Plano Nacional de Políticas de Juventude (ora em debate no Congresso Nacional) deve prever ações esportivas de forma direta ou transversal nas temáticas sugeridas. No âmbito do Ministério do Esporte. Também o Estatuto da Juventude – outro instrumento legal em debate no Congresso Nacional – deve reafirmar o esporte como direito inalienável da juventude brasileira.

Espaços, territorialidades e diversidade

Os jovens estão inseridos em vários contextos e abordagens relacionadas ao esporte. Também podem ser vistos no segmento juvenil sentidos pessoais no que se refere ao praticar esportes: jovens querem competir, jovens querem se divertir, jovens querem fomento a modalidades com que se identificam, jovens almejam estudar a temática do esporte etc.

Assim, uma política de esporte para a juventude deve levar em consideração a questão da diversidade de contextos e de abordagens da prática esportiva. É preciso materializar o direito ao esporte nos mais diversos espaços (cidade, campo, comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, assentamentos etc). Da mesma forma, pela re-

presentatividade dessa questão na população juvenil, pensar na acessibilidade das pessoas com deficiência é orientação importante.

Vale destacar a articulação dos arranjos locais para implementação das políticas ligadas à realidade regional, bem como a formação de redes de discussão e fomento do esporte na juventude como instrumentos essenciais de contribuição para garantia dos direitos.

Ações para o período 2009-2011:

Toda caminhada começa com o primeiro passo. É nesse sentido que sugerimos abaixo algumas ações prioritárias para o período 2009-2011.

1. Segundo Tempo Jovem

O Programa Segundo Tempo atesta vivamente como o esporte ~~na escola~~ educacional é um poderoso fator do desenvolvimento nacional, de vez que, ao agir sobre a formação física e intelectual dos cidadãos e sobre a melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade, gera resultados concretos em termos de desenvolvimento humano e fortalecimento da identidade cultural, da cidadania e da autodeterminação do povo.

Um dos grandes problemas relacionados ao Segundo Tempo reside no fato de que esse programa, apesar de ampliado seu público alvo na elaboração do PPA 2008-2011, na prática encontra-se quase que inteiramente voltado para o segmento da criança e adolescente – focado na faixa etária de 07 a 14 anos. Dessa forma, ele atinge limitadamente o espectro juvenil, ficando ausente desse programa a faixa etária dos 18 aos 29 anos.

A experiência atual enseja a questão de como efetivar políticas capazes de garantir a prática esportiva também no ensino médio e

superior, o que poderia ser feito por meio da criação de um Programa “Segundo Tempo Jovem”, com núcleos nas escolas de ensino médio e instituições de ensino superior. Para pensar ações nesse sentido, é de fundamental importância o envolvimento de lideranças de grêmios, centros acadêmicos (CAs), diretórios centrais estudantis (DCEs) e Atléticas Acadêmicas.

2. Novo formato dos Jogos Estudantis (JEB’s e JUB’s)

Atualmente há um vasto campo de possibilidades de aperfeiçoamento dos jogos estudantis, a começar pelo reforço do caráter de participação desses eventos. Isso poderia ser feito pela transformação do perfil dos JUB’s e dos JEB’s – hoje na prática competições estudantis de alto rendimento, pouco preocupadas com objetivos de ampliação da participação.

Essa transformação poderia ser realizada por meio da separação entre Olimpíadas Escolares / Universitárias – mais relacionadas ao esporte de rendimento e conduzidas pela CBDU e pela CBDE – e Jogos Escolares / Universitários (JUB’s e JEB’s), que seriam transformados em grandes programas de esporte de participação no formato de jogos estudantis, envolvendo tanto as entidades estudantis e juvenis quanto o sistema federado das Atléticas / CBDU / CBDE.

3. Projetos específicos de esporte destinados à juventude

Projetos específicos envolvendo a realização de eventos em modalidades como capoeira, aeróbica, skate e esportes radicais e de aventura, dentre outros. Aqui seria importante envolver entidades relacionadas a essas modalidades, como a Confederação Brasileira de Skate (CBSk), o movimento hip-hop, os departamentos de juventude dos sindicatos, as associações e federações do movimento comunitário etc.

4. Projeto de futebol escolar e universitário não-profissional

O futebol está incorporado à identidade nacional. Os campos de várzeas, as escolinhas e a prática nos clubes, escolas e universidades fazem do futebol a modalidade esportiva mais praticada no país. No entanto, não há um evento organizado que agrupe essa modalidade esportiva a partir das escolas e universidades.

A construção de uma liga nacional de futebol estudantil, articulando, mesmo que separadamente, os estudantes do ensino médio e superior, seria uma contribuição para o desenvolvimento do futebol em nosso país. Essa(s) liga(s) teria(m) sua agenda e calendário próprios e fariam as parcerias necessárias com governos, CBF e outras instituições ligadas ao futebol.

5. Construção / melhoramento de infraestrutura esportiva

Em vários locais não há espaços acessíveis para a juventude praticar esporte. As escolas estão fechadas no fim de semana ou ocupadas durante a semana pelas aulas regulares; as praças não tem organicidade para as atividades esportivas, e os locais públicos geralmente estão concentrados em alguns territórios das cidades onde o acesso sofre restrições de diversas ordens.

Para a juventude ter acesso ao esporte devem ser efetivadas a construção e a melhoria da infra-estrutura esportiva das instituições de ensino médio, técnico e superior. Deve-se lutar pela construção das Praças da Juventude como locais privilegiados de integração, recreação e práticas esportivas e culturais.

6. Formação da juventude, emprego e renda na área do esporte

O esporte, que movimenta aproximadamente 2% do PIB nacional, também pode ser compreendido como um espaço de geração de emprego e renda. Abrangendo desde a produção de materiais e equi-

pamentos, a formação e ocupação de treinadores, árbitros, empresas de eventos e gente da comunidade na realização das múltiplas iniciativas geradas por um movimento esportivo.

A prática esportiva pode oferecer aos jovens o caminho de ser um atleta de competição, e muito mais que isso. O jovem pode optar por uma carreira como técnico, agente esportivo e de lazer, empreendedor, empresário, agente governamental e da sociedade civil, obter formação acadêmica e ser pesquisador e estudioso dos temas do esporte. Enfim o esporte pode ser também uma forma de realização humana e profissional.

7. Juventude e Sistema Nacional de Esporte e Lazer

É preciso dar tratamento especial ao tema *juventude* no processo de construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Em particular, é necessário discutir a criação de uma política de esporte estudantil inserida no Sistema, contando com a participação de instituições de ensino médio, técnico e superior; dos ministérios do esporte e da educação e das secretarias de esporte e de educação dos estados e municípios; da UNE, UBES, ANPG e entidades estudantis estaduais, municipais e locais, incluindo as Atléticas Acadêmicas, e do sistema federado da CBDU e da CBDE.

Para garantir a implementação das políticas de esporte para a juventude e a transversalidade do tema na construção do Sistema Nacional do Esporte e Lazer, torna-se imprescindível a revisão dos arcabouços jurídicos e institucionais, em consonância com a construção que está sendo efetivada. Nesse sentido propomos:

- Ações de esporte para a juventude assinaladas no Plano do Ministério do Esporte 2008-2011 e no Plano Decenal 2010-2019 (a ser debatido na 3ª Conferência Nacional de Esporte);
- Constituição de órgão(ões) interno(s) no Ministério do Es-

porte voltado(s) às políticas públicas de juventude. Transformação da Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), do Ministério do Esporte, em Secretaria Nacional de Esporte Educacional e Juventude (SNEEJ). Criação da Diretoria de Juventude no organograma do Ministério do Esporte;

- Elaborar e ajustar a legislação e regulamentação da política de esporte para a juventude.